

IV COLÓQUIO NUGEA

02 e 03
de Outubro

ANAIS

ISSN 2596-3465

NUGEA

ufjf



PPGEO


FAPEMIG

SUMÁRIO

EIXO 1

Saberes docentes na Geografia Escolar como os professores pensaram e se apropriam das TDICs durante o ensino remoto

Francisco Fernandes Ladeira

09

**A política de cotas no Brasil:
A construção de um direito – Relato de experiência**

Lorraine Alves Berg Barroso

13

A Via Crucis como cartografia

Diogo Ballesterio Fernandes de Oliveira

18

**Urbanização de cidades mineradoras:
Eixo de pesquisa da Economia Urbana**

Rafael Prieto Bruckner

Wagner Batella

22

Reflexões acerca das novas perspectivas da Geografia Escolar: cibergeração e seus desdobramentos no ambiente escolar

João Vitor Paiva de Brito Rocha

26

**Tramas poéticas do espaço:
Geopoética, relações e tessituras do poeta com o mundo geográfico**

Jonathan Pedro Santos Vitor

Cássio Lopes da Cruz Novo

31

SUMÁRIO

EIXO 2

O trabalho por conta própria na pandemia:

Condições do trabalho ambulante no ramal Santa Cruz

Maria Julia Batista de Oliveira Reis

38

A mobilidade urbana em Juiz de Fora (MG) e sua relação com o acesso à educação:

Uma análise da acessibilidade do/as adolescentes que estudam na Escola Presidente Tancredo Neves no bairro São Pedro

Nathan dos Santos Moraes Silva

42

Mídia alternativa e questão ambiental:

Apontamentos sobre senso comum a partir de uma análise crítica

Laura de Melo Soares

Alysson Lima de Oliveira

Estela Saléh da Cunha

46

Regiões da mineração em Minas Gerais:

Ramos industriais representativos das redes mineradoras

Camila Loise Ferreira

Wagner Batella

51

Apropriação de um espaço “morto” a partir do Hip Hop:

Uma experiência em Juiz de Fora

João Vitor Paiva de Brito Rocha

Fernanda Felício Porto

Vitória Maria Hipólito Pies

55

Ensino da Geomorfologia: Abordagens na educação básica

Vanessa Eurico de Oliveira

Jonathan Pedro Santos Vitor

62

SUMÁRIO

EIXO 3

Jovens em situação de rua, cidade e seus marcadores sociais: alguns apontamentos e reflexões

Fernanda Felício Porto

68

Eu quero ver gol: Estudo de caso a respeito da espacialidade do torcer no estádio Maracanã e seus arredores

João Vitor Cardoso Sudário

Leandro da Silva Cruz

73

A cidade como território educativo: Reflexões a partir do gênero poema para a promoção da educação geográfica antirracista na educação de jovens e adultos

Monique da Costa Assis

Mariana Cassab

78

A Geografia da Ocupação Patrimonial pelo exército brasileiro em Juiz de Fora - MG

Marilourdes Valle da Trindade

Pedro José de Oliveira Machado

83

Regiões da mineração em Minas Gerais: Urbanização, Cidades e Dinâmicas Territoriais

Ana Beatriz Reis Costa Bastos

Wagner Batella

90

Compartilhamento de experiência da extensão no curso de direito - Projeto “Conhecendo a cidade de Formosa - GO”: Identidade e Território.

Carla Beatriz de Almeida

93

EIXO 4

Expansão urbana e alteração nas áreas úmidas da Bacia Hidrográfica do Córrego Yung – Juiz de Fora/MG

Rogério Rodrigues de Barros
Miguel Fernandes Felipe

99

**Os lugares sagrados da Fazenda da Fortaleza de Sant'anna:
Do repouso dos mortos à renovação dos vivos**

Naiara Thais Alves de Souza

105

**Ciberespaço e redes sociais:
percepções sobre o turismo religioso em Baependi – MG**

Magno Angelo Kelmer
Carlos Eduardo Santos Maia

111

Jovens escolares negros e trajetórias socioespaciais na cidade

Marcelo Henrique de Sá

117

O direito à cidade das favelas cariocas e a omissão dos mapas

Fernanda Barbosa de Oliveira
Maria Cristina Giorgi
Pamela Marcia Ferreira Alves Dionisio.

121

Variação da área edificada de Juiz de Fora entre os anos de 1968 e 2014

Matheus Duarte Stelkler
Ricardo Tavares Zaidan

127

SUMÁRIO

EIXO 5

**Análise da evolução do uso e ocupação do solo a partir de fotografias aéreas:
O caso do bairro Aeroporto em Juiz de Fora - MG**

Wesley Rodrigo Lopes da Cunha

134

Mapeando conflitos urbanos LGBT+ na cidade de Juiz de Fora - MG

José Alberto Batista Filho

Ana Cecília Pereira Batista

138

A formação de juventudes a partir do Hip Hop:

Algumas considerações

João Vitor Paiva de Brito Rocha

Fernanda Feílício Porto

Vitória Maria Hipólito Pira

142

O planejamento urbano na cidade de Juiz de Fora-mg:

**Uma análise acerca do surgimento de um novo padrão de urbanização através dos
condomínios horizontais e fechados, de alto padrão**

Laura Messias de Oliveira

147

**Análise da urbanização interseccionalizada em Juiz de Fora:
da comunidade Vila da Prata ao Parque da Lajinha**

Maria Eduarda de Abreu Costa

151

A produção científica da desinformação:

Um olhar geográfico sobre os efeitos do negacionismo científico

Maria Eduarda de Abreu Costa

Elias Lopes Lima

155

SUMÁRIO

EIXO 6

Afroturismo e visibilização de narrativas negras:

A caminhada negra Juiz de Fora

Vitória Camillo da Silva Maurício

161

Gestão da classe e gestão da matéria de professores que atuam na EJA:

As narrativas (auto)biográficas no processo de ensino

Rodrigo Silva Mendes

Mariana Cassab

166

Regiões da mineração em Minas Gerais:

Urbanização, Cidades e Dinâmicas Territoriais - O eixo das desigualdades

André Teodózio da Silva

Natã Morinigo de Sousa e Wagner Batella

171

Queijo minas artesanal:

Patrimônio Cultural e Identidade geográfica

Késia Torres da Silva

Pedro José de Oliveira Machado

175

A juventude quer viver:

**Notas sobre a relação entre a juventude negra,
violência e políticas públicas**

Igor Gabriel de Oliveira Morais

180

**IV COLÓQUIO
NUGEA**

ANAIS

02 e 03
de Outubro

NUGEA

ufjf

ISSN 2596-3465

PPGEO

FAPEMIG

IV COLÓQUIO
NUGEA
ANAIS

EIXO 1

02 e 03
de Outubro

ISSN 2596-3465

NUGEA

ufjf



PPGEO


FAPEMIG

SABERES DOCENTES NA GEOGRAFIA ESCOLAR: COMO OS PROFESSORES PENSARAM E SE APROPRIAM DAS TDICS DURANTE O ENSINO REMOTO

Francisco Fernandes Ladeira

Doutorando em Geografia pela Unicamp
ffernandesladeira@yahoo.com.br

Considerações iniciais

O ano de 2020 representou um marco para a história da humanidade, pois foi marcado pela eclosão da pandemia da Covid-19, causada pelo patógeno novo coronavírus. No âmbito educacional, tivemos a adoção em larga escala do chamado “Ensino Remoto Emergencial”, quando as aulas (anteriormente presenciais) migraram para o formato online.

No entanto, alunos e professores não estavam preparados para esta nova realidade. Por outro lado, o contexto pandêmico, ao “obrigar” os educadores a utilizarem o espaço virtual para realização de seu trabalho, também possibilitou a emergência de novas reflexões e práticas pedagógicas ligadas à aplicação das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs). Sendo assim, este trabalho tem por objetivo identificar e analisar os saberes docentes produzidos na pandemia da Covid-19 a partir do uso das tecnologias digitais na Geografia Escolar.

Por “saberes docentes”, considera-se o repertório de conhecimentos teóricos e práticos, constantemente revisados e reavaliados, aos quais os professores recorrem em sua atividade profissional. Tratam-se de saberes plurais e heterogêneos (TARDIF, 2000; 2014). Os saberes docentes provêm de diferentes fontes: formação inicial e continuada dos professores, socialização escolar, aprendizagem com os pares, livros didáticos, programas escolares, currículos, conteúdos a serem ensinados, práticas profissionais e cultura pessoal. Há quatro categorias de saberes docentes: saberes profissionais, saberes disciplinares, saberes curriculares e saberes experienciais (idem).

Metodologia

A pesquisa em campo do presente trabalho constituiu na aplicação de questionários para cinquenta professores de Geografia da educação básica da rede estadual de São Paulo, que apresentou três perguntas objetivas ou “fechadas” – nas quais já estavam disponíveis opções de resposta e o participante poderia escolher uma alternativa – e treze perguntas subjetivas ou “abertas” – em que o participante poderia expressar livremente suas concepções sobre as temáticas propostas.

Para otimizar a análise dos dados obtidos, as questões apresentadas aos participantes desta pesquisa foram divididas em três blocos. O primeiro bloco aborda a formação (inicial e continuada) de professores. O segundo, se refere às práticas pedagógicas na Geografia Escolar mediadas pelas TDICs antes do Ensino Remoto Emergencial (ou seja, no ensino presencial). O terceiro bloco está relacionado às práticas pedagógicas na Geografia com as TDICs durante e após o Ensino Remoto Emergencial.

A partir do uso de metodologias quantitativas e qualitativas (GODOY, 1995; GHEDIN; FRANCO, 2011), os dados levantados nas perguntas “fechadas” foram tabulados, ordenados e contabilizados estatisticamente em gráficos. Para analisar os dados obtidos nas perguntas “abertas”, criamos “padrões de respostas”, que nos permitiram organizar a grande quantidade de informações disponíveis, aparentemente caóticas e desconexas, tornando-as manipuláveis e interpretáveis.

Resultados

Conforme os dados apurados na pesquisa em campo, o período do Ensino Remoto Emergencial não trouxe apenas novas possibilidades e práticas pedagógicas com as TDICs na Geografia Escolar. Também fez com que o professor dessa disciplina direcionasse seu olhar para questões que, antes da pandemia da Covid-19, não eram tratadas com a devida atenção (ou mesmo negligenciadas).

Sobre as respostas dos participantes desta pesquisa ao primeiro bloco de perguntas (que abordou as formações inicial e continuada de educadores), constatamos que os cursos de graduação em Geografia, de maneira geral, ainda concebem as TDICs somente como meios de comunicação entre a comunidade acadêmica ou fontes de pesquisa, pois não oferecem disciplinas específicas ou outras atividades que promovam discussões a respeito das

possibilidades/potencialidades educacionais das novas tecnologias. Também não propõem reflexões sobre como os dispositivos digitais de conexão contínua podem alterar a cognição humana e, conseqüentemente, o processo de construção do conhecimento geográfico.

O segundo bloco de questões (sobre as práticas pedagógicas com as tecnologias digitais antes do Ensino Remoto Emergencial) nos revelou que 71% dos professores pesquisados pouco incorporavam as TDICs em suas práticas pedagógicas antes da adoção do Ensino Remoto Emergencial. Nas escolas paulistas, de maneira geral, a presença das tecnologias digitais era precária antes da pandemia da Covid-19.

No terceiro bloco de perguntas (relacionado ao Ensino Remoto Emergencial, bem como as aprendizagens que os professores obtiveram sobre o uso das tecnologias digitais no referido período) identificamos que o contexto excepcional de aulas online não registrou apenas a aceleração da incorporação das TDICs nas escolas, pois também modificou as diferentes formas com que os docentes se apropriam, pensam e trabalham pedagogicamente com as tecnologias digitais.

Estes saberes docentes, emergentes no Ensino Remoto Emergencial, estão relacionados ao manuseio das TDICs, à formação continuada, ao planejamento pedagógico e à metodologia de ensino. Tais conhecimentos, que não estão sistematizados em doutrinas ou teorias educacionais, foram incorporados ao estilo de ensinar do professor, à sua identidade profissional e ao repertório de conhecimentos aos quais os educadores passaram a recorrer para trabalhar com as tecnologias digitais em sala de aula também no período pós-pandêmico.

Considerações finais

Como a maioria dos professores que participaram desta pesquisa não foi formada para entender as TDICs e suas relações com o ensino de Geografia, tampouco, posteriormente, participou de cursos e atividades que possibilitassem pensar e/ou trabalhar pedagogicamente com as tecnologias digitais, constatou-se que os saberes docentes com as TDICs que emergiram na Geografia Escolar, durante o contexto do Ensino Remoto Emergencial, foram, essencialmente, experienciais, surgidos nas práticas profissionais dos professores.

Desse modo, quando as aulas migraram do formato presencial para online, os professores de Geografia, sem uma preparação adequada para tal ou conhecimentos teóricos aos quais pudessem recorrer, em relação ao trabalho pedagógico com as tecnologias digitais,

tiveram que “aprender fazendo”, por tentativas, entre erros e acertos, se ajustando, assim, à inédita situação de ensino-aprendizagem.

Referências

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério**. Revista Brasileira de Educação, n. 13, p.5-24, 2000.

A POLÍTICA DE COTAS NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DE UM DIREITO – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Lorraine Alves Berg Barroso
Graduanda em Serviço Social – Universidade Federal de Juiz de fora
Lorraineberg16@gmail.com

1. Introdução

O objetivo desse texto é trazer uma síntese a respeito do projeto de extensão “Se liga nas cotas: Desconstruindo mitos e afirmando direitos”, que desde 2022 tem atuado em duas frentes, uma que se coloca com a oferta de curso de extensão para professores da rede de ensino e uma nova frente que são as idas até as escolas do município de Juiz de fora para tratar do tema diretamente com os alunos.

Através do projeto, buscou-se contribuir para um maior entendimento sobre a importância das políticas de ação afirmativa, especialmente a política de cotas, que seja, a Lei 12.711, que é uma forma de promover um maior grau de oportunidades para uma juventude que historicamente não pode acessar o ensino superior, uma juventude negra, empobrecida que sabemos ser atingida por todas as desigualdades que alicerçam a história da sociedade brasileira.

2. A ascensão da política de cotas no Brasil

Sabemos que as universidades historicamente foram acessadas por uma classe social específica e privilegiada, foi com a introdução da Lei 12.711, em 2012 que abriu-se “espaço para outros grupos sociais exercerem seu direito à educação em nível superior.” (SENKEVICS; MELO, 2019, p. 2) Assim, após sua implementação observou-se a abertura do “quadro político-social de inclusão da população negra (...) em universidades e institutos federais antes nunca visto no país.” (SANTOS, 2019, p. 2)

Desse modo, constata-se que no ambiente universitário agora circulam “jovens mais pobres, negros e negras que produziram mudanças nos indicadores de desigualdades de acesso

ao ensino superior”. (LIMA, 2018, p.10). E cabe destacar que as mudanças que se impuseram foram extremamente benéficas para as universidades, diversas pesquisas demonstram que o meio universitário não é mais absolutamente restrito a uma única classe, assim “a criação de políticas de ação afirmativa racial e social foi um dos acontecimentos de maior significado político e social das últimas décadas no nosso país”.(FERES, 2018, 170)

De todo modo, ainda com todas as mudanças que já ocorrem, existe muito a ser feito, tanto a tangente a permanência desses alunos, mas ainda quanto às percepções destes sobre a política.

3. O curso de extensão Se liga nas cotas

O Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação da Universidade Federal de Juiz de Fora (NUGEA – UFJF) tem ofertado o curso de extensão “Se liga nas cotas: Desconstruindo mitos e afirmando direitos” com os professores da rede de ensino. Com o intuito fomentar a discussão a respeito das cotas e reafirmá-las enquanto direito. No ano de 2022, entramos na terceira edição do projeto e intensificou uma segunda frente do projeto, a ida às escolas.

Sabemos que é nas salas de aulas que surgem as maiores dúvidas a respeito do ingresso no ensino superior, tanto quanto é um espaço potencial para discutir tais dúvidas, mas exige a necessidade de se ter professores que minimamente estejam inteirados do debate. O curso de extensão confluem para auxiliar nesse caminho de interação.

Entretanto, com as idas às escolas públicas de fora, conseguimos tratar da temática diretamente com os alunos. Obviamente que não se esgota a discussão, até por realizarmos um único encontro por turma, uma vez que tentamos abranger o máximo de escolas possíveis e afins.

As abordagens são realizadas trazendo um pouco da historicidade da sociedade brasileira, para que se possa perceber por que as Políticas de ações afirmativas são um Direito e são necessárias. Trazemos esse panorama geral, até a lei de cotas, e o funcionamento da política dentro da Universidade Federal de Juiz de fora. Normalmente, os professores ou gestores solicitam a ida à escola, seja via email, seja por meio do instagram do projeto e sugerem uma data que faça sentido para a organização da escola. Cada escola tem representado um desafio diferente. Cada uma traz demandas diferentes, exige da equipe a construção do debate de maneira diferente. Cada aluno vem de uma perspectiva que muitas

vezes advém de um alicerce meritocrático, ou que não percebe a universidade enquanto possibilidade, ou enquanto espaço público. Há ainda diversos alunos que nunca passaram pelo campus, e por consequência não percebem enquanto espaço deles.

É importante destacar, que temos ido em turmas desde nono ano até o terceiro do ensino médio. Quanto aos nono anos, estamos tratando de jovens que vão entrar no ensino médio, mas existe um quantitativo que não vai entrar, pela necessidade de trabalhar e ajudar a família e por diversas outras questões que se colocam no cotidiano. O que se vê é que esses jovens são atingidos diretamente pelas desigualdades que se impõem na vida das pessoas dentro do modo de produção capitalista, e que conseqüentemente não conseguem perceber as universidades, mesmo que no campo de possibilidades, como algo possível para elas. A experiência tem sido bastante proveitosa, e as respostas dos alunos são bastante positivas. Primeiro porque promovemos diretamente uma ligação entre a universidade e as escolas, e segundo por que mesmo que indiretamente ter alguém da universidade dentro da sala de aula, traz uma percepção visual de que é possível. Mas cabe destacar, que a ideia do projeto é também sanar as dúvidas desses alunos sobre as formas de ingresso da universidade, seu funcionamento, os cursos disponíveis e quaisquer dúvidas que eles apresentem.

Tem sido bastante interessante perceber como eles têm interesse na temática, mas muitas vezes não há espaço para se debater com os professores. Claro que se coloca diversas subjetividades nesse processo, os professores têm um calendário para seguir, e alguns nesse caminho conseguem inserir o debate com os alunos, mas às vezes não é possível, como já destacado isso ocorre por diversos fatores.

Nas falas dos alunos, algumas vezes nos deparamos com uma perspectiva muito influenciada por fatores como a meritocracia e a ausência de uma perspectiva crítica, percebe-se que “a soma do racismo histórico e da meritocracia permite que a desigualdade racial vivenciada na forma de pobreza, desemprego e privação material seja entendida como falta de mérito dos indivíduos.” (ALMEIDA, 51, 2019) Aliás, esse tem sido um ponto que sempre temos que inserir na discussão. Quando falamos na política de cotas, não há nenhuma vantagem para os usuários da política, absolutamente, isso por que estão inseridos nas mesmas salas, fazendo a mesma prova do vestibular que outros alunos. O recorte que a política faz é para que minimamente os alunos de escola pública concorram com outros alunos de escola pública.

Muitas vezes, há além argumentos contrários baseados na suposta "meritocracia", existe também um debate sobre uma suposta "inversão de privilégios". Essas resistências demandam

a necessidade de um amplo debate, baseado em dados e evidências públicas, para desmistificar equívocos e fortalecer a compreensão da importância desse tipo de política, e ainda não se perdendo de vista a necessidade de aproximar esse debate com a juventude.

Além disso, sempre lembramos que na UFJF, a política de ação afirmativa é implementada por meio do sistema de cotas, onde ocorre a reserva da metade das vagas em todos os cursos para estudantes de escola públicas, e essas vagas são distribuídas entre os nove grupos de heteroidentificação, A, A1, B, B1, D, D1, E, E1 e F. Cada grupo com recortes e especificações. Em todas as escolas, a maioria das dúvidas incidiram sobre essa distribuição, então percebeu-se que ilustrar como é feito essa distribuição e quais os requisitos previstos para cada grupo era algo importante para os alunos, em todos os níveis de ensino. Importante lembrar que a política de cotas, inscrita na lei 12.711 de 2012, prevê a reserva de vagas para alunos de escola pública em todo o território nacional, portanto em todas as instituições federais de ensino superior.

Ao reconhecer e afirmar a política de cotas como um direito, estamos tratando de uma forma de promoção da inclusão e garantindo a diversidade, permitindo que grupos historicamente marginalizados tenham acesso a oportunidades que lhes foram historicamente negadas. No entanto, mesmo reconhecendo as ações afirmativas como um direito fundamental, é necessário enfrentar os desafios e resistências para sua implementação efetiva. A conscientização, o diálogo e a educação são fundamentais para superar visões deturpadas sobre a política. Por tudo isso, se faz importante pensar que a implementação das ações afirmativas no Brasil representa um importante avanço no combate às desigualdades historicamente presentes, entretanto, esse processo tem enfrentado desafios significativos que precisam ser superados para que os objetivos das políticas de ações afirmativas sejam plenamente alcançados.

Considerações finais

Com todo o exposto, conseguimos perceber que a política de cotas tem sido um instrumento que tem influenciado positivamente a entrada de jovens nas universidades, entretanto ainda é preciso trazer uma articulação para o campo do direito. E mais, ainda é preciso aproximar esse debate dos jovens que estão entrando no ensino, e mostrar que se trata de um direito não um favor do estado. Por isso a necessidade de desconstruir sínteses feitas sobre um alicerce meritocrático e reducionista.

É por todo o exposto que o curso de extensão “Se liga nas cotas: Desconstruindo mitos

e afirmando direitos”, visa debater a necessidade histórica das cotas nas universidades.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SENKEVICS, Adriano Souza. **Contra o silêncio racial nos dados universitários: desafios e propostas acerca da Lei de Cotas**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 44, e182839, 2018.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. Lua Nova: revista de cultura e política, n. 28-29, p. 107-157, 1993.

CAPELLA, Ana Cláudia. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas públicas no Brasil**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2007, cap.

A VIA CRUCIS COMO CARTOGRAFIA

Diogo Ballesterio Fernandes de Oliveira
Graduando em Filosofia, UFJF
diogo.ballesterio@gmail.com

Palavras-chave: Literatura; Cartografia; Via Crucis

Ainda que muitos não saibam explicar exatamente o que seja, é comum a qualquer cristão (não apenas aos católicos) a expressão via crucis. O termo é proveniente do latim, cuja tradução direta seria via/caminho da cruz. Trata-se de um rito da Igreja Católica, praticado pelos seus seguidores, que reconstrói teatralmente, em sentido de celebração, o que teria sido o doloroso caminho de Jesus Cristo, quando o mesmo portava às costas a cruz rumo à crucificação no Gólgota.

Não é interesse nem lugar aqui para uma especificação dos modos como o ritual da via crucis foi variando ao longo dos períodos históricos, no entanto, é oportuno dizer que, em alguns locais, a celebração incorporou uma outra, também referida em latim, a celebração da Via Lucis, cuja tradução seria via/caminho da luz. De modo sucinto, via lucis celebra os mistérios gloriosos, cuja abordagem é referente aos fatos da vida de Cristo compreendidos em uma temporalidade que vai da sua Ressurreição até a Pentecostes. Nessa celebração, seja a da especificamente da via crucis, ou a segunda, mais encorpada, Via Crucis + Via Lucis, concorrem muitos personagens, bíblicos e históricos, constituindo-se como uma verdadeira teatralização do sacro.

Ao longo dos séculos a história da via crucis ganhou relatos e personagens importantes, como Francisco de Assis e Rinaldo di Monte Crucis, o que apenas comprova a força mística e mítica do evento crucificação no imaginário de milhões de cristãos. essa força mística/mítica condicionou muito os comportamentos para com a celebração desse evento, isto porque, de início, a celebração da Via Crucis "obrigava" ao cristão o compromisso moral de visitar pessoalmente os lugares nos quais Jesus sofreu e foi supliciado. As dificuldade de ordem material, financeira e de deslocamento físico por qualquer impedimento foi o grande motivador para que cada paróquia tentasse ela mesma fazer um simulacro da Jerusalém antiga. Isso foi de imensa importância para o desenvolvimento do teatro religioso, mas também foi de imensa importância para que cada paróquia imprimisse alguma peculiaridade

na interpretação do episódio bíblico da crucificação de Cristo. Isso reforçou o sentido de comunidade e pertencimento de pequenos grupos locais frequentadores de cada paróquia. A Via Crucis foi, e continua sendo, um importante instrumento da Igreja, mas de cada igreja em particular, para a manutenção do ser rebanho, sem qualquer pejoratividade aqui no uso do termo caro à cristandade.

Já a este ponto é natural a pergunta: qual relação de tal assunto com o presente evento?

A Via Crucis é, naturalmente, o assunto mais apropriado à discussão feita no campo da Ciência da Religião, no entanto, sendo um fator de cultura, essa celebração religiosa foi absorvida por muitas esferas da sociedade civil, sendo a de interesse da presente exposição a absorção da mesma pela Arte, mais especificamente pela Literatura.

É sabido que a prática da Via Crucis foi difundida graças aos peregrinos que voltavam da Terra Santa, em uma prática facilmente datável desde o século XIV. Para a presente exposição e debate, o espaço privilegiado será o do século XIX português, mais especificamente lisboeta. O interesse não é da análise religiosa, mas o do uso do fator religião pela arte como instrumento de leitura de um espaço urbano, no caso o da capital portuguesa no século XIX. Aqui já começa a ser delineada a transição entre Religião

Literatura-Geografia.

Não cabe aqui a análise das estações da Via Crucis, ou por outro termo, da Via Doloris de Cristo. A tradição atual ficou o número em 14 estações. De importante, cabe observar que elas existem, e que para o uso da arte elas possuem frequentemente importância. Haverá momentos na narrativa que de alguma forma simulam as estações do percurso de Cristo, ou melhor, do percurso da representação feita do caminho de Cristo rumo à crucificação no Gólgota.

O Primo Basílio é um romance do escritor português Eça de Queiroz. Publicado em 1878, constitui uma análise crítica da família burguesa urbana no século XIX. A sua circunscrição a determinado tempo histórico não inviabiliza uma leitura com vistas à reflexão de nossa época, esta, a do século XXI. Antes, será possível perceber muitos pontos de contato entre uma e outra sociedade, revelando-se, assim, mais próximas do que, a princípio, seria de se imaginar.

A narrativa que servirá de discussão para esta comunicação oral é o texto de Eça de Queiroz, publicado em 1878, O Primo Basílio. Se em O Crime do Padre Amaro a crítica incidira sobre o comportamento provinciano, em O Primo Basílio a crítica incide sobre a maior cidade portuguesa, a sua capital. Por que este romance seria de interesse de uma discussão no âmbito dos estudos geográficos? Porque é um romance e escritor que se adequam perfeitamente àquilo que o crítico literário Silviano Santiago chamou com muita felicidade de "Literatura Cartográfica".

Literatura Cartográfica é um tipo de narrativa que, por meio de um relato ficcional, escreve/descreve/reescreve um espaço urbano. Eça, como escritor pertencente ao Realismo, possuía um gosto pelo descrever minucioso dos espaços físicos, por outro lado, como artista possuía um olhar singular para esse mesmo espaço. Sua escrita se enquadra na concepção de literatura cartográfica na medida em que lê o seu romance é um modo de percorrer as ruas e praças de Lisboa sem que fisicamente lá se esteja. Aqui, faz-se notar a aproximação entre Literatura e Geografia.

O cerne da discussão: certo núcleo dos personagens no referido romance são caracterizados por uma ociosidade e futilidade burguesa. A esse propósito, vale lembrar que aqui, no final do século XIX, o burguês é aquele que, no contexto português, esforça-se por viver como aristocrata. É uma burguesia fútil e desconectada da realidade da maior parte da população portuguesa de sua época. Pinçando uma personagem desse convívio, Luísa, a protagonista do romance, Eça fará com que ela percorra a cidade. O percorrer de Luísa será um processo de desvelamento de uma cidade desconhecida para uma burguesa "trancafiada" até então dentro de casa. Luísa viverá a sua própria via crucis.

Será percorrendo a cidade em um processo de descoberta para si, que para ela será de via dolore, que Luísa descobrirá para o leitor (lembrando que o leitor era basicamente oriundo também da burguesia) uma cidade outra, uma outra urbanidade, suja, promíscua, perigosa. A via crucis de Luísa é um andar que andando confere à narrativa o delinear de uma cartografia. Os passos de Luísa são os responsáveis por esses "desenho" cartográfico.

Luísa é o elemento que por meio de suas andanças da segunda metade do romance escreve uma cidade. Lisboa abre-se geograficamente, por meio da arte narrativa, a um público acostumado a enxergar (ou não enxergar) a cidade de outra maneira.

Por meio de uma leitura orientada criticamente, e a partir de excertos oportunamente

escolhidos, será possível demonstrar o encontro entre Geografia, Literatura e Religião. Cada uma em seu espaço de atuação, mas na interseção do texto é possível promover uma leitura intertextual potencialmente crítica para as três áreas de saber.

REFERÊNCIAS PRELIMINARES:

DUARTE, Lélia Parreira. **Ironia e Humor na literatura**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas; São Paulo: Alameda, 2006

ECO, Umberto. **Sobre a literatura**. São Paulo: Record, 2003

FARINELLI, Franco. **La crisi della ragione cartografica**, Torino: Einaudi, 2009. LOCH,

R.E.N. **Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

QUEIRÓS, Eça. **O Primo Basílio**. São Paulo: Ed. Abril, 1971.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós modernidade**. São Paulo: Cortez, 1996.

ZAPATERO, Juan. **Viacrucis en clave de actualidad**. Barcelona: Editorial Enrique de Ossó y Ediciones, 2006.

URBANIZAÇÃO DE CIDADES MINERADORAS: EIXO DE PESQUISA DA ECONOMIA URBANA

Rafael Prieto Bruckner
Graduando em Economia pela UFJF
Bolsista de IC – UFJF

Wagner Batella
Professor do Programa de PPGEO - UFJF

Uma das várias atividades econômicas que o ser humano desenvolveu para atender suas necessidades e desejos é a mineração, e algumas regiões e cidades ao redor do mundo, se especializam e se inserem na cadeia produtiva do minério e diante disto, se faz necessário pesquisar como a inserção destas cidades na cadeia produtiva acontece, quais as consequências sociais e econômicas desta inserção e como isto transforma o espaço e muda a estrutura urbana.

A mineração é responsável por fazer com que estas cidades sejam afetadas por todo tipo de consequência ligada a presença das firmas mineradoras: sofrem consequências ambientais e sociais, recebem trabalhadores migrantes, veem agentes econômicos da própria cidade e de outros lugares se inserirem na cadeia produtiva do minério de forma a conectar a cidade a outros lugares, sofrem impactos nos serviços públicos, no nível de emprego, no mercado imobiliário, no setor de serviços, entre outras.

A partir disso se criou o projeto de pesquisa sobre a urbanização e cidades mineradoras¹, em que se busca elucidar esta inserção para as cidades mineiras de Mariana, Itabira, Nova Lima e Congonhas. Neste projeto, busca-se entender como o papel que estas cidades assumem na cadeia produtiva é responsável por mudar a dinâmica de funcionamento destas cidades, bem como as interações delas com outras cidades no Brasil e no mundo. O projeto então busca explorar e entender essa realidade por meio dos seguintes eixos de pesquisa: Economia Urbana, Mercado de trabalho e dinâmica populacional, desigualdade na escala intraurbana e ramos industriais da mineração.

¹ Projeto Regiões da mineração em Minas Gerais: urbanização, cidades e dinâmicas territoriais financiado pela FAPEMIG – CSA APQ 02022/18.

Parte das transformações pelas quais as cidades passam durante os ciclos mineradores dizem respeito a fatores econômicos, e por isto, é importante que se busque entender como fenômenos da economia urbana atuam durante este processo.

A Economia é uma área que estuda as escolhas que as pessoas fazem quando os recursos são limitados e as diversas implicações disto para o lucro das firmas, os resultados das políticas públicas e a qualidade de vida das pessoas.

A Economia entende que famílias fazem escolhas para maximizar sua utilidade enquanto firmas as fazem para maximizar seu lucro. A Economia Urbana, um dos eixos do projeto, coloca uma dimensão espacial dentro da análise destas escolhas, de modo a explorar escolhas locacionais e geográficas de firmas maximizadoras de lucro e de famílias maximizadoras de utilidade dentro do espaço urbano, identificando ineficiências em escolhas locacionais e examina políticas públicas alternativas para promover escolhas mais eficientes nesse espaço.

A partir do exposto, podemos entender que a economia urbana enfoca em entender e descrever como fatores econômicos contribuem para o surgimento, e as transformações das cidades e também das relações destas entre si, com o espaço não urbano, com a sociedade e com instituições como governos, empresas, organizações etc. O processo pelo qual as cidades surgem, as transformações acontecem e as relações se moldam resultam da decisão de muitos agentes que moldam ao longo do tempo a estrutura urbana conforme seus interesses, suas crenças e seu poder.

Um tipo poderoso de agente que afeta a estrutura urbana são corporações que se encarregam da atividade de extração de minério. Essas corporações se instalam em alguns municípios de modo a inseri-los e dá-los uma função na cadeia produtiva do minério, e ao fazerem isto, moldam o espaço urbano destes lugares conforme seus interesses, seu poder e os limites que podem ser impostos a este poder e assim, trazem a estes lugares consequências em vários âmbitos, estando entre eles, consequências econômicas que podem afetar os mais variados tipos de agentes.

A partir da noção de que as firmas mineradoras se instalam nas cidades de forma a afetar o funcionamento destas por meio de fatores econômicos, se faz pertinente estudar diferentes questões de âmbito econômico que contribuem para a forma como a cidade se transforma e

são induzidas pela presença da atividade mineradora e por isto, foi estabelecido um eixo de pesquisa sobre Economia Urbana, que explorará diversos temas relativos à urbanização de cidades mineradoras. A seguir mencionamos alguns deles:

- Uma possível consequência da atividade mineraria é a especialização produtiva da cidade, em razão do fato de que a presença das firmas mineradoras podem afetar custos de oportunidade de modo a atrair fatores de produção para sua cadeia produtiva, o que pode ocorrer por causa da competição das mineradoras por estes fatores, dificultando a aquisição deles por parte de outros setores, mas também, pode ocorrer em razão do fato de que a mineração demanda o produto de outros setores e oferta a outros setores também, então, se integrar a atividade mineradora como fornecedor ou comprador, pode ser mais vantajoso e mudar a composição setorial dos municípios mineradores. Algumas fontes afirmam que para cidades pequenas com atividade minerária do interior de Minas, não é comum que essas firmas ofertantes e demandantes normalmente não surjam nestes locais por causa do aparecimento das mineradoras e se esta hipótese se confirmar, passa a ser pertinente se investigar como a estrutura de custos destas firmas contribui para que isto não ocorra.

- O surgimento de uma atividade econômica pode afetar o nível de emprego de uma cidade e muitas fontes dizem que os efeitos da mineração com relação ao nível de emprego para municípios como os que se quer estudar são pequenos, então, caso se confirme que este efeito é pequeno, deve-se explorar as razões subjacentes a isto, que muito provavelmente tem relação com as decisões locacionais e com a estrutura de custos de firmas que demandam e ofertam da mineração.

- Ainda sobre o funcionamento de outros setores após a implantação da atividade mineraria, é pertinente colocar que este funcionamento pode ser afetado por externalidades negativas causadas por possíveis efeitos ambientais nocivos da extração de minério que podem afetar, por exemplo, setores que dependam de recursos hídricos.

- Diante disso, conclui-se que é importante pensar em como o poder público pode atuar para diversificar a economia local e avaliar o que tem sido feito para isto (se é que tem sido feito), pois, uma vez que a mineração se tratar de uma atividade não renovável, os impactos da exaustão das reservas no PIB, no emprego e nas contas públicas será mais diluído e menos intenso caso os municípios onde a mineração se desenvolve dependam menos excessivamente desta atividade. É preciso também observar como a economia destes municípios se recupera

depois da exaustão.

- As cidades inseridas na cadeia produtiva da mineração podem adotar funções diferentes dentro desta cadeia, portanto, outra questão pertinente no estudo da economia urbana dessas cidades é como estas cidades se transformam em razão das necessidades produtivas de cada função e também, como a presença de tipos diferentes de trabalhadores, em cada cidade pode influenciar o setor de serviços em razão do surgimento de nichos de mercado diferentes em cada cidade.

- A mineração também deve trazer consequências às contas públicas em razão da sobrecarga que a implantação e manutenção da atividade mineraria pode trazer à educação e saúde públicas e também à infraestrutura das cidades, portanto, é importante verificar, se os royalties e tributos obtidos com a atividade realmente possibilitam que as prefeituras adêquem a infraestrutura e os serviços ao aumento da demanda causada pela implantação da mineração.

- As consequências da implantação de uma atividade econômica podem levar as pessoas da cidade onde ela foi implantada a terem uma melhora ou uma piora na qualidade de vida, então, é preciso também, observar como a presença da atividade mineradora pode afetar componentes do IDH e outras variáveis de interesse que possam representar uma alteração na qualidade de vida da população.

- Subjacente aos efeitos na qualidade de vida da população, podem estar questões, como a gestão dos recursos obtidos através da mineração pelo poder público, a insuficiência destes e as externalidades. Também podem explicar os efeitos da mineração na distribuição de renda, podendo-se explorar os efeitos da mineração nas variações reais da renda de estratos de renda.

- Por último, por terem suas decisões locacionais ligadas a onde no terreno é possível encontrar os recursos minerais que se pretende explorar, as mineradoras devem ser responsáveis por atrair pessoas para regiões afastadas dos distritos centrais, que é um processo que tem potencial para afetar economias de aglomeração no município, mudar o nível de especialização dos serviços, gerar flutuações no mercado imobiliário e mudar o tempo de comutação dos trabalhadores na cidade.

REFLEXÕES ACERCA DAS NOVAS PERSPECTIVAS DA GEOGRAFIA ESCOLAR: CIBERGERAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS NO AMBIENTE ESCOLAR

João Vitor Paiva de Brito Rocha
Graduando em Geografia
rocha.joaopaiva@estudante.ufjf.br

Introdução

Cada vez mais imersos em uma sociedade tecnológica, somos postos a prova cada vez mais enquanto não nos inserimos integralmente no mundo digital. Levy (2005) trata esse processo através do termo ‘cibercultura’, definido por um conjunto de técnicas, práticas e procedimentos que passam a se desenvolver com o crescimento do ciberespaço. A troca de informações e dados hoje, pela internet, é algo quase que indissociável do fazer cultura, que é o que molda a forma com que os indivíduos percebem e interpretam o mundo ao seu redor (GEERTZ, 1989). Em um mundo completamente voltado à produção e aos resultados, smartphones, computadores e outros dispositivos eletrônicos passaram a ser tão essenciais quanto roupas e a alimentação.

Dessa forma, quando estuda-se o ensino de Geografia nas escolas, hoje, se aborda uma geração envolta de tecnologias e imersa em um mundo digital, com acesso às mais diversas fontes de informação e pesquisa em um só aparelho. De fato, ser professor hoje está diretamente relacionado com estar ligado às redes sociais e acompanhando as mais diversas fontes de informação com o senso de ser capaz de desmentir ou corrigir determinadas questões que são postas em sala de aula.

Portanto, cabe aqui analisar de que forma se pode conectar o uso desenfreado da tecnologia pelos jovens com um melhor aprendizado da ciência geográfica na escola. Não constitui-se de apenas usar vídeos ou outra ferramenta de projeção tridimensional, mas na realidade, de como inserir o seu planejamento de aula de uma forma que se adeque às demandas de uma geração digital. Esse momento é quase que uma grande reflexão: como não tornar a aula chata e tradicional para uma juventude que se atrai com tantos vídeos curtos e apelativos?

Nesse sentido, surgem situações a serem debatidas: (1) O aprendizado dos conteúdos de

Geografia são adequados? (2) Os alunos desenvolvem, por si, relação entre conteúdos paralelos da internet e as aulas de Geografia? (3) Como professor, aprendemos a ser capazes de unir essas ferramentas para um melhor aprendizado dos alunos? (4) Já que não é mais possível proibir os celulares em sala de aula, como usá-los a nosso favor?

As novas tendências tecnológicas e possíveis perspectivas de ensino

Segundo a pedagogia freireana, professores e alunos se transformam mutuamente no processo da educação, aprendendo ao mesmo tempo em que ensinam. Nesse sentido, o professor deve ser capaz também de se transformar e repensar suas práticas em prol da aprendizagem dos alunos. Dessa forma, portanto, envolto a novas dinâmicas em sala de aula, os docentes e professores em formação tem a obrigação e oportunidade de formular novas práticas pedagógicas que são atrativas a jovens que se desenvolvem no meio educacional de uma forma completamente diferente do que se dava há cinco ou dez anos atrás.

Geertz (1989) afirma que as culturas se expressam na forma com que os indivíduos lêem o mundo ao seu redor. O processo educacional nada mais é do que uma relevante faceta do fazer cultura — portanto, uma prática pedagógica que negligencia as tendências da cibercultura (LEVY, 2005) e dos novos moldes da “tiktokzação”² da juventude tende a se apresentar como atrasada. A tendência das redes sociais torna-se quase inevitável em todos os sentidos da vida atual.

Dessa forma, a postura docente da escola tradicional da proibição dos celulares cai por terra. De que forma pode-se proibir o uso de celular em sala de aula se o celular tornou-se o objeto central e protagonista para o cotidiano das novas gerações? Seja para o uso educacional, para o lazer ou para a comunicação com a família, o celular é de fato incentivado e tornou-se algo até mais essencial que o uniforme escolar, principalmente após o período da pandemia do COVID-19 e o ensino remoto.

Nesse sentido, propõe-se um exercício: imagine que um aluno que navega pela internet durante a aula — em um momento de explicação —, vendo inúmeros vídeos curtos, apelativos e interessantes sobre o planeta Terra, é repreendido pelo professor, que ordena que ele guarde o celular e preste atenção no conteúdo. Por que esse professor não foi capaz de tentar se inserir naquela situação, com objetivo de compreender o que se passava?

² É resgatado como “tiktokzação” o processo de assimilação de conteúdos curtos e rápidos que tem se tornado comum entre os jovens após a popularização do aplicativo Tik Tok e seu modelo de vídeos.

Piaget (1954) trabalha com uma ideia de que a vontade consiste em conservar valores anteriores e conduzir de forma coerente as idéias. Portanto, vontade é o conflito entre duas tendências de forças diferentes. Nessa expressão de conflito, a interação entre professor e aluno abordando os vídeos geraria interesse, ou seja, um dispêndio de energia maior para a realização da atividade, prestar atenção na aula. Por outro lado, uma interrupção abrupta da atividade que o aluno exercia, de maneira externa, gera uma atividade desinteressante, em que não se despende energia.

Essa pauta correlaciona-se diretamente com a temática acerca do aprendizado e aproveitamento dos conteúdos geográficos. De certa forma, o aprender ou não um conteúdo é algo relativo que perpassa as formas de avaliação, predisposição familiar e social para a existência (ou não) de conflitos além da escola, afetividade e habilidade do aluno com a disciplina. Mas o que é trazido aqui é sobre uma educação geográfica de fato, não relativo a aprovação ou altas notas. O pensamento posto concorda com Cavalcanti (2010), de que a educação geográfica efetiva consiste em guiar o estudante a consciência socioespacial, incluindo-o como parte dos fenômenos históricos e geográficos,

Nesse sentido, o ensino de Geografia deve visar ao desenvolvimento da capacidade de apreensão da realidade do ponto de vista da sua espacialidade. Isso porque se tem a convicção de que a prática da cidadania, sobretudo nesta virada do século, requer uma consciência espacial. (CAVALCANTI, 2010)

Dessa forma, resgata-se a tendência da “Tiktokzação”, ou seja, a padronização de assimilação de conteúdos curtos e rápidos a partir de aplicativos de vídeos como o Tik Tok, principalmente e outros como o Instagram Reels e o Youtube Shorts. Por vezes, relaciona-se esse bombardeio de informações dadas pelos vídeos curtos e informações facilitadas com algumas síndromes ‘recentes’ diagnosticadas em jovens, como o caso da Síndrome do Pensamento Acelerado (GARCIA, 2017).

Esse fenômeno de assimilação a momentos curtos está posta nas novas gerações e também na educação e cabe a nós docentes e futuros professores adequar o nosso ensino, seja na forma com que os conteúdos são expostos ou nos materiais didáticos que seleciona-se para as aulas. Enquanto a graduação do bacharelado em geografia segue se modernizando, adequando novas tendências como a do geoprocessamento aplicado e a utilização de softwares, a licenciatura continua presa a currículos engessados e que pouco abordam atividades da prática docente voltada a Geração Z e a Geração Alpha.

Considerações Finais

A perspectiva do mundo digital como novo panorama de expressão cultural de juventudes traz potencialidades imensas para o ambiente educacional. O uso do celular no ambiente escolar, algo que é posto como inevitável, permite a utilização de inúmeras ferramentas e recursos, sejam como recursos didáticos para a aula, material para capturar a atenção do estudante ou como ferramenta de pesquisa. Nessa perspectiva, a utilização desses recursos por parte dos alunos deve ser englobada nos planejamentos docentes, para que aconteça de maneira organizada e objetiva.

Temos, dessa forma, colocado nosso último movimento reflexivo: o de pensar metodologias capazes de englobar o uso de celular no nosso cotidiano escolar em uma perspectiva de ensino presencial. O ensino remoto da pandemia do COVID-19 inseriu o uso dos aparelhos tecnológicos como parte do cotidiano desses jovens e agora isso não pode ser interrompido, ou ao menos não é um movimento simples. Cabe aos educadores, portanto, mover perspectivas de ensino capazes de incluir os aparelhos como ferramentas de ensino.

Nesse viés, pode-se sugerir a elaboração de atividades aliando as novas inteligências artificiais públicas, como o Chat GPT. Por outro lado, é possível encorpar ao ensino a utilização de atividades direcionadas na pesquisa de conteúdos didáticos da ciência geográfica em canais de curiosidades, como o “Você Sabia?” ou o “Fatos Desconhecidos”. No entanto, esse texto visa não sugerir novas propostas, mas na realidade provocar fomentações capazes de despertar nos docentes e futuros professores esse senso acerca da utilização do celular em sala de aula, por parte dos alunos, como ferramenta didática.

Referências

BARIN, C. S.; ELLEN SOHN, R. M.; DA SILVA, M. F. **O uso do TikTok no contexto educacional**. *Renote*, v. 18, n. 2, p. 630-639, 2020.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 16. ed. Campinas: Papirus, 2010. 192 p. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

CHIARELLAI, Tatiana et al. **A Pedagogia de Paulo Freire e o Processo Ensino Aprendizagem na Educação Médica** *The Pedagogy of Paulo Freire and Medical Education*. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 39, n. 3, p. 418-425, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2005.

GARCIA, Adriano Fontoura. **Educação em saúde em ambientes escolares: a Síndrome do Pensamento Acelerado**. Repositório Digital da Biblioteca Unisinos, 2017.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro:LTC,1989.

GONÇALVES, A. D. C.; OLIVEIRA, S. A. F. D.; PIMENTEL, C. S. **Ensino Aprendizagem de Geografia: a questão da reprovação escolar**. UEPG. Anais Semana de Geografia, v. 1, n. 1.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

TRAMAS POÉTICAS DO ESPAÇO: GEOPOÉTICA, RELAÇÕES E TESSITURAS DO POETA COM O MUNDO GEOGRÁFICO

Cássio Lopes da Cruz Novo
Doutor em Geografia - PPGEO (Uerj)
cassiolcnovo@gmail.com

Jonathan Pedro Santos Vitor
Graduando em Geografia - UFJF
jfonathansantos@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A relação entre geografia e poesia, à primeira vista, pode parecer um encontro improvável de disciplinas. No entanto, essa aparente disparidade se desvanece quando exploramos a interseção criativa entre a análise geográfica e a expressão artística. Este artigo explora como a poesia, com sua capacidade de abraçar a subjetividade e a sensibilidade humanas, enriquece a compreensão do espaço geográfico, revelando dimensões ocultas e inspirando uma apreciação mais profunda das conexões entre as pessoas e os lugares.

2. METODOLOGIA

Esse trabalho percorre veredas da geografia humanista cultural, investindo em trilhas desbravadas por autores alinhados a esse campo da ciência geográfica bem como de autores considerados clássicos, responsáveis por desbravar caminhos seminais para a geografia enquanto campo do saber. Também investe nos esforços científicos de poetas e geógrafos ocupados em interpretar as relações entre geografia e poesia. Os passos nessa direção foram disparados a partir da pesquisa em livros e artigos científicos atinentes ao tema.

3. RELAÇÕES ENTRE A(S) GEOGRAFIA(S) E POESIA

A relação entre a poesia e a geografia, muitas vezes percebida como divergente, na verdade pode ser compreendida como uma convergência criativa. Como observado por Vale (2007), a poesia, derivada da palavra grega "poiesis", não se limita apenas à palavra escrita, mas abrange uma variedade de expressões artísticas, como música, dança, artes plásticas e literatura. Nessa relação intrincada, o espaço geográfico é continuamente (re)criado e (re)inventado pela subjetividade humana, resultando em interações constantes entre geografia

e poesia.

A geografia pode enriquecer suas investigações ao incorporar elementos subjetivos e emocionais à identificação e interpretação dos lugares e paisagens, como destacado por Flávio (2019). A poesia permite abordagens mais profundas e sensíveis às relações entre as pessoas e o espaço que habitam, incluindo as dimensões simbólicas e afetivas dos lugares.

Além disso, como argumentado por Vale (2007), a poesia pode desempenhar um papel fundamental na reflexão crítica sobre questões sociais e ambientais, inspirando a conscientização e o engajamento da sociedade em temas relevantes. Essa comunhão entre poesia e geografia oferece um horizonte mais amplo para a compreensão do mundo, incentivando uma visão mais holística e enriquecedora do espaço que compartilhamos.

4. A POESIA SOBRE UMA VISÃO CARTOGRÁFICA

Explorar a interseção entre Geografia e Arte revela uma perspectiva rica e intrigante do espaço geográfico. Os mapas, como expressões visuais e cognitivas, transcendem sua função cartográfica, capturando não apenas a topografia, mas também a complexidade subjacente dos territórios. Eles se tornam artefatos que refletem não apenas o espaço físico, mas também as intenções e subjetividades de seus criadores.

Essa relação entre Geografia e Arte, alimentada pela pesquisa qualitativa e pelo uso do geoprocessamento, admite e enseja outras dimensões das paisagens e territórios. Essa abordagem também se estende à compreensão dos significados culturais e simbólicos dos lugares, além de explorar temas como festas, subjetividades e negócios territoriais.

Portanto, a interseção entre Geografia e Arte oferece uma visão luminosa e imaginativa do espaço geográfico, revelando dimensões ocultas e enriquecendo nossa compreensão do mundo que nos rodeia (Chaveiro, 2015; Duarte, 1994; Lippard, 1985).

5. O POETA: EXPRESSÃO ARTÍSTICA MULTISENSORIAL

A figura do Poeta transcende as fronteiras da mera composição literária, sendo um artista multi sensorial que tece a tapeçaria das experiências humanas em sua miríade de possibilidades. A palavra "poeta" tem origem no termo grego antigo "ποιητής" (poiētēs), significando "criador" ou "fazedor". Essa etimologia reflete a função original do poeta como um artista que molda a linguagem de forma artística e expressiva, indo além da poesia para abranger várias formas literárias e expressivas.

A discussão sobre o "Olhar do Poeta" na interseção entre Geografia e Poesia conduz a uma perspectiva que vai além da observação visual. Historicamente, a geografia consolida-se como ciência eminentemente visual, muitas vezes dependente da descrição do que é visto para a produção de conhecimento sobre o espaço. Não obstante, essa abordagem pode ser enriquecida considerando que nossa relação com o espaço relaciona-se com a capacidade imaginativa e envolve os demais sentidos e a corporeidade. Essa visão mais ampla desafia a limitação da visão e busca uma compreensão holística e integrada do ambiente.

A corporeidade, os sentimentos e as emoções encarnados em um sujeito que sente, imagina e age espacialmente, desempenham papel fundamental na percepção e interpretação do espaço. A linguagem poética, que frequentemente incorpora todos os sentidos para expressar um lugar, enriquece nossa compreensão do "Olhar do Poeta". Esta perspectiva reconhece o espaço não apenas visualmente, mas também emocionalmente, sensorialmente e experiencialmente, proporcionando uma visão mais profunda que celebra a interconexão entre os sentidos, a poesia e a geografia.

Assim, a relação entre poesia e espaço transcende a observação visual, abrindo-se ao convite de um diálogo profundo entre a experiência emocional e a interpretação geográfica. A poesia desafia a concepção restritiva de que a visão é o único sentido capaz de interpretar o espaço, enriquecendo a interpretação geográfica ao incorporar todos os sentidos e emoções na narrativa poética. (Gomes, 2012; Arraes, 2018).

6. O POETA E A PAISAGEM

A relação entre o poeta e a paisagem transcende as fronteiras da mera observação. Ela se embrenha na geopoética, onde a poesia, o pensamento e a ciência convergem em uma dança intrincada. Kozel e Bouvet (2012) destacam que a geopoética representa uma busca pelo entendimento abrangente da vida na Terra, integrando percepção, representação e valores éticos.

Essa visão holística desafia a abordagem tradicional da geografia, que muitas vezes se baseia quase exclusivamente na observação visual do espaço. Ela reconhece que nossa conexão com o ambiente envolve todos os sentidos e a corporeidade, criando uma relação profundamente sensível e emocional com a paisagem.

Alexander Von Humboldt personifica essa ligação geopoética de maneira notável. Além de documentar meticulosamente suas expedições científicas, Humboldt também expressava

suas emoções e percepções de forma poética. Ele compreendia que uma apreensão completa da natureza não poderia ser alcançada, apenas, através da análise empírica. Antes disso, também exigia uma conexão emocional e sensorial com a paisagem. De acordo com Wulf (2016), Humboldt valorizava tanto a subjetividade quanto a imaginação, defendendo que a natureza deveria ser conhecida não apenas intelectualmente, mas também através do sentimento.

Die Natur ist für die denkende Betrachtung Einheit in der Vielheit, Verbindung des Mannigfaltigen in Form und Mischung, Inbegriff der Naturdinge und Naturkräfte, als ein lebendiges Ganze. Das wichtigste Resultat des sinnigen physischen Forschens ist daher dieses: in der Mannigfaltigkeit die Einheit zu erkennen, von dem Individuellen alles zu umfassen, was die Entdeckungen der letzteren Zeitalter uns darbieten, die Einzelheiten prüfend zu sondern und doch nicht ihrer Masse zu unterliegen, der erhabenen Bestimmung des Menschen eingedenk, den Geist der Natur zu ergreifen, welcher unter der Decke der Erscheinungen verhüllt liegt. [...] Wo in der Ebene, einförmig, gesellige Pflanzen den Boden bedecken und auf grenzenloser Ferne das Auge ruht, wo des Meeres Wellen das Ufer sanft bespülen und durch Ulven und grünenden Seetang ihren Weg bezeichnen: überall durchdringt uns das Gefühl der freien Natur, ein dumpfes Ahnen ihres „Bestehens nach inneren ewigen Gesehen“.

(HUMBOLDT, 1869, p.17)

Essa perspectiva geopoética encontra paralelos na filosofia de Jean-Paul Sartre, que argumentava que a existência humana se manifesta no encontro do ser com o mundo. Portanto, a geopoética transcende as barreiras disciplinares tradicionais, convidando-nos a explorar o mundo de maneira holística. Ela integra a sensibilidade emocional, a observação empírica e a filosofia existencial em sua busca por compreender a complexidade do ambiente.

Dentro desse contexto, a poesia assume um papel fundamental. Ela não é apenas uma forma de expressão artística; é uma janela para a consciência geopoética do poeta. Cada poema compartilha não apenas o que o poeta vê, mas também o que ele sente, experimenta e intui através de sua relação multisensorial e emocional com o ambiente. A poesia se torna, assim, um eco do diálogo íntimo e geopoético entre o ser humano e o mundo que o cerca, o envolve e o atravessa.

Nessa perspectiva expandida, a poesia não se limita à função tradicional de uma forma literária, mas se torna um veículo para explorar a mente e o espírito humanos em harmonia com o planeta. Ela se transforma em uma forma de investigar as interconexões entre todas as facetas da vida, celebrando a profunda interação entre o humano e a paisagem que o envolve e o inspira a viver e a conhecer mais do próprio mundo e de si. Portanto, a geopoética revela que somos, todos nós, poetas em potencial, capazes de contribuir para esse diálogo eterno que celebra nossa ligação indivisível com o mundo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, esta exploração da interconexão entre geografia e poesia revela que, apesar das diferenças aparentes entre essas disciplinas, ambas compartilham uma busca pela compreensão mais profunda e holística do mundo que nos cerca. A poesia, com sua capacidade de capturar a subjetividade, emoções e experiências humanas, oferece uma lente única para enxergar o espaço geográfico. Através dessa perspectiva expandida, somos lembrados de que todos nós, em nossa busca pela compreensão do mundo, somos poetas em potencial, capazes de contribuir para o diálogo eterno que celebra nossa ligação indivisível com o planeta.

REFERÊNCIAS:

ARRAES, E. A. **A apreensão sensível da natureza em Goethe e Humboldt. Paisagem e Ambiente**, [S. l.], n. 42, p. 11-22, 2018. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i42p11-22. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/146501>. Acesso em: 16 ago. 2023.

GOMES, P.C.C..**A longa constituição do olhar geográfico**. Revista GeoUECE -Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v. 1, nº 1, p. 1-7, dez. 2012. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

VON HUMBOLDT, Alexander. **Kosmos: Entwurf einer physischen weltbeschreibung**. Cotta, 1869. KOZEL, Salete. Geopoética das paisagens: olhar, sentir e ouvir a “natureza”. Belo Horizonte, 2012.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Dizibilidades literárias: a dramaticidade da existência nos espaços contemporâneos**. Geograficidade, v. 5, n. 1, p. 40-51, 2015.

DUARTE, PAULO ARAÚJO. **Fundamentos de Cartografia**, Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

FLÁVIO, L.C. **POR UMA GEOGRAFIA COM POESIA**. Revista GeoUECE (online), v. 08, n. 15, p.08-22, jul./dez. 2019. ISSN 2317-028X.

VALE, José. **Geografia e poesia**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 88, n. 219, 2007.

WULF, Andrea. **A invenção da Natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt**. São Paulo: Planeta, 2016.

BOUVET, Rachel. **Como habitar o mundo de maneira geopoética?**. 2012

LIPPARD, Lucy. **Overlay: contemporary art and the art of prehistory.** Nova Iorque: Pantheon Books, 1983. p. 122

IV COLÓQUIO
NUGEA
ANAIS

EIXO 2

02 e 03
de Outubro

ISSN 2596-3465

NUGEA

ufjf



PPGEO


FAPEMIG

O TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA NA PANDEMIA CONDIÇÕES DO TRABALHO AMBULANTE NO RAMAL SANTA CRUZ

Maria Julia Reis
Doutoranda do DSS da Puc-Rio

Introdução:

Esta pesquisa qualitativa foi iniciada no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Trata-se de uma abordagem multidisciplinar para entender as dinâmicas do trabalho por conta própria de jovens ambulantes na cidade do Rio de Janeiro. Para este encontro, resolvemos apresentar as dinâmicas do trabalho ambulante no ramal Santa Cruz dos trens da Supervia.

Desde 1988 está a cargo da Supervia o gerenciamento das atividades e serviços dos 270 km de malha ferroviária. Esta malha ferroviária se subdivide em cinco ramais (Santa Cruz, Deodoro, Japeri, Belford Roxo e Saracuruna), três extensões (Paracambi, Vila Inhomirim e Guapimirim). A Supervia conta com 102 estações que atendem 12 municípios: Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Queimados, Japeri, Magé, Paracambi e Guapimirim. de todas as atividades e serviços relacionados às ferrovias da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (REIS, 2022).

Em 2019, a Supervia finalizou seus serviços com a Odebrecht e foi vendida por 800 milhões de reais para a GUMI (Guarana Urban Mobility Incorporated), consórcio formado pelos grupos Mitsui e West Japan Railway, ambas empresas japonesas. Durante a pandemia a empresa sinalizou uma crise financeira, e pediu recuperação judicial, mas não interrompeu seus serviços. No início de 2023, a GUMI desistiu da administração da Concessionária, e o atual secretário de transportes e mobilidade urbana, Washington Reis precisará romper com a trajetória do estado de mero espectador para protagonista da crise do transporte ferroviário no estado do Rio de Janeiro, que perdura há décadas.

Inicialmente 600 mil passageiros utilizavam os trens diariamente. Com a pandemia este número reduziu 50%. Suas estações, acolhem diariamente usuários que estão indo de um destino para outro, trabalhadores das estações e também trabalhadores ambulantes vendendo suas mercadorias. A Concessionária responde a diversas ações públicas no Ministério Público no que diz respeito à acessibilidade, infraestrutura, condições dos serviços e segurança. Manifestações contrárias à tarifa da passagem também é um assunto recorrente quando se trata da Supervia.

Nos trens os trabalhadores ambulantes vivenciam a dicotomia entre o socialmente aceito e o trabalho ilegal, pois mesmo recebendo o título de Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado (Lei Estadual nº 9170/21), são criminalizados pela Supervia, que possui uma campanha de conscientização contra a atividade ambulante e estimula, os usuário a não adquirirem suas mercadorias.

O trabalho por conta própria se torna *possibilidade* diante das dimensões da crise estrutural do capital e seus impactos no mundo do trabalho. As novas formas e espaços de sustento para os trabalhadores dão materialidade à *flexibilidade tropical* de Milton Santos (2006), onde frente aos processos de metamorfoses do mundo do trabalho, há uma adaptação em forma de criatividade que (re)cria sua forma de existir no mundo. Fábio Tozi ao falar da flexibilidade tropical vai mencionar a pirataria como vetor de circulação de mercadorias para população mais pobre. A flexibilidade tropical cria um mercado socialmente necessário que viabiliza o consumo da população mais pobre (TOZI, 2012).

Diante dessa problemática, nossa pesquisa, situa o universo dos trabalhadores ambulantes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em especial os trabalhadores que atuam no transporte ferroviário. O sistema de transporte ferroviário integra os trabalhadores ambulantes de diversos pontos dos municípios que compõem a RMRJ em um único sistema de transportes.

O ramal Santa Cruz é composto pelas estações: Santa Cruz, Tancredo Neves, Paciência, Cosmos, Inhoaíba, Benjamin Do monte, Campo Grande, Augusto Vasconcelos, Santíssimo, Senador Camará, Bangu, Estação, Guilherme da Silveira, Mocidade/Padre Miguel, Realengo, Magalhães Bastos, Vila Militar, Deodoro, Marechal Hermes, Prefeito Bento Ribeiro, Oswaldo Cruz, Madureira, Cascadura, Quintino, Piedade, Estação Olímpica de Engenho de Dentro, Méier, Engenho Novo, Sampaio, Riachuelo, São Francisco Xavier, Mangueira/Jamelão (Desativada), Maracanã, São Cristóvão, Praça da Bandeira, Central do Brasil.

Para explorar nosso objetivo, elencamos como objetivos específicos para apresentar neste encontro: (i) Refletir sobre as contradições da gestão da Supervia; (ii) Apresentar as dinâmicas de funcionamento dos trens RJ e, (iii) Desvelar as condições de trabalho dos jovens ambulantes no espaço da ferrovia durante a pandemia.

Metodologia:

Como foi brevemente mencionado na introdução, a pesquisa qualitativa se aproxima do Método Histórico Dialético, onde o real é observado em sua aparência para que a essência

seja desvelada. A entrevista explora os processos presentes nos fenômenos estudados. O método dialético tem um lugar de destaque entre os demais métodos de pesquisa social, pois considera as dinâmicas fluidas em constante transformação (ANDRADE e SCHMIDT, 2015).

Para alcançar os objetivos da pesquisa, dialogamos com 10 jovens no intuito de rememorar o processo de trabalho por conta própria nos trens durante a pandemia. Estes jovens tiveram sua identidade preservada. Desse modo, a partir da entrevista semiestruturada, da observação sensível e atenta, do fortalecimento de uma escuta qualificada, buscamos compreender o universo permitido pelos trabalhadores. Para este encontro, apresentamos também, os registros fotográficos realizados na pandemia para dialogar com nossas narrativas. Estes registros compõem um acervo próprio.

Para direcionar a pesquisa de campo, desenvolvemos um roteiro de entrevistas que foi a base do questionário semiestruturado composto de 48 perguntas. Para este encontro, o roteiro de entrevista foi dividido em três partes: Parte I - Caracterização do ambulante, Parte II - Dinâmicas do trabalho ambulante e Parte III - Ambulante e relações com a Supervia.

A Parte I - Caracterização do ambulante, a parte destinada a registrar informações que descrevam “quem é este jovem?” de forma aparente como saber a idade, a cidade de nascimento, o local de moradia, sua raça/etnia, escolaridade, religião, gênero. Nesta primeira parte, perguntas sobre a composição familiar, moradia, saúde, desvelaram especificidades sobre as formas de experimentar a cidade. Na segunda parte chamada de Parte II - Ambulantes e dinâmicas de trabalho, procurei desenvolver perguntas que resgatem a trajetória de vida no que diz respeito às dinâmicas de trabalho informal, condições de trabalho, conflitos e estratégias de trabalho. Na terceira parte as perguntas abordam as lutas e resistências destes trabalhadores no espaço da ferrovia

Considerações sobre a pesquisa

Esta pesquisa retrata o trabalho de jovens ambulantes no espaço da ferrovia durante a pandemia. Em sua fase atual, rememora junto aos ambulantes, as dinâmicas de trabalho informal naquele período. Esta pesquisa revela aspectos do cotidiano dos trabalhadores ambulantes que só são desvelados no processo de entrevista. As dinâmicas por conta própria no espaço da Supervia, evidenciam os impactos perversos da informalidade do/no “mundo do trabalho” nos dias atuais.

Os resultados desta pesquisa direcionaram nossos estudos atuais, onde identificamos formas de uso de espaços específicos da ferrovia. Desse modo, temos nos debruçado para

entender o processo de territorialização de trabalhadores ambulantes no estado do Rio de Janeiro a partir de alguns autores como Raffestin, Saquet, Milton Santos, Haesbaert entre outros, que dedicaram grande parte dos seus estudos ao conceito integrante da Geografia.

Palavras Chave: Trabalho informal - trens cariocas - jovens ambulantes

Referências Bibliográficas:

ANDRADE, Aparecido Ribeiro de; SCHMIDT, Lisandro Pezzi. **Metodologias de pesquisa em Geografia**. Unicentro. Paraná. 2015.

REIS, Maria Julia. **“Desculpe estar interrompendo o silêncio do conforto de sua viagem”: O trabalho informal de jovens no circuito inferior da ferrovia do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFRRJ. 2022.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 6. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2002.

TOZI, Fábio. **Rigidez normativa e flexibilidade tropical: Investigando os objetivos técnicos no período da Globalização**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). USP. 2012.

A MOBILIDADE URBANA EM JUIZ DE FORA (MG) E SUA RELAÇÃO COM O ACESSO À EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE DO/AS ADOLESCENTES QUE ESTUDAM NA ESCOLA PRESIDENTE TANCREDO NEVES NO BAIRRO SÃO PEDRO

Nathan dos Santos Moraes Silva
Graduando em Geografia
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF
nathan.moraesilva@outlook.com

Introdução

O Trabalho de Conclusão de Curso que está em fase inicial de desenvolvimento tem como objetivo compreender de que modo a mobilidade urbana de Juiz de Fora reproduz as desigualdades sociais resultantes de um processo de urbanização acelerado, em vista a cidades vizinhas, afetando diretamente o acesso de indivíduos à instituições de ensino básico, o presente trabalho objetivará compreender de que modo a permanência dos adolescentes nas instituições de ensino é facilitada ou dificultada por dinâmicas urbanas que estão presentes no cotidiano, especificamente por meio da mobilidade urbana.

Para isso buscaremos compreender como se deu o processo de urbanização juizforano, tendo como base a proposta de Santos (2008[1993]), que caracteriza a urbanização como corporativa ao atender, em grande medida, aos anseios corporativos, aumentando ainda mais as mazelas das desigualdades sociais. O autor defende que a imobilidade urbana se aprofunda por meio da pobreza, dos baixos salários e da ausência de moradia, fatores que somados afastam intencionalmente alguns grupos dos centros urbanos e suas proximidades, formando um espaço fragmentado da metrópole, no caso do presente trabalho, uma cidade de médio porte com grande influência estadual e regional, descrição dada por Luciane Tasca (2022).

Ao analisarmos o processo de urbanização de Juiz de Fora fica nítida a influência corporativa em seus avanços, em vista de seu pioneirismo na industrialização, com início no período têxtil que, próximo ao fim do Ciclo do Café, recebeu a nomeação de “Manchester mineira”, isto dado sua influência econômica na região sul do estado de Minas Gerais, na Região do Norte Fluminense e até mesmo na região Sul do país (TASCA, Luciane. 2022).

Por efeito dos fatores supracitados, pretende-se entender a estrutura da mobilidade

urbana municipal com ênfase na análise do acesso dos adolescentes nas instituições de ensino básico. Intenta-se compreender as dificuldades que um adolescente provindo de diversas partes da cidade tem para chegar à Escola Municipal Presidente Tancredo Neves, localizada no bairro São Pedro, sem desconsiderar na análise as pessoas que se localizam mais próximo à instituição, mesmo que façam uso de meios privados, com destaque a locomoções de baixo custo, por exemplo, bicicletas e a pé, para seu transporte. Sendo assim, busca-se inventariar de modo a explicitar as dificuldades encontradas por estes indivíduos em seu cotidiano. Refletiremos sobre o tempo de permanência dentro do utilitário público, ou do deslocamento por meios próprios e a possível evasão fomentada por essa (i)mobilidade.

O São Pedro se localiza na região oeste da cidade de Juiz de Fora e é, ao mesmo tempo, onde está a Universidade Federal de Juiz de Fora, de impacto regional e nacional, e o bairro Dom Bosco, este que reflete o desdém com questões sociais, retomando características de uma urbanização corporativa (Barreto; Barcellos, 2019). Como explica Ana Claudia Barreto e Warllon Barcellos:

“O bairro Dom Bosco traz em seu cotidiano um mix de pobreza, segregação social e racial e ao mesmo tempo o seu entorno vem recebendo ao longo dos anos altos investimentos imobiliários, o que tem ocasionado uma pressão sobre os moradores para a sua remoção.” (BARRETO, Ana Claudia; BARCELLOS, Warllon. 2019, p. 300).

Ainda somam ao explicar a formação do bairro contextualizando a formação territorial de Juiz de Fora e de alguns de seus bairros periféricos:

Em Juiz de Fora, os ex-cativos alcançaram, em massa, a cidade a partir de 1920, após o declínio da produção de café na Zona da Mata Mineira. Ao chegar à cidade, a parte central não comportava a demanda populacional, sobrando à parte periférica, de baixa ocupação, dando origem aos bairros, como Dom Bosco.” (BARRETO, Ana Claudia; BARCELLOS, Warllon. 2019, p. 300)

Em contrapartida, a formação do bairro São Pedro, por mais que ainda reflita os estigmas de uma urbanização corporativa, apresenta características peculiares, em vista de sua ocupação por imigrantes alemães na década de 80 e atualmente a forte influência do Campus da Universidade, sendo mais visíveis esses reflexos de uma urbanização corporativa nas áreas periféricas do bairro, distantes das principais vias que cortam o bairro, sendo elas: Avenida Presidente Costa e Silva e Rua José Lourenço Kelmer (GERALDO, 2011).

Por fim, pretende-se refletir acerca da relação entre a evasão escolar e a (i)mobilidade

urbana de modo avaliar se as dificuldades enfrentadas por adolescentes periféricos para acessar às instituições de ensino público apresentam relações entre os índices de evasão escolar e a (i)mobilidade urbana.

Metodologia de pesquisa:

Levantamento bibliográfico dando ênfase a pesquisas relacionadas ao processo de urbanização brasileiro, progredindo ao recorte estadual de Minas Gerais e posteriormente ao municipal de Juiz de Fora, abordando a formação municipal, com ênfase nas políticas públicas voltadas à mobilidade urbana. Também serão realizadas visitas técnicas na Escola Municipal Presidente Tancredo Neves, localizada no bairro São Pedro, para estabelecer contato e o recolhimento de dados a fim de elucidar as pesquisas e acesso aos dados para posterior análise. Será realizado ainda um mapeamento, com o intuito de espacializar a acessibilidade do/as adolescentes que estudam no fixo de educação selecionado.

Resultados esperados:

Pretende-se compreender de que modo os indivíduos acessam as instituições de ensino e de que modo dinâmicas urbanas podem influir na permanência destes indivíduos nas instituições de ensino, vistos em uma posição desfavorável por conta de uma (i)mobilidade urbana que reflete heranças de um processo de urbanização segregador, afetando diretamente o direito à cidade.

Referências bibliográficas:

BARBOSA, Jorge Luiz. **O significado da mobilidade na construção democrática da cidade**. 2016.

BARRETO, Ana Claudia & BARCELLOS, Warllon. **A racialização do espaço urbano em Juiz de Fora-MG: uma experiência no bairro Dom Bosco**. CSOnline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 28, p.299-318.

DA SILVEIRA, Fábio Jacob. **Mobilidade Urbana em Juiz de Fora (MG)**. Juiz de Fora, MG, 2016.

DE CARVALHO, Carlos Henrique Ribeiro. **Desafios da mobilidade urbana no Brasil**. Texto para discussão, 2016.

GERALDO, Watuse Mirian de Jesus. **Novas Dinâmicas Socioespaciais na “Cidade Alta” de Juiz de Fora – MG**. Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Lucia Pires Menezes. Juiz de Fora: UFJF/DEPTO. GEOCIÊNCIAS, 2011. 125. Monografia. (Bacharelado em Geografia).

MOREIRA, Samantha; MANTOVANI, Roberta. **Educação e mobilidade urbana.** Revista dos Transportes Públicos-ANTP-Ano, v. 31, p. 1º, 2009.

NASCIMENTO, Cléo Nicolau Adário Lima. **O Plano de Mobilidade Urbana e sua Relação com a Dinâmica Territorial: o caso de Juiz de Fora (MG).** Viçosa, MG, 2023.

SANTOS, Milton. **Metrópole Corporativa Fragmentada o Caso de São Paulo.** São Paulo, SP. Nobel, 1990.

TASCA, Luciane. **Percursos urbanos da Manchester Mineira do Código de Obras de 1938 ao Plano Diretor de 2018.** Editora Appris, 2022.

MÍDIA ALTERNATIVA E QUESTÃO AMBIENTAL: APONTAMENTOS SOBRE SENSO COMUM A PARTIR DE UMA ANÁLISE CRÍTICA

Alysson Lima de Oliveira
Graduando em Serviço Social na UFJF
alysson.lima@estudante.ufjf.br

Laura de Melo Soares
Graduanda em Serviço Social na UFJF
laura.soares@estudante.ufjf.br

Dra. Estela Saléh da Cunha
Profª da Faculdade de Serviço UFJF
estela.saleh@ufjf.br

1. Introdução

As reflexões apresentadas aqui têm como objetivo compreender o direcionamento ideológico das mídias alternativas, ditas progressistas, a partir do noticiamento do crime ambiental no município de Brumadinho, no estado de Minas Gerais, ocorrido em janeiro de 2019¹. Por meio de uma pesquisa documental e bibliográfica, tendo como aporte teórico e metodológico a teoria marxista, buscamos compreender e refletir sobre o papel da mídia na sociabilidade capitalista e explicar a questão ambiental enquanto parte constitutiva e inerente a essa sociabilidade, para então, identificar o direcionamento ideológico das publicações das páginas do *Instagram* “*Quebrando Tabu*” e “*Mídia Ninja*”, por meio do noticiamento do crime ambiental ocorrido em Brumadinho – MG. Para isso, analisamos e interpretamos 23 postagens do *Instagram* (6 do “*Quebrando Tabu*”, 17 do “*Mídia Ninja*”), abordando a mídia como um instrumento de poder, que visa a manutenção da ordem capitalista, e a questão ambiental como reflexo da exploração e da capacidade destrutiva do modo de produção capitalista.

2. Mídia e questão ambiental

Atualmente, é notória a grande influência que as redes sociais exercem na sociedade, principalmente no que tange a produção e/ou reprodução de ideologias, ao desempenharem um papel informativo. Nesse sentido, quando destacamos a questão ambiental, ressaltamos a negligência no trato dos crimes ambientais com a ocultação de seu caráter político e da intencionalidade desses crimes enquanto parte de um projeto societário que se fundamenta na exploração e destruição.

¹ Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada na disciplina de Pesquisa Social, no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, no ano de 2022

Com o intuito de identificar o direcionamento ideológico propagado através das publicações dos perfis do *Instagram* “*Mídia Ninja*” e “*Quebrando o Tabu*”, sobre o crime ambiental ocorrido em Brumadinho - MG, a visão da questão ambiental na sociedade brasileira, a reprodução do senso comum e sua propagação a respeito dessa questão, partimos das seguintes indagações: com quais interesses se relacionam os pensamentos que realmente são reproduzidos através das mídias alternativas de maior visibilidade? A quem isso serve? Como este pensamento ideológico das mídias foi e é reproduzido através das notícias sobre o crime ambiental de Brumadinho?

Acreditamos que a forma como as mídias alternativas de maior visibilidade trata a questão ambiental está direcionada a uma ordem ideológica específica, contribuindo para a reprodução do senso comum, servindo à ideologia neoliberal e promovendo a manutenção da ordem burguesa.

O trabalho enquanto mediação entre homem e natureza a fim da satisfação de suas necessidades é a categoria indispensável para a condição do homem (gênero humano), enquanto ser social (Marx, 2017). A partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista e sua lógica de superprodução, viabilizada pela supressão do “valor de uso” pelo “valor de troca”, inicia-se um processo de alienação do trabalho, onde o homem não se reconhece enquanto parte daquilo que produz, nem sequer se reconhece em outros trabalhadores. Isso se dá mediante a apropriação da força de trabalho pelo capital, que se inicia no processo de acumulação primitiva, o qual, nas particularidades do Brasil, inaugura-se com a Lei de Terras (1850) que, ao preceder a Lei Áurea (1888), garante que “as massas escravizadas, uma vez ‘livres’, estariam também despojadas de terra que [...] é a condição *sine qua non* para a existência do proletariado como tal” (Almeida; Bezerra, 2019, p. 43).

Sendo essas as pré-condições ao desenvolvimento capitalista em solo brasileiro, firma-se o pilar para o desenvolvimento das forças produtivas que, concomitantemente, acirra a superexploração da classe trabalhadora e dos bens naturais (Silva, 2010) por meio do chamado avanço/progresso tecnológico, o qual dispõe a destruição e - falaciosamente - coloca-se, também, como a solução do “risco ambiental”.

Dessa forma, o capitalismo molda atividades pré-capitalistas em sua lógica, como acontece com a agricultura e a mineração, causando danos irreparáveis aos trabalhadores que empregam sua força de trabalho nesses espaços, à população que habita em torno dessas atividades e à toda a natureza.

Logo, entendemos a questão ambiental enquanto inerente à sociabilidade capitalista e os crimes ambientais não se configuram enquanto acidentes e apenas negligência de empresas, governos ou má fiscalização, mas sim como parte de um projeto de sociedade que, visando a superprodução, promove sua autodestruição (Mészáros, 2011).

No que se refere aos meios de comunicação, estes são atravessados pela lógica do mercado, sendo direcionados por seus interesses, com ênfase a partir da expansão do neoliberalismo na década de 1970. O neoliberalismo intensifica a lógica do mercado de maneira globalizada, com a mundialização da economia, além de impactar na reconfiguração do Estado e no mundo do trabalho. Com isso, as informações e os veículos midiáticos são atravessados por essa lógica, visto que: “Uma vez que é considerada uma mercadoria, a informação deixou de ser submetida aos critérios tradicionais da verificação, da autenticidade e do erro. Agora é regida pelas leis de mercado.” (Kapusinski, 1999 *apud* Serrano, 2011, p. 20).

Entendendo os meios de comunicação como um instrumento de poder, na lógica capitalista as informações são influenciadas e controladas por quem detém o poder e controle dos meios de produção e dos veículos midiáticos. Dessa forma, o conhecimento da realidade divulgado pelas mídias é manipulado e intencional, visto que são divulgadas informações que objetivam a manutenção dessa ordem societária. Essas informações são perpassadas pela fragmentação e imediatividade da sociedade atual, marcada pela influência pós-moderna, no qual os acontecimentos são divulgados a partir da desvinculação da realidade concreta e de uma perspectiva de totalidade, evidenciando a ausência de uma contextualização dos fatos com as relações sociais.

3. Ideologia nas publicações do Mídia Ninja e Quebrando o Tabu

Para análise e compreensão dos dados, elencamos categorias a partir do estudo bibliográfico cuidadosamente realizado. Essas categorias foram: *questão ambiental*, *modo de produção capitalista*, *sustentabilidade* e *educação ambiental*. Contudo, em ambos os perfis, encontramos mais a ausência do que a presença dessas categorias previamente determinadas para a análise, assim, considerando estas constatações como dado importante para a análise proposta, passamos a elencar os termos e categorias que apareciam nas publicações.

Dessa forma, na análise das publicações dos perfis, encontramos os seguintes termos e categorias: *culpabilização da empresa*, *biodiversidade*, *desenvolvimento de políticas* e *governo Bolsonaro*. O que nos certifica a ausência da compreensão de totalidade, visto que, ao analisarmos historicamente, temos a questão ambiental enquanto inerente ao modo de

produção capitalista, não apenas como problemas isolados de empresas e/ou governos específicos.

Apesar da análise dos dois perfis indicarem conteúdos restritos sobre o crime ambiental de Brumadinho - MG, é possível traçar algumas especificidades ligadas aos processos de produção e divulgação de conteúdo. Enquanto o “*Quebrando Tabu*” se caracteriza como uma página de reprodução de conteúdos não-autorais, o *Mídia Ninja* se configura enquanto uma rede colaborativa multiprofissional de caráter autoral e jornalístico. Embora o cunho das publicações não se diverge, é notória a diferença da produção dos conteúdos analisados.

No *Instagram* do “*Quebrando o Tabu*”, encontramos enquanto conteúdo autoral legendas que induzem a reflexão sobre o tema, sem informações, dados, ou até mesmo uma própria reflexão crítica do que se fala. E no “*Mídia Ninja*”, por mais que as publicações possuam dados e informações, as reflexões críticas cessam ao responsabilizar a empresa e o governo Bolsonaro - do que não discordamos, mas não consideramos como elementos fundamentais para a compreensão crítica da questão abordada.

Nesse sentido, observamos a falta de uma responsabilidade crítica no trato da questão ambiental, em específico do crime ambiental ocorrido em Brumadinho - MG em 2019, seja por falta de publicações informativas e que explicitasse o processo de judicialização, perdas e conquistas da população, seja pela falta de aprofundamento mínimo no debate de forma crítica sem reduzir o tema abordado em questões individuais e político-partidários, visto que a questão social como um todo não advém de uma conjuntura governamental, mas de um modo de produção pautado na exploração do capital sobre o homem e os bens naturais.

4. Considerações finais

Após nos debruçarmos sobre a questão ambiental, a mídia e as publicações dos perfis analisados, ficou evidente que o conteúdo criado sobre o crime ambiental de Brumadinho - MG em 2019 não é tratado de forma acrítica, visto também se sustentar na construção de uma narrativa. Contudo, não aprofunda as reflexões para que se chegue no cerne da questão ambiental, como parte inerente do modo de produção capitalista, além da defesa da superação dessa forma de sociabilidade.

Sabemos que as plataformas digitais utilizadas, como o *Instagram*, *Twitter* e *Facebook*, são plataformas que necessitam de rapidez e volume de publicações para que se tenha visibilidade. Tendo isso em vista, cabe-nos refletir como as mídias utilizam desses veículos para a propagação das informações e qual o real interesse dessas mídias frente a forma como

utilizam e propagam seu discurso.

Diante disso, vimos como o discurso através das publicações não dão visibilidade e não propagam a totalidade da realidade social, ou melhor, a realidade enquanto uma totalidade, pois a culpabilização da empresa, as alternativas de criação de políticas de regulamentação aliada a fiscalização das empresas não acabam com as expressões da questão ambiental, uma vez que o que financia e incentiva esse processo não é um governo ou uma empresa em específico, mas sim o próprio modo de produção capitalista. E que a educação ambiental propagada por esses veículos, apesar de sua importância, não rompe com essa lógica produtiva e, quando financiada pelo capital, se estrutura com base na maior e mais perversa exploração da força de trabalho, através de subempregos (Silva, 2010).

Portanto, observamos que mesmo com certo nível de criticidade, as publicações não rompem com o pensamento central da sociabilidade capitalista de reduzir e mascarar as expressões da questão social enquanto casos isolados, de responsabilidade exclusivamente empresarial e governamental.

5. Referências

ALMEIDA, J.A.; BEZERRA, C.S. Questão agrária e questão social no capitalismo brasileiro: uma falsa dicotomia. In: BRUZIGUESSI, Bruno. et al (orgs.). **Questão agrária e políticas públicas em Minas Gerais: conflitos sociais e alternativas populares.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021, p. 34-48.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social.** 3ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

PONTES, N.A.E; COBUCI, J.A.P. Territórios atingidos pela mineração em Minas Gerais: expressões da autorreprodução do capital. In: BRUZIGUESSI, Bruno. et al (orgs.). **Questão agrária e políticas públicas em Minas Gerais: conflitos sociais e alternativas populares.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021, p. 98-112.

SERRANO, Pascual. **Desinformação: como os meios de comunicação ocultam o mundo.** Rio de Janeiro: Espalhafato, 2010.

SILVA, M.G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético político ao Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2010.

REGIÕES DA MINERAÇÃO EM MINAS GERAIS: RAMOS INDUSTRIAIS REPRESENTATIVOS DAS REDES MINERADORAS

Camila Loise Ferreira
Estudante de graduação do curso de Geografia UFJF
Bolsista de Iniciação Científica - FAPEMIG
camilaloise.ferreira@estudante.ufjf.br

Wagner Batella
Professor do Departamento de Geociências e do PPGE - UFJF
wagner.batella@ufjf.br

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte de uma pesquisa maior de mesmo título realizada em conjunto por alunos que fazem parte do Núcleo de Pesquisa Urbanização, Desigualdades, Espaço e Sociedade e do Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação (NuGea), que é associado ao Departamento de Geociências e ao - PPGE - da UFJF.

A pesquisa, orientada pelo Prof. Dr. Wagner Batella, tem como intuito estudar as cidades da mineração em Minas Gerais², especificamente Nova Lima, Mariana, Congonhas e Itabira, que se localizam no quadrilátero ferrífero, buscando entender como se estrutura a cadeia produtiva da mineração e as consequências da atividade mineradora na cidade, na economia e na indústria local, com foco na minero-dependência.

A pesquisa encontra-se em fase inicial. Apresenta-se aqui alguns elementos iniciais que derivam do projeto e focam, principalmente, na metodologia e nas etapas avançadas até o momento.

A fim de haver uma maior compreensão, o projeto maior foi dividido em 5 eixos, que serão estudados ao longo da pesquisa e trarão resultados complementares. Os eixos, ou tópicos, foram segmentados da seguinte forma: 1 - Mercado de trabalho e dinâmica populacional; 2 - Desigualdades socioespaciais na escala intraurbana; 3 - Economia urbana; 4 - Ramos industriais representativos das redes mineradoras; 5 - Minero-dependência. Neste texto o quarto eixo será abordado, trazendo informações coletadas durante meses de pesquisa e leitura de artigos por todos os integrantes do projeto, mas, principalmente, pela aluna Camila Loise Ferreira, sob orientação do professor Wagner Batella.

² Projeto Regiões da mineração em Minas Gerais: urbanização, cidades e dinâmicas territoriais financiado pela FAPEMIG – CSA APQ 02022/18.

2. RAMOS INDUSTRIAIS REPRESENTATIVOS DAS REDES MINERADORAS

O desenvolvimento urbano está sempre associado a alguma atividade econômica que acontece ao seu redor, trazendo investimentos não somente no mercado, mas também em outros aspectos sociais, como a educação e a saúde. O estado de Minas Gerais sempre teve a mineração como principal atividade econômica, sendo inclusive responsável por nomeá-lo.

Uma das principais atividades econômicas que influenciam a produção do espaço urbano é a atividade industrial. Há poucos estudos que se debruçam sobre a relação entre indústria, mineração e cidades, por isso, esta pesquisa buscou se inspirar nos trabalhos da Professora Dra. Denise Elias, que realizou investigações focando a cadeia produtiva do agronegócio. Ao se aprofundar nos estudos, é notável a grande diferença entre a influência industrial do agronegócio e da mineração. Os insumos para a atividade agrícola são mais fáceis de serem fornecidos por empresas nacionais e até mesmo por pequenos produtores, propiciando uma relação mais intensa da economia local com essa atividade, gerando mais empregos e fortalecendo o crescimento do setor industrial nacional, que conseqüentemente recebe mais investimento do governo e exporta mais. Além disso, o meio do agronegócio influencia muito nos setores da educação, sendo perceptível a grande presença de cursos relacionados a esse setor em todo o país, como zootecnia, agropecuária, engenharia de alimentos e outros. Na atividade mineradora, os insumos e a mão de obra são mais difíceis de serem encontrados, o que não quer dizer que não causa também uma influência e dependência no local onde está inserida, a dependência ainda existe, porém de uma forma diferente.

Quando se pesquisa sobre a relação das empresas com a mineração, encontram-se principalmente nomes estrangeiros, deflagrando a forte influência do capital estrangeiro nesta atividade. As multinacionais marcam presença quando o assunto é essa atividade econômica. Mas não há somente multinacionais atuando nesse circuito, existem muitas empresas brasileiras que também compõem essa cadeia produtiva, como as siderúrgicas e de engenharia, que possuem papel importantíssimo em todos os setores. Das cidades estudadas, a que possui o principal centro industrial observado é Nova Lima. Além disso, esta cidade concentra a gestão da atividade minerária em Minas Gerais, concentrando parte dos escritórios e sedes de empresas que atuam no Quadrilátero Ferrífero.

Quando se fala de empresas e de mineração, existem muitos nomes importantes que

são lembrados, como a Vale, a CSN, a Anglo American e a Arcelor Mittal. Esses grandes nomes são responsáveis por gerar empregos e movimentar a economia das cidades estudadas, mas afeta diretamente a população, que não consegue enxergar os malefícios causados. De acordo com Coelho (2012), em sua pesquisa sobre mineração e dependência no quadrilátero ferrífero: “São pouquíssimos empregos diretos criados, que geralmente exigem mão de obra altamente qualificada inexistente nas regiões mineradoras, aumentando a concentração de renda e, assim, a desigualdade social.”, com essas e outras informações adquiridas, pode-se afirmar que o circuito espacial da mineração é pouco diversificado, e não gera tantos empregos e oportunidades como o agronegócio. A população é pouco beneficiada, pois os trabalhos mais bem pagos giram em torno das grandes empresas, que ficam com a maior parte dos lucros.

Em seu estudo sobre a Rede Global de Produção do minério de ferro, Milanez (2013) divide essa Rede em etapas: prospecção, extração, beneficiamento, logística e consumo. Em cada etapa há diferentes tipos de atividades que são realizadas. A de prospecção é responsável principalmente por mapeamentos geológicos que indicam onde se encontram as jazidas. A segunda, de extração, compreende as atividades de perfuração, explosão e outros. Já a etapa de beneficiamento engloba processos como britagem e separação. Em seguida tem-se a logística, que envolve os processos de transporte entre o consumidor e a mina (nessa etapa são utilizados minerodutos, ferrovias e navios - no caso de consumidores internacionais). Por último, temos o consumo, onde a siderúrgica se destaca por ser a principal consumidora. Com essa divisão, é mais fácil realizar a análise dos ramos industriais e verificar em quais há um maior crescimento e investimento.

3. QUESTÕES A SEREM ABORDADAS

O que se espera das próximas etapas do projeto é discutir as diversificações econômicas que podem ocorrer nas cidades inseridas no contexto minerador, evitando uma dependência tão acentuada nos contextos socioeconômicos. Se espera que seja possível identificar as individualidades de cada município, encontrando a melhor alternativa para essas diversificações, que buscarão priorizar a cultura e os costumes locais, valorizando o mercado interno e incentivando o turismo e consumo. Um dos estudos utilizados durante a pesquisa demonstra as alternativas para o fim da mineração na cidade de Itabira, que já se encontra em um certo declínio com relação à atividade mineradora. Com ele é possível ter mais clareza dos

rumos que podem ser tomados nos municípios vizinhos, evitando que se tornem “cidades-fantasma”.

A pesquisa ainda está no início e existem muitos dados a serem coletados e estudados, mas os tópicos abordados neste trabalho são os principais do eixo de ramos industriais, sendo mais desenvolvidos e estudados durante o projeto.

REFERÊNCIAS

COELHO, T. P. **Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero- aquífero: o discurso do desenvolvimento minerador e o Projeto Apolo**. Rio de Janeiro, 2012

FERREIRA, N. C. **Itabira: uma alternativa para o fim da mineração**. Programa de pós-graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC). Fundação Getúlio Vargas (FGV). Rio de Janeiro, 2021

IBGE | Concla. Disponível em: <<https://concla.ibge.gov.br/>>. Acesso em 29 de julho de 2023
IBRAM. Disponível em: <<https://www.ibram.org.br/>>. Acesso em: 23 de agosto de 2023.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. A Rede Global de Produção (RPG) do minério de ferro: empresas, Estado e agentes de contestação. In: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia**. 2013.

QUINTÃO, F. D. M.; TEODÓSIO, A. S. S.; DIAS, A. L. F.. **Doce fel da minero-dependência nas cidades mineiras: Brumadinho e Itabira em perspectiva**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 24, n. 54, pp. 647-668, maio/ago 2022.

APROPRIAÇÃO DE UM ESPAÇO “MORTO” A PARTIR DO HIP HOP: UMA EXPERIÊNCIA EM JUIZ DE FORA

Fernanda Felício Porto
Graduanda em Psicologia, UFJF
fernandaafporto@gmail.com

João Vitor Paiva de Brito Rocha
Graduando em Geografia, UFJF
joaovpaiva4@gmail.com

Vitória Maria Hipólito Pires
Graduanda em Geografia, UFJF
vitoriahipolito20@gmail.com

1. Introdução

Com o desenvolvimento do capitalismo, a funcionalidade da cidade tem sido direcionada a suprir as necessidades da produção, da circulação e do consumo, tornando-se um espaço fragmentado e submetido à lógica da mercadoria. O espaço urbano é, então, produzido a partir de estruturas de planejamento que visam garantir essa funcionalidade. Grandes fixos, como viadutos, são exemplos dessas morfologias que, na busca por facilitar a circulação – de mercadorias, pessoas para o trabalho, etc –, geram um vazio na paisagem – neste caso, exemplificado pelos seus vãos –, formando o que denominamos “espaços mortos”, locais que reforçam o seu não-uso e a sua não-presença.

Todavia, a cidade é também palco de relações conflituosas entre os sujeitos decidores - aqueles que detém capital, relacionam-se com o Estado e o sistema financeiro - e os outros, os homens comuns, que, mediante suas ações no espaço, imprimem suas intencionalidades e revelam a cidade ser também formada por eles (SANTOS, 2006). Estes, através de suas apropriações dos espaços e de suas práticas, tensionam o modo pelo qual, hegemonicamente, a cidade tem sido planejada.

O presente trabalho é um recorte da pesquisa “Dos “espaços mortos” à produção do lugar? Juventudes, planejamento urbano e outros usos da cidade”³ e tem o objetivo de apresentar a experiência de ocupação de um vão de um viaduto através da cultura hip-hop, na cidade de Juiz de Fora. Ocupação a qual sujeitos jovens oriundos de diferentes bairros, em

³ A pesquisa, coordenada pela profa. Clarice Cassab, conta com financiamento da FAPEMIG e é realizada no Núcleo de Geografia Espaço e Ação - NuGea/UFJF.

sua maioria, periféricos afirmam-se enquanto produtores, também, da cidade, fazendo de um espaço potencialmente morto, um local de encontro e permanência.

2. A construção de viadutos em Juiz de Fora

Grandes obras de engenharia, os viadutos, em razão de suas funcionalidades, apresentam desafios para os sujeitos urbanos em seus modos de caminhar pela cidade, se encontrar com os outros e se apropriar dos espaços. Isso porque, são afetados diretamente por um intenso fluxo de veículos nas estruturas elevadas, além de possuírem em seus vãos espaços residuais com pouca luz natural e altura limitada, o que cria dificuldades para a gestão pública eficaz dessas áreas. Ademais, esses grandes fixos geram um vazio na paisagem e tornam o espaço, muitas vezes, inóspito para outras atividades que valorizem o uso, a mobilidade e a permanência na cidade. Tais morfologias, em grande medida, são pensadas e construídas a partir de uma diretriz que, ao privilegiar a escala fragmentada da cidade, desvaloriza o espaço em sua dimensão social, como produtor de experiências, encontros e vida (CASSAB, 2022).

De acordo com Silveira (2018), no município de Juiz de Fora, “os viadutos têm o objetivo de eliminar as passagens em nível da linha férrea, atualmente servida apenas ao transporte de cargas em que trafegam de 20 a 25 composições por dia”, da concessionária MRS Logísticas (SILVEIRA, 2018, p.89). Sob essa circunstância, torna-se importante observar os interesses pelos quais eles são construídos e em que medida os sujeitos, aqueles que habitam a cidade, são considerados nesse processo. Ademais, Silveira (2018) evidencia uma inversão de valores no momento de investimento de recursos e qualificação das cidades pelo Estado, visto que há uma maior prioridade no financiamento da criação de viadutos e pontes, a fim de propiciar uma melhora para uma maior circulação de mercadorias quando comparado ao destinado para a melhoria na infraestrutura dos transportes públicos, por exemplo. Gerando, dessa maneira, “uma polarização entre a abundância e a miséria dentro de um mesmo município” (SILVEIRA, 2018, p.101 apud CACCIA, 2015, p. 64).

Nesse sentido, é relevante analisar como os elementos do urbano unidos aos movimentos de circulação do capital e mercadorias passam a reprimir a significação e a apropriação de espaços da cidade por determinados sujeitos, sobretudo aqueles territorializados nas periferias. Inseridos nessa lógica, são também transformados em mercadorias, sendo a eles, por vezes, restrita a circulação e o acesso à cidade. Todavia, esses sujeitos se apropriam da cidade e a modificam a partir de seus usos; como exemplo, a

ocupação de viadutos a partir do hip hop, ressignificando esses espaços.

3. Ocupação de viadutos a partir do Hip Hop

De acordo com Bastos (2008), em razão do hip hop ser um movimento formado para atender as necessidades das juventudes negras, por si ele já se apresenta como um levante particular em relação a outros movimentos sociais. Desde a sua origem nos Estados Unidos até a sua territorialização no Brasil, o hip hop foi um movimento capaz de manifestar, visibilizar e entreter as juventudes periféricas que, no processo de formação desigual da cidade, foram marginalizadas e silenciadas. Nesse sentido, salienta-se a importância de que o hip hop seja abordado não somente como uma expressão artística, mas também como um elemento de identificação etnocultural.

Assim, o hip hop como forma de expressão cultural das periferias se espacializa na paisagem urbana com mais normalidade, produzindo sentimentos de identificação entre jovens que vivenciam situações semelhantes. Esse processo produziu uma expansão dessa cultura para outros espaços da cidade que não os periféricos, gerando uma maior visibilidade, bem como um tensionamento nas dinâmicas de produção do urbano. Desse modo, espaços públicos como praças, universidades e locais considerados “undergrounds” têm se tornado também palco de expressão dessas práticas culturais.

No que se refere aos espaços “undergrounds”, o seu processo de ocupação tem criado vida a ambientes que, em consonância à lógica hegemônica de produção da cidade, permaneceriam mortos. Este é o caso de vãos de viadutos, como exemplificado, no Brasil, nas apropriações a partir do hip hop do Viaduto de Santa Tereza (Belo Horizonte), Viaduto de Madureira (Rio de Janeiro), Viaduto Hélio Fadel (Juiz de Fora), entre outros. Assim, esses locais tornam-se um espaço de visibilização de expressões culturais de múltiplos sujeitos, ao mesmo tempo que estes contestam a maneira desigual pela qual o espaço urbano tem sido (re)produzido e reivindicam o seu direito à cidade.

4. Viaduto Hélio Fadel: de “espaço morto” a formação de lugar

Oriundo de uma série de intervenções de caráter logístico e de mobilidade na região central de Juiz de Fora, o Viaduto Hélio Fadel Araújo - inaugurado em dezembro de 2021 - liga duas grandes avenidas centrais da cidade e visa facilitar o fluxo de trânsito da região central a outras regiões da cidade, muitas das quais compostas majoritariamente por bairros periféricos, destino de parte importante dos trabalhadores que circulam no centro do

município. Além disso, ele objetiva a redução das interferências entre o transporte rodoviário e ferroviário, aumentando a velocidade e reduzindo o tempo de circulação dos veículos e das pessoas que nele estão.

Desde a sua construção, o espaço do vão do viaduto foi percebido por jovens ligados à cultura do hip hop e, em sua maioria, periféricos como um possível potencializador de suas práticas, sendo realizadas, a início, expressões culturais como o *grafitti* e o *breaking*. A sua apropriação por esses sujeitos possibilitou uma ressignificação daquele espaço que, com o passar do tempo, passou a conter eventos mais estruturados, com outras práticas como o *dj*, o mic aberto, a batalha de *mcs*, a batalha de *tag*, o *all style*, o *slam*, o *skate*, a colagem de lambe, a batalha de *beat*, o basquete, o *pocket show*, entre outras. Ademais, os eventos passaram a atrair um número significativo de sujeitos, com grande expressividade para os jovens negros, que se identificam e se sentem pertencentes ao espaço e às pessoas que nele estão.

A ocupação do espaço foi exigindo também articulações com o poder público e o fortalecimento com outros coletivos, sendo reivindicado que não somente fossem realizadas expressões culturais naquele local, mas que aquele local fosse adequado para comportar tais expressões. Essas adaptações foram realizadas, contudo, não sem conflitos, contradições e negociações, sendo muitas ainda as necessidades que o espaço apresenta, sobretudo no que diz respeito ao financiamento para a realização dos eventos.

Este espaço é reconhecido hoje por aqueles que o ocupam como Space Hip Hop, constituindo-se em um lugar, espaço de encontro, permanência e arraigado de vida, formado por múltiplos e diferentes sujeitos jovens que trazem no hip hop o seu modo de produzir espacialidade na e pela cidade. A figura 1 e a figura 2 indicam a localização do Space e o vão do viaduto.

ESPAÇO HIP HOP - VIADUTO HELEO FRÓES DE ARAÚJO

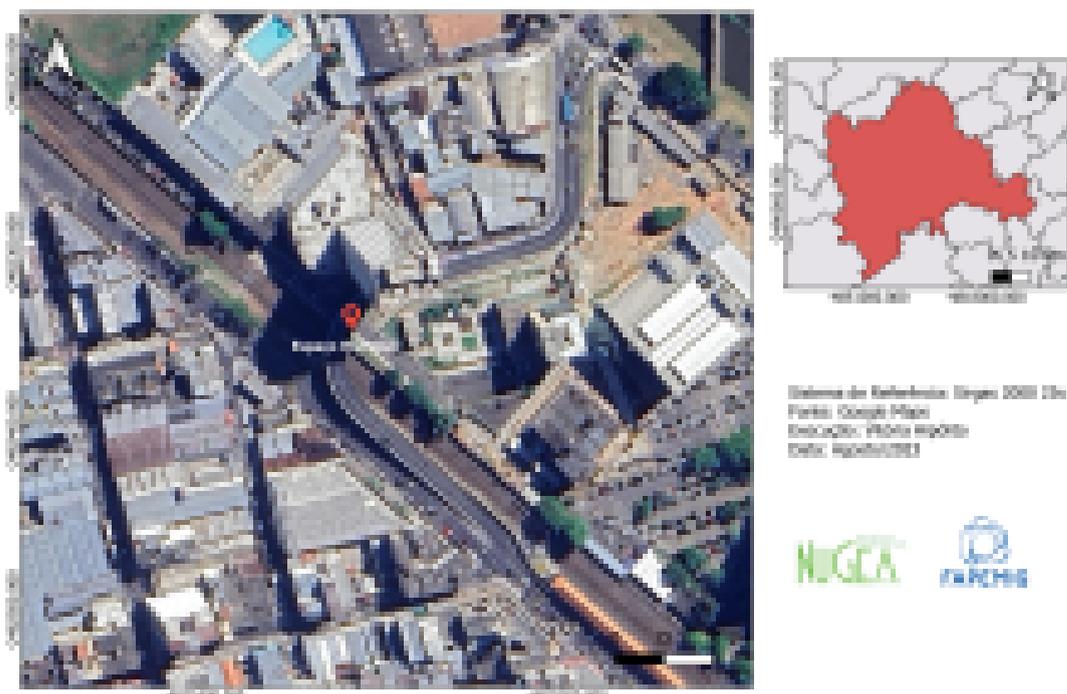


Figura 1: Mapa de localização Espaço Hip Hop

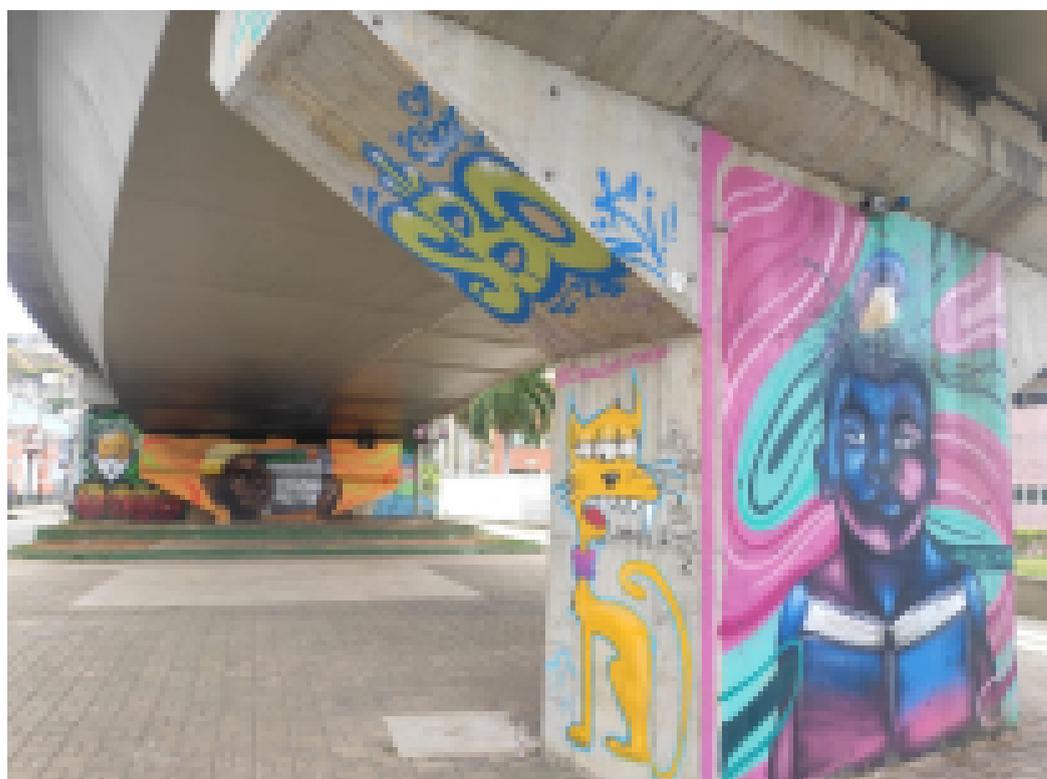


Figura 2: Vão do viaduto/ Espaço Hip Hop

5. Considerações finais

Considera-se que os usos que vêm sendo feitos do espaço do vão do Viaduto Hélio Fadel anunciam uma outra possibilidade de se pensar o planejamento da cidade. Isso porque, a ocupação por sujeitos jovens através de práticas do hip hop tem apresentado outras maneiras possíveis de ocupação de um espaço público que, ainda que diante a situações que tornariam difíceis o seu uso - dada a sua condição enquanto um “espaço morto” -, tem produzido reverberações no poder público e em outros coletivos culturais que, também, têm atentado seus olhares a esse espaço e realizado suas ações nele.

Ademais, tal ocupação visibiliza a necessidade de que a cidade seja construída sob uma valorização da escala humana, que incorpore em seus elementos de urbanismo as relações sociais que nela são produzidas, vivenciadas e que são capazes de incidir em seu modo de (re)produzir-se enquanto um espaço desigual e fragmentado.

6. Referências

BASTOS, Pablo Nabarrete. **Contribuições históricas do Movimento Hip Hop para a luta contra o racismo e para a comunicação da juventude negra e periférica**. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVEIRA, Fábio Jacob da. **Mobilidade urbana em Juiz de Fora/MG**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

ENSINO DA GEOMORFOLOGIA: ABORDAGENS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Vanessa Eurico de Oliveira
Graduanda em Geografia - UFJF
oliveira.vanessa@estudante.ufjf.br

Jonathan Pedro Santos Vitor
Graduando em Geografia - UFJF
jfonathansantos@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A Geografia enquanto disciplina escolar assume significativa importância não apenas na formação escolar do discente mas também em seu pertencimento enquanto ser pensante e crítico na sociedade em que se insere. O ensino da Geografia aborda as ramificações necessárias para que se compreenda o mundo e as dinâmicas as quais ocorrem em seu espaço e temporalidade, em uma de suas ramificações se insere o ensino da Geomorfologia que aborda e estuda sobre as estruturas e formas do relevo.

Portanto, o estudo e desenvolvimento de aspectos geomorfológicos se faz não apenas importante no ensino básico mas necessário, entretanto observa-se a insuficiência e escassez de conteúdos no processo de ensino e aprendizagem para a abordagem efetiva e eficaz da disciplina. A ausência da temática nos livros didáticos, assim como sua ausência nos quesitos curriculares como a BNCC, gera preocupações sobre o desenvolvimento de seres críticos no que diz respeito aos aspectos geomorfológicos, tendo em vista que, é com a geografia escolar e aprendizagem sobre a disciplina escolar que haverá o compartilhamento de conhecimentos entre o docente e o discente.

No presente artigo busca-se abordar sobre a ausência do ensino de conceitos e explanação de características geomorfológicas no ensino da disciplina de Geografia na Escola Básica, realizando análise de livros didáticos e o documento normativo da rede de ensino, BNCC, assim como, a abordagem da importância da geografia escolar e o ensino da geomorfologia para a formação não apenas acadêmica mas social dos discentes do ensino básico.

Deste modo, a seguinte pesquisa faz uma análise do ensino de Geomorfologia, os desafios cercados sobre a redução dos conteúdos dos livros didáticos a partir do novo ensino médio, além do caráter majoritário de uma Pedagogia Tradicional na educação. O papel da educação geográfica enquanto uma função de desencadear a práxis pedagógica, que promova

uma visão holística e crie caminhos. É um ensino de Geomorfologia que vá além dos relevos, que transcenda sua real importância e contribuição.

2. METODOLOGIA

As presentes técnicas e metodologias utilizadas nesta pesquisa baseiam-se em uma base argumentativa numa pesquisa quantitativa, qualitativa, comparativa e pesquisa bibliográfica. As etapas de investigação se passam: 1 - Escolha do livro didático utilizado no Novo Ensino Médio na Escola Coronel Antônio Alves Teixeira do município de Juiz de Fora - MG. Os livros utilizados: Ser protagonista - Geografia - 1 (VIEIRA; SANTI; JARDIM; SAMPAIO; SUCENA, 2016) e "Diálogo: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - Ser humano, cultura e sociedade" e "Diálogo: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - América: povos, territórios e dominação colonial" (ROMEIRO; APOLINÁRIO; MELANI; JUNQUEIRA, 2020) . 2 - Avaliações quantitativas (número de páginas dedicadas ao assunto), qualitativas (integridade, veracidade) do conteúdo referente a Geomorfologia presente no livro didático e comparativa (conteúdo e abordagem) trazendo uma reflexão do antes e depois dos conteúdos de livros didáticos do Novo Ensino Médio. 3 - Análise a partir de referencial bibliográfico e discussões sobre a Geografia Escolar e docência e avaliação quantitativa do documento Base Nacional Comum Curricular.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Alfano (2022), muitos professores de diferentes estados não receberam formação adequada para lidar com o uso dos novos livros didáticos do Novo Ensino Médio. Além disso, os conteúdos apresentam confusão e generalidade, uma vez que os livros desse novo formato combinam História, Geografia, Filosofia e Sociologia em uma única disciplina denominada Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, dificultando a identificação de quais conteúdos pertencem a cada disciplina específica. Até 2021, cada disciplina possuía seu próprio livro didático, em um único volume. Agora, no Novo Ensino Médio, os livros não são mais divididos por disciplinas, mesclando os conteúdos de forma resumida e menos fragmentada (ROBERTA, 2022).

O livro utilizado na pesquisa: Ser protagonista - Geografia - 1 (VIEIRA; SANTI; JARDIM; SAMPAIO; SUCENA, 2016) os autores trazem 10 páginas com o título de Relevo, e apresenta alguns subtítulos que permeiam seus assuntos como: agentes internos ou

endógenos, agentes externos ou exógenos, formas de relevo, classificação do relevo brasileiro, processos de vertentes: erosão e movimentos de massa, a ação humana no relevo, prevenção de riscos de deslizamentos em encostas e atividades.

No entanto, o livro apresenta uma abordagem deficiente em termos de método expositivo e conteudista, o que resulta em uma passividade dos alunos, limitando-os a receber informações sem uma participação ativa no processo. Isso prejudica a interatividade e a construção colaborativa do conhecimento. Carvalho Neto (2015) discute que todo este aparato expositivo faz parte das abordagens tradicionais de educação, como a Pedagogia Tradicional, que nesse contexto, será muito valorizado por ser um veículo para a transmissão de conteúdos de forma linear, fragmentada, descontextualizada e acrítica, resultando em um conhecimento escolar que é percebido como algo pronto e finalizado. Essa abordagem é frequentemente discutida por uma ênfase excessiva na exposição de informações e fatos, sem oferecer uma análise crítica dos mesmos.

4. BNCC E O ENSINO DOS ASPECTOS FÍSICOS GEOGRÁFICOS:

Os conhecimentos proporcionados a partir da Geomorfologia são de grande importância para a caracterização de um senso crítico e a partir de seu estudo compreender diversos processos morfológicos que estão alinhados, por exemplo, ao espaço urbano, tais como: intemperismo, erosão, movimentos de massas, etc.

Deste modo, entendemos que o aprendizado da Geomorfologia no Ensino Fundamental, bem como no Ensino Médio têm uma grande relevância por trazer subsídios capazes de fazer uma estreita interação dos alunos com sua vivência diária no espaço urbano. Criando assim um ambiente propício ao questionamento e reflexões acerca dos elementos formadores da paisagem, relacionar ao clima, a dinâmica do lugar onde vivem, a transformação do espaço pela ação humana, enfim, traduz um ramo da Geografia rico em elementos que o professor necessita explorar com os seus alunos, os quais são sublinhados pela BNCC.

A BNCC utiliza das competências para formulação e diretrizes educacionais, a qual afirma que “comparar eventos ocorridos simultaneamente no mesmo espaço e em espaços variados, e eventos ocorridos em tempos diferentes no mesmo espaço e em espaços variados” (BRASIL, 2018, p. 357). Isso significa que no ensino da Geografia, a Geomorfologia, ao estudar, por exemplo, o relevo no Ensino Fundamental é necessário realizar esse ensino de

forma interdisciplinar, elencando elementos que contribuam para que os alunos tenham a compreensão do espaço geográfico.

5. GEOGRAFIA ESCOLAR E O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO DISCENTE:

O papel da Geografia enquanto matéria escolar assume disposição significativa no contexto do currículo acadêmico da educação básica, desdobrando-se na objetividade e intenção de fazer o seu ensino. Sendo importante refletir sobre a contemporaneidade e as novas formas de compreender o tempo e o espaço em perspectivas voltadas à antropização, globalização e capitalismo à medida em que surgem novas territorialidades emergentes das complexidades do mundo contemporâneo. Assim, segundo Callai (2011, p.129) para ler o espaço há que se ter referenciais teóricos, instrumentos metodológicos, conhecer e compreender os conceitos básicos que permitem fazer esta leitura.

A Geomorfologia estuda os processos e produtos envolvidos no desenvolvimento de um relevo (SOUZA et. Al, 2013). A partir desses estudos é possível identificar formações e entender o porquê e como ocorrem em determinado lugar. Quando se direciona para o âmbito de educação nas escolas, tanto no ensino fundamental como no médio, é perceptível a ausência dessa modalidade na aprendizagem dos discentes, em que, sua abordagem se faz de suma importância quando considera-se a aprendizagem desses aspectos como base para entendimentos futuros, sociais e contextos regionais que são abordados de modos superficiais, ou muitas vezes não abordados, que os alunos muitas das vezes perdem a capacidade de identificação de aspectos naturais e antrópicos em suas próprias escalas locais, em seus ambientes de vivências, abrangendo também a noção de temporalidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto, reconhece-se a densa importância da Geografia Escolar e do conhecimento sobre aspectos geomorfológicos. Observa-se que a redução no espaço dedicado a esses temas nos livros do Novo Ensino Médio é prejudicial tanto para alunos quanto para professores. Isso resulta em uma visão superficial e fragmentada dos conceitos relacionados à geomorfologia, afetando a compreensão dos fenômenos geográficos e a capacidade dos professores de promover uma aprendizagem significativa. Além disso, destaca-se a

necessidade de selecionar livros didáticos que promovam a contextualização e a formação integral do aluno. No entanto, enfatiza-se que o ensino não deve se limitar ao livro didático, mas desenvolvido também, a medida do possível, sob a autonomia e criatividade do professor, com elementos lúdicos e didáticos. A ausência do ensino adequado desses conteúdos prejudica tanto os professores quanto os alunos, que perdem a oportunidade de compreender aspectos importantes da Geomorfologia que têm relevância em suas vidas cotidianas.

Uma vez que a Geomorfologia se faz uma ciência visual, presente no cotidiano dos cidadãos que muitas vezes não reconhecem seus aspectos pela falta de informação acarreta pelo lapso na Educação Básica que evidentemente descarta a importância da aprendizagem de tais conteúdos, ou ao menos não o prioriza do modo como se deveria.

REFERÊNCIAS:

VIEIRA; SANTI; JARDIM; SAMPAIO; SUCENA, **Ser protagonista** - Geografia - 1, 3º edição, 2016.

ROMEIRO; APOLINÁRIO; MELANI; JUNQUEIRA, 2020. "**Diálogo: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - Ser humano, cultura e sociedade**", 1º edição, 2020.

ROMEIRO; APOLINÁRIO; MELANI; JUNQUEIRA, 2020. "**Diálogo: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - América: povos, territórios e dominação colonial**", 1º edição, 2020.

ALFANO, B. **Formato dos livros didáticos muda para Novo Ensino Médio, e falta de formação docente gera apreensão nas escolas**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/formato-dos-livros-didaticos-muda-para-novo-ensino-medi-o-falta-de-formacao-docente-gera-apreensao-nas-escolas-25411514>>. Acesso em: 4 jul. 2023.

ROBERTA, T. **Entenda o Novo Ensino Médio e os livros por áreas do conhecimento**. Disponível em: <<https://www.editoradobrasil.net.br/entenda-o-novo-ensino-medio-e-os-livros-por-areas-do-conhecimento/>>. Acesso em: 4 jul. 2023.

GUSMÃO DE CARVALHO NETO, E. R. **O LIVRO DIDÁTICO E AS TEORIAS PEDAGÓGICAS**. HOLOS, v. 6, p. 402–414, 11 dez. 2015.

CALLAI, H.C. **A Geografia Escolar - E os conteúdos da Geografia**. *Revista Pedagógica*, p 129-139, 2010. Disponível em: <https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/anekumene/article/view/7097/5764>. Acesso em: 23 de junho de 2023.

SOUZA et al. **A Geomorfologia : uma reflexão conceitual**. Cadernos do Logepa v.8 , n .1-2, p. 37 -53 jan/ dez.2013. João Pessoa/ PB.

IV COLÓQUIO
NUGEA
ANAIS

EIXO 3

02 e 03
de Outubro

ISSN 2596-3465

NUGEA

ufjf

 PPGEO


FAPEMIG

JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA, CIDADE E SEUS MARCADORES SOCIAIS: ALGUNS APONTAMENTOS E REFLEXÕES

Fernanda Felício Porto
Graduanda em Psicologia, UFJF
fernandaafporto@gmail.com

1. Introdução

Decorrente de um processo de materialização das contradições e desigualdades sociais do modo de produção capitalista, a população em situação de rua (PSR) emerge no processo de urbanização e formação das cidades. Sendo esses também desiguais, contribuem para a produção e reprodução desse fenômeno, expressando-se socioespacialmente no urbano. Nesse sentido, a PSR constitui-se como uma expressão da “questão social” de preocupação significativa para o desenvolvimento de políticas públicas, sobretudo nos grandes centros urbanos. Esse grupo caracteriza-se pela pobreza extrema e ausência de moradia convencional regular - utilizando-se de logradouros públicos e áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, bem como de unidades de acolhimento -, pelos vínculos familiares interrompidos e/ou fragilizados, e pela sua heterogeneidade (BRASIL, 2009).

Considerando a diversidade das pessoas que nessa condição se encontram, este trabalho se atentará à parcela das juventudes. Isso porque, entende-se que a pobreza e a existência ou não de vínculos familiares, os usos de espaços públicos degradados ou não como moradia e sustento, e as vivências produzidas na e pela cidade nos sujeitos jovens em situação de rua se circunscrevem também à sua condição juvenil, assim como as circunstâncias que os levaram às ruas.

Para isso, é imprescindível que seja definido, a priori, o conceito de “juventudes” o qual este texto se direciona. As juventudes são entendidas aqui em suas relações temporoespaciais que se delineiam a partir de um contexto sócio-histórico que determinam diferentes experiências sociais que os sujeitos constroem ao longo de suas vidas (CASSAB, 2021). Nesse sentido, fala-se de “juventudes” no plural, demarcando a sua multiplicidade, seja nas suas significações distintas em diversos contextos ou nas diferentes maneiras de expressar e vivenciar esse processo.

Pensar os sujeitos jovens como sujeitos de direitos requer o reconhecimento de suas particularidades e, com isso, a necessidade da realização de ações e políticas específicas

direcionadas a sua proteção (GUIMARÃES, 2021). Nessa perspectiva, ressalta-se a não homogeneidade dessa categoria social; as juventudes são marcadas pelas dimensões étnico-raciais, espaciais, de gênero, sexualidade e classe que configuram condições e vivências desiguais e diferentes a aqueles que nesse processo se encontram.

O presente trabalho é produto de algumas reflexões produzidas a partir dos estudos realizados para a escrita do meu trabalho de conclusão de curso em Psicologia, intitulado, “Que sonhos cabem aos jovens em situação de rua? Juventudes, sonhos e possibilidades outras de (re)existir”, cuja modalidade consiste em um projeto de pesquisa.

2. Ser jovem e estar em situação de rua: algumas implicações

O grupo ao qual este trabalho se refere, os jovens em situação de rua, possuem seus direitos violados constantemente. Isso implica que entendamos quem são esses sujeitos e os seus marcadores sociais para que possamos decifrar a situação em que se encontram, pois são esses processos de determinação que implicam no (não) uso de alguns espaços da cidade – desde instituições públicas de saúde, educação e assistência, lugares privados como bares, cinemas e shoppings (frequentemente visitados por uma determinada parcela juvenil) a uma circulação limitada diante a conflitos territoriais –, na violência que sofrem e na restrição de perspectivas e possibilidades outras de existência.

Sujeitos jovens fogem de casa por serem vítimas de abuso sexual e/ou violência doméstica, são expulsos de casa por não terem sua sexualidade e/ou identidade de gênero aceitas por seus familiares; veem nas ruas uma saída para uma vida mais digna, ainda que nelas sofram outras formas de violência. Sujeitos jovens estão nas ruas em razão de suas famílias também estarem - não por suas responsabilidades, mas também devido à ausência de condições para que não estejam -, sendo criados nessa condição e não conseguindo se verem para além dela. Sujeitos jovens vão para as ruas após passarem por instituições de acolhimento, completarem a maioridade e não terem outro lugar para ir que não as ruas.

Sujeitos jovens situam-se nas ruas por não serem absorvidos pelo mercado de trabalho formal, apesar de trabalharem informalmente, vendendo balas nos semáforos, como “flanelinhas”, com reciclagem, dentre outros subempregos. Sujeitos jovens saem de casa e não retornam por não corresponderem a um suposto êxito social esperado para a “juventude”, se envergonhando da situação em que se encontram.

Muitas são as circunstâncias que podem levar ao ingresso nas ruas e a sua permanência, esses são alguns exemplos apresentados que ilustram como, no caso das juventudes, há uma

particularidade que as diferenciam de outras categorias geracionais. Salienta-se que esses sujeitos possuem gênero, sexualidade e raça/etnia; também faziam parte de outros territórios da cidade antes de se (re)territorializarem nas ruas. São esses marcadores que irão determinar a forma com que a cidade, nessa condição, é também experienciada, vivida, em suas potencialidades e, sobretudo, em seus limites.

Em pesquisa realizada com alguns jovens nessa situação, Arpini et al (2010) apontam, por meio das falas dos entrevistados, que a rua se apresenta de maneira ambivalente, sendo apresentada ora como uma saída de um ambiente familiar violento, tornando-se um espaço mais seguro e viabilizador de uma suposta liberdade; ora como um espaço excludente e permeado por violência, que os estigmatizam e desumanizam. Abordam também que as relações interpessoais que se desenvolvem neste e a partir deste espaço sofrem, também, a interferência dessa relação estabelecida com as ruas, sendo marcadas, ao mesmo tempo, por uma proximidade e uma necessidade de vigia constante (ARPINI et al, 2010).

O Diagnóstico da Juventude LGBT (BRASIL, 2018) aponta, a partir de dados da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo, a expressividade de pessoas da comunidade LGBT entre aquelas que estão em situação de rua no referido município, sobretudo os jovens, e que, em relação a estes, a discriminação familiar é apresentada como o fator determinante para o ingresso nas ruas. O mesmo documento afirma que diante das relações mais próximas e dependentes de um núcleo familiar que os jovens possuem em relação aos mais velhos, esses se tornam mais vulneráveis (BRASIL, 2018).

A noção de “juventude” comercializada, concebida como um estilo de vida baseado no consumo e em sua própria transformação em mercadoria (CASSAB, 2020) produz implicações subjetivas naqueles que não possuem condições de consumir, criando representações sociais pautadas em um suposto fracasso individual. Para aqueles que estão na rua, esse processo pode acabar alimentando tal situação, restringindo as suas perspectivas de vida e possibilidades de saída das ruas.

Outrossim, é imprescindível que não nos esqueçamos que ao mesmo tempo que é vendida uma imagem homogênea, positiva e romantizada da “juventude”, jovens negros e pobres são criminalizados, dentre eles, aqueles que estão na rua. São alvos constantemente de ações repressivas - sobretudo pelo Estado, a partir dos equipamentos policiais - e considerados potenciais criminosos; o caso mais emblemático dessa criminalização, no país, corresponde à Chacina da Candelária em que, em 1993, foram assassinadas oito pessoas em

situação de rua, de idade 11 a 19 anos.

3. Considerações finais

A condição de rua é estrutural, complexa e com múltiplas determinações, sendo, para os sujeitos jovens, condicionante das suas formas de experienciar a juventude e, também, circunscrita pela condição juvenil. Dessa forma, pensar em alternativas de enfrentamento a essa condição, é construir junto a esses sujeitos possibilidades que considerem as opressões que sofrem, bem como os recursos subjetivos que desenvolvem e os laços que formam que os permitem continuar existindo, para além de resistirem.

De acordo com Martin Criado (1998, como citado em Cassab, 2021) e Cassab (2021), muitas são as mediações que atravessam a vida dos sujeitos, sendo essas condicionadas pelas posições que eles ocupam na estrutura social, as situações que experimentam nos múltiplos grupos sociais a que pertencem, as condições nas quais suas vidas se desenvolvem, e o modo como participam da produção e apropriação da cidade. Cabendo refletir, nesse ínterim: de que maneira os jovens em situação de rua, fazendo-se nas e pelas ruas da cidade, têm-se apropriado dela e de seus espaços e em que medida isso interfere na forma como se reconhecem e na relação que estabelecem consigo, com o espaço e com o outro?

Refletir sobre essas questões, entendendo as especificidades que constituem os jovens em situação de rua, é importante para o fortalecimento desses sujeitos enquanto sujeitos de direitos, para a elaboração de políticas públicas e para a construção de uma cidade mais diversa e menos desigual.

4. Referências

ARPINI, Dorian Mônica; QUINTANA, Alberto Manuel; GONÇALVES, Camila dos Santos. A rua e suas diferentes representações na percepção de jovens em situação de rua. **ETD Educação Temática Digital**, v. 12, n. esp, p. 42-63, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 2009.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Diagnóstico da juventude LGBT: diagnóstico da juventude brasileira e proposições de ações estratégicas**. Brasília, 2018.

CASSAB, Clarice. "Cidade estranha, sabes que existo?" O jovem como sujeito e a cidade que ensina. In: FAGUNDES, M. L. B.; LOPES, J. J. M.; & TEBET, G. G. de C. (Orgs.). **Geografia das crianças, dos jovens e das famílias**. 1. ed. Brasília: Editora da UnB, 2021. v.

1, p. 237-264.

CASSAB, Clarice. O imperativo do gozo em um mundo de incertezas: Ser jovem em um conjunto habitacional periférico. In: BARBOSA, J. L.; DAMASCENO, I. (Orgs.). *Juventudes das cidades*. 1. ed. Brasília: **Letra Capital**, 2020. p. 79-98. GUIMARÃES, Flávia Fernandes. **De criança normal a menino da boca: Trajetórias, resistências e perspectivas de jovens do tráfico de drogas**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2021.

EU QUERO VER GOL: ESTUDO DE CASO A RESPEITO DA ESPACIALIDADE DO TORCER NO ESTÁDIO MARACANÃ E SEUS ARREDORES

Leandro da Silva Cruz
Bacharel e Licenciando em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora
leandro.silva.cruz@gmail.com

João Vítor Cardoso Sudário
Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal Fluminense
joaovitorcsudario@gmail.com

Introdução

No estudo do campo esportivo, sobretudo em Ciências Humanas, podemos considerar que há dimensões importantes para a construção da análise, dentre elas as dimensões da socialização e da sociabilidade. Discorrendo sobre o processo de socialização, observando o contexto brasileiro, é evidente que o futebol garante pujança como esporte de maior socialização entre as classes sociais do país, o que é sintetizado por DaMatta (1982) como “construção de realidades conjuntas”.

O Estádio Jornalista Mário Filho, popularmente conhecido como Maracanã, desenvolve-se a partir de um conjunto de intenções de uma elite brasileira que buscava uma ruptura com as raízes coloniais (Mascarenhas, 2013). No entanto, ainda que o futebol brasileiro em seus primórdios tivesse por natureza uma condição classista, segregado aos segmentos mais abastados, o caminho trilhado pelo esporte culminou em não se restringir aos anseios do lazer da elite. Simões (2023, p.74) demonstra historicamente que essa mudança de paradigma pode ser definida como “produto das conquistas dos movimentos dos trabalhadores”.

É a partir dessa guinada da apropriação do futebol para as classes mais populares que os estádios brasileiros começaram a ser também “popularizados”, constituindo-se de diferentes públicos e diferentes funções na paisagem urbana. Nesse ponto, nota-se que as funções em seus sistemas de ações podem se condicionar a diferentes finalidades, como por exemplo as que estão ligadas ao movimento de publicidade e propaganda (Santos, 2020 [1996]; Simões, 2023). Diante do processo de popularização a partir das dinâmicas de publicidade (apropriação capitalista) e propaganda (uso público-político do futebol) que o Maracanã adquiriu um caráter central na identidade futebolística brasileira, tornando-se um geossímbolo o qual Bonnemaïson define como:

[...] um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões religiosas, políticas ou

culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade (BONNEMAISON, 2002, p.109).

Todavia, ainda que o futebol brasileiro esteja diretamente ligado a formação identitária e regional dos cidadãos brasileiros, é preciso que observemos nossas categorias à luz do que acontece no mundo (Haesbaert, 2020). O cenário do “Novo Maracanã” – termo designado para marcar a temporalidade do estádio após as reformas realizadas para a Copa do Mundo de 2014 e as olimpíadas de 2016 – escancaram um contexto de arenização dos estádios e conseqüentemente das espacialidades, uma vez que, essas práticas espaciais estão inseridas em uma estrutura geográfica que desenvolve *habitats* e se organiza socialmente (Moreira, 2001).

Dessa maneira, considerando o advento do capitalismo tardio e da coerção que o neoliberalismo exerce na sociedade, a formação de uma nova maneira de se construir relações sociais, maneiras de viver e subjetividades (Dardot e Laval, 2017), sendo a forma de torcer uma delas. Surge, portanto, uma individualização das relações torcedoras caracterizando novos padrões de espacialidade, visto que ocorre um processo de desterritorialização de um público e conseqüentemente a entrada de outros nesses espaços-territórios (Haesbaert, 2004).

Por tudo isso, pode-se dizer que o presente trabalho tem como objetivo compreender a espacialidade do torcer no estádio Maracanã levando em consideração o contexto de arenização desempenhado sob o palco esportivo após as reformas para os grandes eventos esportivos. Além disso, como consequência da agenda neoliberal entender as novas dinâmicas que produzem esse espaço em perspectivas de produzido e vivido em sua totalidade.

A espacialidade no contexto da arenização: intenções de um direito à uma não cidade

Mascarenhas (2014) relata que os eventos esportivos condicionam as características urbanas a um ciclo de “produção-gestão-promoção-patrimonialização” onde há a criação de uma estrutura para a realização de ações que sustentem a cidade e o público destinado a esses eventos a partir de uma perspectiva mercadológica do espetáculo. Nesse processo, a condição de aglomeração – motor para a formação das cidades, conforme Scott e Storper (2018), ganha determinada pujança.

Todavia, esses aglomerados e aglomerações estão submetidos a uma lógica de um sistema econômico vigente, o qual concentra suas intencionalidades em um sistema de

objetos e ações (Santos, 2020 [1996]) de maneira a orientar quem pode ou não vir a acessar esses espaços. Além disso, determina também as funções de cada sujeito e suas formas de produzir e participar do espetáculo. Notamos que a função do torcedor é diferente do vendedor de alimentos e bebidas que por sua vez difere daqueles que fiscalizam os ingressos e organizam a dinâmica de entrada.

De fato, a multiplicidade dos acontecimentos faz parte da totalidade de um espaço e seu conjunto de espacialidades. Retornando ao processo de arenização no Maracanã, torna-se notável a forma como a transformação do estádio em arena levou a uma consolidação do controle corpóreo-populacional sob quem acessa o estádio para além das grades de segurança para encontrar no torcer sua opção de lazer – é importante ressaltar que no texto em questão, ainda que a dinâmica daqueles que trabalham durante o evento seja importante, o foco reside naqueles que vão para ser sujeitos-torcedores.

É sobre os sujeitos-torcedores que suas espacialidades se encontram aglomeradas em um processo de exclusão, ou seja, precedentes de uma exclusão de “áreas completamente vedadas à habitação humana/circulação humana” em uma perspectiva de “proteção social” (Haesbaert, 2004: 316). Ou seja, diante do processo capitalista de arenização e elitização dos acessos aos estádios, torcedores participam de uma espacialidade em disputa a partir da perspectiva de poder “ser-no-mundo” segundo a lógica do valor econômico de torcedores como clientes.

Processo em curso, a prática de segregação de um público a partir das condições socioeconômicas transforma o cenário do “Novo Maracanã” em um “enclave fortificado” (Caldeira, 1997) de acesso restrito a pequenos grupos homogêneos em suas classes e raças, indo contrariamente ao histórico de produção do clube (Santos Simões, 2023). Isto posto, é fundamental a percepção de que nesse processo as espacialidades encontram-se tensionadas de maneira a evidenciar as contradições para com a estrutura social a partir de centralidades e alteridades (Moreira, 2001).

Se no atual Maracanã a condição de centralidade espacial é a de privilegiar o valor econômico, no outro campo a alteridade busca conectar aqueles que em detrimento da primeira prática não conseguem ser sujeitos ativos do espetáculo. A tensão, por sua vez integrante da espacialidade, explicita um processo de produção de uma “não-cidade” de maneira contrária a perspectiva de direito à cidade, uso e transformação de seus espaços, sendo também produto de ações absolutas de um grupo determinado a construir certo tipo de localização e acesso nessa estrutura geográfica (Corrêa, 2018).

Caminhos para o gol: algumas considerações sobre as espacialidades de um Maracanã

Nas palavras de Galeano (2014, p.126) “o clube é a única célula de identidade na qual o torcedor acredita” retrata, em outra lógica, a dimensão da dinâmica do torcer para a constituição de um clube e de seus torcedores. Dito isso, ainda que exista hoje uma nova razão do mundo (Dardot e Laval, 2017) ancorada em um capitalismo de raízes e intencionalidades neoliberais, urge a necessidade de que se revise questões que envolvem o acesso do público ao lazer esportivo.

Além disso, a manutenção de uma lógica capitalista do futebol e de seus palcos, ou seja, seus estádios, enquanto arenas em formatos fortificados poderá não só constituir um processo de aglomerados de exclusão assim como atuar em uma perspectiva, a partir das intencionalidades capitalistas dominantes como um direito à não-cidade. Em defesa dos acessos socioespaciais, Rodrigues (2007: 84) reflete que “a luta pelo direito à cidade é um germe da utopia para a conquista do reconhecimento de que os que produzem a cidade querem dela também usufruir”.

Por tudo isso, se o caminho para o gol em uma partida de futebol perpassa a noção de construção coletiva, ou como colocamos no início, de sociabilização e sociabilidade é imperioso perceber que as espacialidades, tensionadas ou não, sobretudo no Maracanã e em outros estádios “arenizados” também perpassam essa necessidade sociabilidade coletiva em uma perspectiva que valorize o direito à cidade como forma de usufruir dos espaços por aqueles que o produzem.

Referências Bibliográficas

BONNEMAISON, Jöel. **Viagem em torno do território**. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) Geografia Cultural: um século (3). Rio de Janeiro, EdUERJ, 2002.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Enclaves fortificados: a nova segregação urbana**. **Novos estudos** CEBRAP, v. 47, p. 155-76, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A espacialidade como olhar do geógrafo**. In: **Caminhos paralelos e entrecruzados**. SciELO-Editora UNESP, 2018.

DAMATTA, Roberto. **Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro**.

Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakotheke, p. 19-42, 1982.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo.** Boitempo editorial, 2017.

GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra.** atual. Porto Alegre: LP&M, 2014.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do " fim dos territórios" à multiterritorialidade.** Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais.** GEOgraphia, v. 22, n. 48, 2020.

MASCARENHAS, Gilmar. **A Copa do Mundo de 1950 e sua inserção na produção do espaço urbano brasileiro.** Geo Uerj, v. 2, n. 24, 2013.

MASCARENHAS, Gilmar. **Cidade mercadoria, cidade-vitrine, cidade turística: a espetacularização do urbano nos megaeventos esportivos.** Caderno Virtual de Turismo, v. 14, n. 1, p. 52-65, 2014.

MOREIRA, Ruy. **As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades.** GEOgraphia, v. 3, n. 5, p. 15-32, 2001.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Desigualdades socioespaciais—a luta pelo direito à cidade.** Revista cidades, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 1996. 4.ed. 10. Reimpr. – São Paulo, EdUSP, 2020.

SIMÕES, Irlan. **A produção do clube: poder, negócio e comunidade no futebol.** Mórula Editorial, 2023.

A CIDADE COMO TERRITÓRIO EDUCATIVO: REFLEXÕES A PARTIR DO GÊNERO POEMA PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Monique da Costa Assis
Graduanda em Licenciatura em Geografia pela UFJF
moniqcda@gmail.com

Mariana Cassab
Professora Doutora da FACED-UFJF
maricassab@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Eu quero que o meu bairro não seja mais um bairro dormitório.
Eu quero que ele tenha vida, seja noite ou seja dia.
Porque eu quero viver São Paulo, eu quero dar nossa cara a ela.
E se for necessário, a gente dá a cara a tapa pra que
Essa cidade seja mais nossa e menos deles. (Midria).

Enquanto fenômeno estrutural, o racismo se configura como um sistema de racionalidade que atravessa diversos âmbitos da vida social (ALMEIDA, 2019). Afirmar tal organicidade implica reconhecer que o racismo também marca as relações socioespaciais e a produção do espaço geográfico. Por isso, ao se ocupar, dentre outras, das investigações socioespaciais, a ciência geográfica e a educação em geografia que acontece nos espaços escolares têm papel fundamental nas discussões das questões étnico-raciais.

Santos (1978, p. 153), diz que o espaço geográfico “[...] se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos [...]”. Considerando o território brasileiro, todas essas relações sociais produzidas em diferentes escalas temporais são atravessadas pelo racismo, por exemplo, a partir das heranças da escravidão e do mito da democracia racial, produzindo cidadanias mutiladas, inclusive no contexto educacional (SANTOS, 1997).

Historicamente, a conquista do direito à educação é fruto de muitas lutas sociais. O acesso à educação no contexto brasileiro sempre foi marcado pela desigualdade e pela condição de cidadania. A título de exemplo, como estabelecido pela Constituição de 1824, tinham direito à educação os considerados cidadãos, uma minoria composta por livres e libertos. Já a Constituição de 1891 condiciona o direito à educação ao exercício do voto, também realizado somente pelos considerados cidadãos.

O primeiro reconhecimento institucional da educação como direito de todos, no cenário brasileiro, remete à Constituição de 1934. Isso porque, além das pressões exercidas pelos movimentos sociais, se consolidava o dualismo entre o analfabetismo e o desenvolvimento. As tentativas de modernização do país a partir da industrialização estavam condicionadas à qualificação da mão de obra já atuante ou não. Nesse sentido, uma série de medidas passou a ser adotada e aperfeiçoada a fim de assegurar a escolarização de todos e a erradicação do analfabetismo.

De acordo com dados do Censo Demográfico feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, mesmo com a redução da taxa de analfabetismo de 6,1% em 2019 para 5,6% em 2022, as taxas de analfabetismo de pretos e pardos é duas vezes maior que a dos brancos. De acordo com o IBGE em 2022, entre as pessoas pretas ou pardas com 15 anos ou mais de idade, 7,4% eram analfabetas, mais que o dobro da taxa encontrada entre as pessoas brancas (3,4%). No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo dos brancos alcançou 9,3%, enquanto entre pretos ou pardos ela chegava a 23,3%.

A partir dos dados apresentados é possível notar como a exclusão educacional é fortemente marcada pelo racismo estrutural. Atualmente, o número de pessoas autodeclaradas como pretas e pardas têm aumentado na escola básica, sobretudo na modalidade voltada às pessoas com 15 anos ou mais que não completaram o ensino fundamental e com 18 anos ou mais que não finalizaram o ensino médio: a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

De acordo com o relatório feito pelo Grupo de Pesquisa, Práticas e Estudos da Educação de Jovens e Adultos (GRUPPEEJA-FACED/UFJF) sobre a evolução do número de matrículas de EJA na cidade de Juiz de Fora (MG) no período de 2011 a 2021, com base nos dados do Censo Escolar, o público feminino autodeclarado preto apresentou aumento de 25,52% (305 pessoas) e o público masculino preto que apresentou aumento de 18,8% (202 pessoas). O mesmo se deu com o público feminino pardo que aumentou 45,41% (530 pessoas) e com o público masculino pardo, que aumentou 23,21% (276 pessoas).

Por isso, tendo em vista as funções sociais da escola de promover a formação cidadã dos/as educandos/as, sobretudo nos termos da concretização de uma educação para as relações étnico-raciais, conforme apregoa a lei 10.639, evidencia-se a importância do papel do/a educador/a para a promoção do letramento racial, especialmente daqueles que buscam recuperar um direito que, historicamente, lhes foi negado, a educação. Para tanto, ressalta-se também a necessidade de ampliar as possibilidades de leitura e escrita dos/as educandos/as sobre si e outro no mundo, a fim de proporcionar a constituição de uma consciência crítica e epistemológica fora e dentro do espaço escolar.

Tendo como centralidade a Educação Geográfica, o presente trabalho objetiva apresentar o recurso didático intitulado “Poeme-se na e com a EJA”, desenvolvido no âmbito das ações do projeto de extensão “Ações de formação na/para/com a Educação de Jovens e Adultos” do GRUPPEEJA-FACED/UFJF. O gênero poema foi utilizado como dispositivo pedagógico a fim de contextualizar os saberes escolares, a partir de uma perspectiva que valoriza a integração entre as diferentes áreas de conhecimento com enfoque em uma abordagem antirracista. Na presente produção iremos centrar a discussão na parte do material que trata do componente curricular geografia, que a partir da poesia falada do Slam buscou articular os conhecimentos escolares geográfico às vivências e experiências dos/as educandos/as da EJA por meio de uma abordagem crítica das relações entre sociedade e espaço, visando a Educação para as Relações Étnico-Raciais.

2. METODOLOGIA

A proposta relacionada à Educação Geográfica teve como situação geográfica os problemas sociais urbanos e o direito à cidade, com objetivo de compreender como a questão do racismo atravessa esses processos espaciais e estabelece quem tem o direito à cidade. Para tanto, foram selecionados os conceitos de lugar e não-lugar, de acordo com a corrente da Geografia Humanista, que considera a dimensão subjetiva do lugar a partir da experiência singular do sujeito.

A partir da poesia falada ou Slam, “Paulistana periférica” (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dDPZe8XPJWw>) de autoria de Midria da Silva Pereira e do uso da linguagem cartográfica, foram propostos exercícios interpretativos a fim de situar espacialmente os/as discentes em relação aos pontos citados da cidade de São Paulo no poema e investigar quais desses pontos, na perspectiva dos próprios alunos/as poderiam se configurar em não-lugar para a autora.

Ainda com base no poema e no mapa e considerando o princípio da analogia do raciocínio geográfico, a atividade seguinte foi elaborada para pensar os mesmos problemas urbanos, mas agora na cidade de Juiz de Fora. Para isso, a proposta é levar em consideração as experiências que os/as educandos/as da EJA vivenciam cotidianamente, seja indo de casa para o trabalho, do trabalho para a escola, de casa para a escola, entre outras inúmeras possibilidades.

Por fim, com base na cartilha do Estatuto da Cidade, produzida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG), a terceira

atividade consiste em uma reflexão sobre como os problemas sociais urbanos estão relacionados à questão racial e ao comprometimento do direito à cidade. Além disso, é proposto um exercício a fim de pensar a importância do exercício da cidadania para a promoção do direito à cidade de forma democrática e justa.

3. RESULTADOS

A poesia falada como expressão de territorialidade, permite através da liberdade artística e da comunicação acessível, a reivindicação de direitos, a manifestação de lutas sociais, modos de ser e existir. No decorrer de “Paulistana periférica”, a autora narra suas vivências e experiências enquanto mulher negra, moradora da periferia e estudante de uma universidade pública muito reconhecida e, conseqüentemente, apresenta os problemas sociais urbanos que identifica, bem como os lugares e não-lugares que se configuram em seu entorno.

Realizando a comparação entre as cidades de São Paulo e de Juiz de Fora, os/as educandos/as podem analisar e, em muitos casos, se conscientizar dos problemas urbanos que observam em seu cotidiano, de que os mais afetados por esses problemas, a bem da verdade, estruturais, têm em comum as marcas do racismo.

Por fim, a apresentação da Cartilha do Estatuto da Cidade é feita de acordo com a função social da escola, o compromisso com a formação cidadã ativa dos/as discentes. O material representa uma forma de aproximação dos/as educandos/as, enquanto sujeitos políticos, de seu compromisso com o esforço de superar uma cidade que maltrata e se configura como não-lugar, a fim de construir uma cidade democrática, enquanto lugar de direito para todos e todas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promoção da igualdade étnico-racial e a consolidação de ações contra o racismo são inerentes a uma aprendizagem significativa e crítica, comprometida com a cidadania ativa, sendo compromisso de todos/as educadores a partir das diferentes áreas do conhecimento. Desnaturalizar as condições criadas e mantidas pelo racismo sistêmico perpassa o letramento racial, de modo que os/as educandos/as sejam sensibilizados a partir da mobilização de saberes escolares.

No âmbito do Ensino de Geografia, favorecer uma leitura espacial crítica a partir das relações étnico-raciais, que também produzem o espaço geográfico, perpassa a possibilidade dos/as educandos/as experienciarem e operarem, enquanto sujeitos protagonistas do espaço

vivido, com os conceitos geográficos, a partir de expressões criativas, contribuindo com a luta antirracista.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

GRUPPEEJA – Grupo de Pesquisa, Práticas e Estudos da Educação de Jovens e Adultos. **Relatório evolução oferta EJA na cidade de Juiz de Fora (2011-2021)**. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua: Educação 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-> Acesso em: ago. 2023.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, M. **As cidadanias mutiladas**. In: LERNER, J. **O preconceito**. São Paulo: Editora Oficial do Estado, 1997.

_____. Uma tentativa de definição do espaço. In: _____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: EDUSP, 2003.

A GEOGRAFIA DA OCUPAÇÃO PATRIMONIAL PELO EXÉRCITO BRASILEIRO EM JUIZ DE FORA/MG

Marilourdes Valle da Trindade
Bacharelada de Geografia/UFJF
marilourdestrindade@gmail.com

Pedro José de Oliveira Machado
Professor Departamento de Geociências/UFJF
pjomachado@gmail.com

1. Introdução

“Mergulha-se na paisagem, a partir da observação da localização e distribuição dos objetos espaciais que a compõem em busca do conhecimento das conexões que levam ao conhecimento da estrutura. No caminho de volta, faz-se o movimento de retorno à paisagem para clarificá-la como um conteúdo estrutural conhecido e que esclarece e elucida o caráter de cada um dos objetos que a compõem e foram localizados no início.” [MOREIRA, Ruy, 2008, p.115.]

O Exército Brasileiro chega a Juiz de Fora a partir do decreto N° 11.497 de 23/02/1915 assinado pelo 9º Presidente do Brasil (1914-1918), o mineiro Wenceslau Brás, com a missão de garantir a presença militar num ponto geográfico estratégico “para a necessidade de segurança nacional”. Este decreto transforma o 4º Distrito Militar instalado em Niterói/RJ na 4ª Região Militar, que passará a ser sediada oficialmente na cidade de Juiz de Fora apenas em 16/09/1916.

O fenômeno da acumulação de patrimônio sob a guarda do Exército se desenvolve historicamente desde o século XIX. No Império, através do recebimento de doações de ricos proprietários locais. Com o Golpe Republicano, o Mal. Deodoro da Fonseca, logo no início do governo, toma diversas medidas para a reorganização geral do Exército, conformes à ênfase política do regime. Todas as ações administrativas para localização das instalações militares passam a derivar de ordens do Ministério da Guerra criado pela Lei N°23 de 30/10/1891. O objetivo era tornar o Exército uma instituição moderna.

O processo de acumulação pode ser ordenado em duas etapas (BRAGA, 2007, 99-101). A primeira é a fase de acumulação (Período da 1ª República – 1889 a 1894 até a 4ª República, de 31/1/1946 a 02/04/1964). O Exército se consolida como instituição política e base da estrutura republicana. A fase exige acumulação de patrimônio imobiliário para garantir as exigências de expansão e implantação da tropa em todo o território nacional, adquirir força

operacional para ações durante as duas Grandes Guerras (1914-1918 e 1939-1945) e executar os compromissos firmados com países estrangeiros no controle de fronteiras. A segunda é caracterizada como fase de alienação e retenção (Período da 5ª República – 02/04/1964 a 15/03/1985 até a 6ª República – 15/03/1985 aos dias atuais). Após o Golpe de 1964 e durante as décadas de 1970 e 1980, os sucessivos governos militares alterarão a condução da administração do patrimônio. Frente à crise econômica a partir de 1974, é preciso garantir o orçamento necessário à missão do Exército, porém evitando custos operacionais originados no aluguel de imóveis.

2. Referencial teórico

Segundo Ruy Moreira, “a Geografia pode ser definida como a atitude de representação e reflexão analíticas do homem-no-mundo”, como conhecimento metódico. O modo como o Homem se organiza neste mundo revela o sentido ontológico do Homem e da Natureza – “o ser-estar-no mundo” (MOREIRA, 2009, p.22-23). Para o autor (2008, p.108-109), “a paisagem é o ponto de partida e o ponto de chegada na produção da representação em Geografia”.

Logo, para analisar o mundo e o modo como o Homem se organiza neste mundo (MOREIRA, 2009) é preciso identificar “o ser-estar-no-mundo” deste homem militar que produz a paisagem militar, que como categoria de análise, pode então, ser historicamente contextualizada. Neste sentido, o papel da ciência geográfica é a “*geograficidade*” (MOREIRA, 2008), isto é, analisar a condição de “contextualidade e existencialidade espacial do homem no mundo”, que diferirá de um tempo para o outro “de acordo com as estruturas da história”. Podem, então, haver várias alternativas de representação possíveis. É necessário identificar dogmas e limites do que se conhece e compreender o poder das ideias na transformação ou na manutenção do modo de vida da sociedade.

3. O território militar e o urbano: os conflitos na fronteira

A distribuição territorial das instalações do Exército na cidade segue uma estrutura de territorialização própria, definida no Plano Diretor de Organização do Exército de 1970, que instituiu a forma brigada como o grupamento que atua como a grande unidade básica militar com autonomia operacional (SIQUEIRA, 2019). A estrutura hierarquizada está fundada no processo histórico que constituiu o Exército Brasileiro, seus princípios e valores culturais, cuja missão está expressa no Art.142 da Constituição Federal de 1988.

Considerando-se a expansão demográfica que a décadas consecutivas ocorre em Juiz de Fora, presume-se que no presente, a demanda por áreas para a construção de infraestrutura pública e moradias deveria orientar o planejamento para a solução dos problemas urbanos. A localização e a distribuição de extensas áreas e imóveis no território municipal sob guarda do Exército Brasileiro poderiam afetar as decisões políticas?

Problematizando-se: Juiz de Fora possui 540.756 habitantes, segundo dados do Censo IBGE/2022. Destes, 49.155 pessoas moram em áreas suscetíveis a deslizamentos, erosões, enchentes e inundações (9,09% da população). Conforme dados do Serviço Geológico do Brasil da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/CPRM (LANA; MARCUSSI, 2021: p.8-10), Juiz de Fora é o 13º município com mais áreas de risco no Brasil e o terceiro de Minas Gerais, atrás de Ouro Preto e Ipatinga. A cidade tem 157 áreas de risco, sendo 130 de perigo geológico e 27 de perigo hidrológico. Verifica-se que enorme quantidade de pessoas vive em condições de vulnerabilidade ambiental e que o povo juiz-forano padece a extinção de seu Direito à Cidade.

A Prefeitura de Juiz de Fora atua no planejamento urbano através da Política de Desenvolvimento Urbano e Territorial, orientada pela Lei Complementar nº 82, sancionada em 03/07/2018 no governo do prefeito Antônio Almas. A Lei trata do Sistema Municipal de Planejamento do Território (Art. 1º) e define que o “Plano Diretor Participativo de Juiz de Fora é o instrumento básico da política de desenvolvimento e ordenamento da expansão urbana e o referencial orientador para a atuação da administração pública e da iniciativa privada no seu âmbito territorial” (§ 1º), se aplicando “à totalidade do território do município” (§ 2º).

Pergunta-se: *é possível* ao poder público municipal cumprir o ditame legal, conforme sua prerrogativa, redefinindo a função social de imóveis sob propriedade pública do Exército Brasileiro, a fim de superar aspectos críticos da rápida alteração da configuração espacial da cidade? Ou a funcionalidade destas propriedades, que se mantém desde o século XIX até os dias de hoje, historicamente estabelecidas, não pode ser reorientada? O que se busca é compreender as diversas camadas da pergunta como em uma estratigrafia das diferentes relações do arranjo espacial, as quais devem articular teoricamente a análise geográfica. Relações que, muitas vezes, ficam ideologicamente invisibilizadas quando se privilegia o senso comum, que naturaliza a ocupação e a definição de usos destas posses pelo Exército. A aplicação da abordagem geográfica para responder a questão permite identificar as relações que se estabelecem entre os três eixos da “geograficidade”: o político, o econômico e o

cultural. Deste modo, a pesquisa pode contribuir para o estudo das transformações e do planejamento no espaço urbano juiz-forano.

4. Objetivos e Método

A pesquisa visa analisar a ocupação territorial pelo Exército Brasileiro em Juiz de Fora, identificando as contradições existentes entre os diferentes sujeitos envolvidos nas relações políticas, econômicas e culturais, que se estabelecem nos períodos entre 1900-1960 e após 1970 para produzir diferentes usos socioespaciais, avaliando-se os impactos sobre o espaço urbano.

Parte-se da concepção filosófica da Geografia de Milton Santos (1985, p.3-4): “como fazer uma análise científica da realidade”? Milton assenta que identificado um determinado fenômeno do real a ser estudado, deve-se considerar “sua significação em um dado momento, de modo que as instâncias econômica, institucional, cultural e espacial sejam adequadamente consideradas”. O processo de elaboração do método, como proposto por Moreira, “consiste em passar da descrição do visível da paisagem à compreensão da estrutura invisível do espaço”, qual seja, PENSAR o plano do inteligível, o que só vem com a intervenção estruturadora do conceito (MOREIRA, 1982a *apud* MOREIRA, 2008, p.109).

5. Primeiros Resultados na Escala Municipal: a paisagem militar

O processo de ocupação, historicamente consolidado, se fez mantendo os diferentes usos estabelecidos pela instituição militar sem que o poder público municipal reavaliasse a destinação do patrimônio acumulado. A dimensão acumulada confere ao Exército Brasileiro em forma, conteúdo e estrutura, a característica de expressivo proprietário fundiário urbano. Verificou-se que o Exército Brasileiro atualmente ocupa 22 propriedades na região central da cidade (Tabela 1), que possuem interesse e extrema valorização para especulação imobiliária.

Identifica-se uma fronteira territorial geográfica conceitual entre o território urbano e o militar. Existem pontos de contato, que conflitam as exigências das normas municipais para a gestão e o planejamento da ocupação e usos do patrimônio urbano, que é público, e a ordenação do território militar que se orienta pelos interesses do Exército, como no caso da Represa Dr. João Penido nas terras do Campo de Instrução de Juiz de Fora – CIJF ou a Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL, no interior do Bairro Nova Era.

Através de levantamentos preliminares, realizados para a disciplina de Planejamento Ambiental (jan./2023), do curso de bacharelado em Geografia (UFJF) foi possível identificar

esses objetos da paisagem militar e seus usos, além de estimar a extensão da ocupação patrimonial. A distribuição das “propriedades da União sob a responsabilidade da unidade gestora militar Exército” (BRAGA, 2007, p.101) mostrou a concentração em cinco bairros (Tabela 1), que abrange extensos “vazios urbanos” (DAMAZIO, 2017, p.7-8).

Tabela 1 – Território da 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha em Juiz de Fora

Bairro	Quarteis e Repartições Militares instaladas por Bairro
Mariano Procópio	Quartel General da 4º Brigada de Infantaria Leve de Montanha “31 DE MARÇO”: Palacete Frederico Ferreira Lage; 4.ª Companhia de Comunicações Leve de Montanha e o 35º Pelotão de Polícia do Exército (terrenos no entorno do Museu Mariano Procópio)
Fábrica	10º Batalhão de Infantaria Leve de Montanha “BATALHÃO MARECHAL GUILHERME XAVIER DE SOUZA”; 17º Batalhão Logístico Leve de Montanha (B-Log) “BATALHÃO MARIANO PROCÓPIO”; Hospital Geral de Juiz de Fora (HGeJF); Hotel de Trânsito Chalé da Montanha; 4º Centro de Gestão, Contabilidade e Finanças do Exército (4º CGCFEx) e Associação de Compossuidores Conjunto Habitacional Sgt Max Wolf Filho (Vila Militar de Oficiais (II) e a Vila Militar de Subtenentes e Sargentos (I).
Nova Era	4º Grupo de Artilharia de Campanha Leve de Montanha “GRUPO MARQUÊS DE BARBACENA”; Colégio Militar de Juiz de Fora; Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL.
Barbosa Lage	Campo de Instrução de Juiz de Fora; Centro de Educação Ambiental e Cultura; Associação dos Subtenentes e Sargentos do Exército/JF (sede campestre); 2ª. Companhia de Suprimento – 4º. D-Sup/Min. do Exército.
Centro	4º Depósito de Suprimentos (D-Sup): conjunto arquitetônico da antiga alfândega ferroviária em frente à Praça Antônio Carlos; Vila Militar Dona Rosa da Fonseca: subida do Viaduto Augusto Franco, 455, BR267.

6. Considerações Finais

Considerando-se as relações políticas, econômicas e culturais que compõem a estratigrafia da paisagem militar em Juiz de Fora, retoma-se a pergunta: é possível ao poder público municipal cumprir o ditame legal e redefinir a função social de imóveis sob a propriedade pública do Exército Brasileiro a fim de superar, por exemplo, a crise habitacional urbana?

Os elementos que compõem a “paisagem militar” urbana e que constituem este patrimônio imobiliário público atendem a diferentes usos operacionais do Exército, mas abrangem grandes extensões de terras e numerosos imóveis. Ao mesmo tempo, as fronteiras do espaço relativo (HARVEY, 2012) e as relações que constituem o arranjo espacial do território militar parecem, ainda, invisíveis ao olhar da população e da academia. O que, talvez, explique a pouca ênfase em discussões e trabalhos sobre papel privilegiado que o

Exército Brasileiro tem como proprietário fundiário. A análise geográfica do problema nos três eixos propostos adquire relevância. Por considerar as dimensões de espaço e tempo, o estudo poderá esclarecer aspectos da formação, ordenação e produção do espaço urbano, o que poderia contribuir para subsidiar o planejamento territorial e ambiental, a preservação e o acesso público ao patrimônio histórico, cultural e paisagístico da cidade.

Bibliografia

BRAGA, Maria do Carmo de Albuquerque. **A gestão dos bens imóveis da União sob o comando do Exército e a dinâmica espacial em Recife e Olinda**. Rio de Janeiro: INCT/UFRJ/ Observatório das Metrópoles. Cadernos Metrópole. n. 18 : Acumulação Urbana. pp. 95-107. 2^o sem. 2007.

BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO. Comando da 4^a. Região Militar [página oficial no portal]. Histórico da criação da 4^a. Região Militar. Acesso em 06/11/2022. Disponível em: <https://4rm.eb.mil.br/index.php/prm/73-inst/79-historico-da-criacao-da-4-rm>

BRASIL. EXERCITO BRASILEIRO. **Caderno de Instrução sobre Gestão Patrimonial no âmbito do Exército Brasileiro**. Portaria Nº 063-DEC, 25/09/2018. Acesso em 23/11/2022. Disponível em: [http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/004_documentos_instrucao/01_cadernos_de_instrucao\(ci\)/port_n_063_dec_25set2018.html](http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/004_documentos_instrucao/01_cadernos_de_instrucao(ci)/port_n_063_dec_25set2018.html).

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL/MAPA. Ministério da Guerra (1889-1930). Acesso em: 10/05/2023. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/529-ministerio-da-guerra-1891-1930>

DAMAZIO, Luan Viana. **A Renda da Terra e os Vazios Urbanos no centro Juiz-Forano**. Juiz de Fora: BI-Ciências Humana ICH/UFJF Artigo para Trabalho de Conclusão de Curso. Orientador Prof. Dr. Júlio César Gabrich Ambrozio. 2017. 11pp

HARVEY, David. **O espaço com palavra chave**. GEOgraphia: Revista PPGGEO/UFF, Rio de Janeiro. V.14, N.28, p.8-39, 2012. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13641/8841>. Acesso em: 13/09/2018.

JUIZ DE FORA. Câmara Municipal. **LEI Complementar Nº 082/2018: dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano e Territorial, o Sistema Municipal de Planejamento do Território**. Acesso: 03/11/2022. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/desenvolvimentodoterritorio/arquivos/2019/mapas_anexos_pdp/pdp_lc82_18_00.pdf

_____. Prefeitura Municipal. Plano Diretor Participativo. Acesso: 03/11/2022. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/desenvolvimentodoterritorio/plano_diretor/pdp_lc82.18_00.pdf

LANA, Julio Cesar; MARCUSSI, Maria Carolina Rodrigues. Diagnóstico da população em áreas de risco geológico, Juiz de Fora, MG. Julio Cesar Lana (org.). Belo Horizonte: CPRM, 2021. Acesso em: 03/11/2022. Disponível em: https://rigeo.cprm.gov.br/bitstream/doc/22721/1/DiagnosticoJuiz%20de%20Fora_MG.pdf

MOREIRA, Ruy (2004). **Marxismo e Geografia: a Geograficidade e o diálogo das Ontologias**. Niterói: Revista GEOgraphia - Pós-Graduação em Geografia/UFF. Vol.6, No.11, p. 21-37. 2009. Acesso em: 30/06/2022. Disponível: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13466>

_____. **Conceitos, Categorias e Princípios Lógicos para o Método e o Ensino da Geografia. In: Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**, 2007. São Paulo: Contexto, 1ª. Edição, 1ª reimpressão. 2008. p.105-118.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SIQUEIRA, Maj Inf Julio Cesar Aguiar. **A evolução da estrutura organizacional do Exército Brasileiro entre 1970 e 2005**. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército: para titulação de Especialista em Ciências Militares ênfase em Defesa Nacional. 2019. Acesso em: 23/11/2022. Disponível em:

<https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/5978/1/MO%206130%20-%20AGUIAR%20SIQUEIRA.pdf>

REGIÕES DA MINERAÇÃO EM MINAS GERAIS: URBANIZAÇÃO, CIDADES E DINÂMICAS TERRITORIAIS - MERCADO DE TRABALHO E DINÂMICA POPULACIONAL¹

Ana Beatriz Reis Costa Bastos
Graduanda em Geografia - UFJF
Bolsista de Iniciação Científica - FAPEMIG
beatriz.reis@estudante.ufjf.br

Wagner Batella
Professor do PPGEU/UFJF
wagner.batella@ufjf.br

1. INTRODUÇÃO

O vigente projeto desenvolvido pelo grupo de pesquisa NUDES - Núcleo Urbanização, Desigualdades, Espaço e Sociedade -, vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora e orientado pelo Professor Wagner Batella, procura analisar a relação entre mineração e urbanização na escala regional e, principalmente, local, com foco nas cidades de Congonhas, Itabira, Mariana e Nova Lima. Torna-se necessário destacar que os objetivos específicos do trabalho voltam-se à uma compreensão das particularidades do processo de produção do espaço urbano em regiões mineradoras, problematizar a noção de limiares de uma cidade média no contexto de regiões de mineração e, também, propor alternativas para o desenvolvimento urbano nas regiões mineradoras. A estrutura do projeto manifesta-se à volta de seis eixos principais: estruturação urbano-regional, ramos industriais representativos das redes de mineração, mercado de trabalho e dinâmica populacional, economia urbana, reestruturação das cidades e desigualdades sócio-espaciais. Assim sendo, o presente texto busca evidenciar o conceito de minero-dependência nas áreas apresentadas destacando, brevemente, dados e informações acerca da temática sobre Mercado de Trabalho e Dinâmica Populacional.

¹ Projeto Regiões da mineração em Minas Gerais: urbanização, cidades e dinâmicas territoriais financiado pela FAPEMIG – CSA APQ 02022/18.

2. MINERO-DEPENDÊNCIA, MERCADO DE TRABALHO E DINÂMICA POPULACIONAL

No que tange à questão da minero-dependência, é válido ressaltar que tal dependência econômica das cidades mineiras diante da atividade mineradora apresenta-se de maneira significativa, haja vista que as populações locais tornam-se dependentes dos empregos gerados por tal atividade, fazendo com que os municípios sobrevivam, economicamente, em grande parte, da mineração (COELHO, 2012). Ademais, perante as taxas de desemprego e subemprego serem relevantes, a instalação das mineradoras revela-se mais fácil, visto que, em face das dificuldades encontradas, a população exprime uma maior tolerância frente aos prejuízos sociais e ambientais ocasionados pela mineração (COELHO, 2012). Diante disso, verifica-se como a atividade mineradora influencia diretamente na dinâmica populacional das cidades juntamente com o desempenho do mercado de trabalho nessas localidades.

Em decorrência da fase inicial do projeto exposto, os dados ainda estão em fase de levantamento, porém, ainda assim, torna-se necessário apresentá-los, de forma a evidenciar, mesmo que minimamente, a dinâmica do mercado de trabalho nessas localidades diante da atividade mineradora. As informações a serem evidenciadas foram retiradas da plataforma do Governo Federal - Ministério do Trabalho e Previdência - diante do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho, o qual procura publicizar as estatísticas do mercado de trabalho formal, logo disponibiliza à população dados extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), sendo o foco de esclarecimento o sistema RAIS.

Torna-se necessário destacar o importante e significativo potencial manifestado pela RAIS, uma vez que essa plataforma apresenta uma gama de dados e informações acerca do mercado formal brasileiro declarados pelas organizações legais (públicas e privadas) e separados em âmbitos geográficos e setoriais (DE NEGRI et.al, 2001). Além disso, verifica-se que a RAIS possibilita análises de natureza censitária e temporal, de modo que viabiliza um maior estudo sobre as diversas questões relativas ao mercado de trabalho brasileiro (DE NEGRI et.al, 2001). Dessa forma, com a utilização do CNAE 2.0 (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), aparelho presente no sistema RAIS ESTABELECIMENTO, verificou-se que, no que se refere à quantidade de vínculos CLT no ano de 2021 relativos à divisão igual à extração de minerais metálicos nos municípios de Congonhas, Itabira, Mariana e Nova Lima, o maior número encontra-se na cidade de Congonhas com um percentual de 45,2% de trabalhadores ocupados na atividade mineradora, diferentemente dos outros que

apresentam, respectivamente, 14,4%, 14,6% e 15%.

Assim sendo, verifica-se que o tópico em questão procura sinalizar estudos acerca das relações de trabalho existentes derivadas do setor minerador, buscando evidenciar o perfil do trabalhador nesses municípios e a relevância de movimentos de migratórios devido à importância dessa esfera econômica na dinamização dos empregos formais nas cidades analisadas e, conseqüentemente, no que tange à dinâmica populacional das cidades.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto anteriormente, verifica-se, então, que o presente trabalho busca uma investigação e estudo acerca da organização e estrutura das regiões mineradoras, com foco na região do Quadrilátero Ferrífero (MG) e, particularmente, nas cidades de Congonhas, Itabira, Mariana e Nova Lima. Logo, pretende-se aprofundar os conhecimentos e análises sobre a urbanização na região anunciada e pensar modelos alternativos de desenvolvimento urbano para as cidades mineradoras.

4. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho.

COELHO, Tádzio Peters. **Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero-aquífero: o discurso do desenvolvimento minerador e o Projeto Apolo**. 2012. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

DE NEGRI, João Alberto *et al.* **Mercado Formal de Trabalho: Comparação entre os Microdados da RAIS e da PNAD**. Brasília: Ipea, 2001. (Texto para discussão n.840).

COMPARTILHAMENTO DE EXPERIÊNCIA DA EXTENSÃO NO CURSO DE DIREITO - PROJETO “CONHECENDO A CIDADE DE FORMOSA/GO”: IDENTIDADE E TERRITÓRIO.

Carla Beatriz de Almeida²¹
Doutoranda do PPGD/UNB
lookcarla84@gmail.com

Introdução

Este texto tem por objetivo compartilhar algumas reflexões sobre as vivências da atuação docente no Projeto “Conhecendo a Cidade de Formosa/GO: Identidade e Território” desenvolvido com os estudantes do 2º e 4º semestres do Curso de Direito (2022), onde os objetivos principais foram: promover uma educação/formação jurídica alinhada com as vivências estudantis nos seus próprios territórios e oportunizar uma aproximação com a realidade social dessa cidade, que será possivelmente seu futuro campo de atuação profissional.

Discussão

A priori, traçamos uma metodologia de trabalho em grupo, assim os estudantes visitaram os principais locais da cidade de Formosa/GO e adjacências que são áreas ambientais e/ou que continham patrimônio histórico arquitetônico, paisagístico e urbanístico, quais sejam: Igreja da Catedral, Igreja Nossa Senhora da Conceição, Museu Couros, Cachoeira do Indaiá, Lagoa Feia, Lagunho do vovô, Parque Ecológico Mata da Bica, Parque Municipal do Itiquira, Rampa Voo Livre, Mosteiro Nossa Senhora da Ternura, Cachoeira do Bisnau, Córrego Josefa Gomes e Coreto Municipal – Formosa/GO, Praça Olhos D'Água da Marçala - São João da Aliança/GO e Praça do Jatobá- Posse/GO.

Dessa forma, a atuação do corpo docente consistiu em fazer um mapeamento das principais informações desses locais/áreas, elaboração de uma ficha técnica com a data de criação, registro e natureza jurídica, finalidade dos bens, entrevista com os responsáveis pelo local, registro fotográfico, construção do mural digital da turma (via *google drive*) e compartilhamento das experiências em um encontro marcado na faculdade. Sendo que esse último momento, como docente avalio como uma fase ímpar tanto na perspectiva formativa e

² Curso: Doutorado em Direito. Área de Concentração: Direito, Estado e Constituição. Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade de Brasília/PPGD/UnB. Linha de Pesquisa: Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação. Sublinha de Pesquisa: Regulação Social e Políticas Públicas de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação. Currículo: Bacharela em Direito, Historiadora, Pedagoga, Mestre em História pela UFJF, Doutoranda em Direito pela UnB, Professora Universitária e Integrante do Grupo de Pesquisa: Direito e Educação - UnB.

por acreditar que os próprios estudantes podem revisitar suas experiências durante o projeto de extensão e na interação em campo, logo, a extensão tem uma potência para permitir uma comunicação entre instituições de ensino superior e a comunidade, bem como oportunizar outros espaços formativos alinhados em uma perspectiva de trabalho em equipe e não somente individual.

Convém salientar que tal projeto dialogou com as perspectivas teóricas das seguintes categorias e/ou contribuições de Santos (2006), Moraes (2009), Callai (2000) e Cavalcanti (2008):

De geografia libertária de Milton Santos (2006) ao pensar uma geografia que considere o ser humano como um ser relacional com o território e, portanto, capaz de se compreender nesse mundo desde que se proponha ter uma postura crítica e de busca do entendimento da sociedade e do mundo onde vivemos, por exemplo, o Brasil descortinar sua realidade de dependência dentro de um mundo globalizado, pois o “mundo se vê, de onde se está”.

Do sentido formativo da geografia descrito por Antônio C. R. Moraes (2009) do qual destacamos as escalas que consistem na observação do espaço em suas diferentes magnitudes e extensões, por exemplo: os espaços local, nacional e global são vivenciados de diferentes maneiras a depender do horizonte espacial de cada pessoa, por exemplo, o marcador de classe social. E do exercício de repensar questões de suma importância ante a necessidade de uma conscientização contra hegemônica e social a partir de vivências participativas e democráticas, de promover redes de solidariedade e a conscientização ambiental frente às perdas de qualidade dos habitats.

E a lógica de estudar o lugar para compreender o mundo pensada por Helena C. Callai (2000), abarcando a reflexão do que acontece no espaço onde se vive para além das condições naturais ou humanas. Haja vista que a construção do espaço resulta da história das pessoas que vivem, trabalham, produzem e usufruem desse espaço. Dessa forma, vale salientar que nenhum lugar é neutro. Portanto, o lugar é uma categoria de análise da Geografia, considerando sua estrutura, seu contexto e seus limites.

No sentido pedagógico, devemos considerar os lugares como algo significativo para os estudantes, por exemplos, os espaços cotidianos como uma oportunidade de compreensão do mundo e as diferentes formas de vida; pensar o município como um lugar que pertence ao mundo e como o espaço é produzido pela população, bem como temos a rua considerada um lugar de trânsito e marcada pelas histórias de vida das pessoas; compreender a cidade como um espaço, onde as relações humanas acontecem e que as pessoas que nela vivem

compartilham o mesmo território; mostrar o bairro como representação da história de vida das pessoas e ser um local bem próximo do estudante, pois constrói laços de afetividade. Assim, pensar o espaço a partir do lugar é uma potência para descobrir o mundo e a construção da cidadania.

Lana de Souza Cavalcanti (2008) salienta a importância de se pensar a cidade como um *locus* da vida social, uma vez que mais do que abrigo, a cidade produz um modo de vida que se generaliza, pois existe uma conexão entre a produção desse lugar e a cultura dos habitantes. Nesse linear, as cidades podem ser consideradas educadoras quando pensadas as suas dimensões educativas e de formação, uma vez que existe uma interação ativa entre as pessoas e o espaço, bem como o meio urbano relaciona cultura e produção de informação.

Portanto, os conhecimentos e as experiências em torno das cidades podem ser usados em práticas de ensino, propiciando a compreensão entre as relações do cotidiano e a dinâmica das cidades, tal qual refletir sobre a segregação urbana, o direito de viver, de circular e de consumir na cidade e de orientar projetos voltados para construção de redes de solidariedade, cidadania crítica e participativa.

Destarte, acreditamos que o Projeto “Conhecendo a Cidade de Formosa/GO: Identidade e Território” atenderam aos objetivos propostos e os estudantes se engajaram com a proposta. Portanto, auxiliou no reconhecimento dos impactos da ação humana no meio ambiente de Formosa/GO e adjacências entendido como seu território. E o desenvolvimento desse projeto contribuiu também para pensarmos em atividades formativas que demandam uma participação/diálogo com a sociedade em prol da preservação ambiental, um envolvimento dos estudantes com a execução de ações de preservação e uma visão em torno da educação jurídica voltada para relação com o território, capaz de oportunizar ao estudante uma compreensão do seu mundo e ir além do ensino jurídico tradicional formal.

Desta maneira, elucidamos que nosso norte de atuação perfaz uma perspectiva de uma educação jurídica que contemplem as necessidades do estudante, dos locais da região e sua inserção internacional que dialogam com as tendências futuras no mundo do trabalho e da sociedade, logo, as instituições formativas tem seu papel essencial.

Considerações Finais

Por fim, esclareço uma dimensão subjetiva nesse texto por se tratar de um relato de experiência, por trazer reflexões da minha prática docente e da experiência de coordenar o projeto de extensão intitulado “Conhecendo a Cidade de Formosa/GO: Identidade e

Território” desenvolvido juntamente com estudantes do Curso de Direito durante o ano de 2022; e também por se alinhar com uma perspectiva de inovação na educação superior, em especial, a formação jurídica que contemple o protagonismo estudantil, o trabalho coletivo e criativo, novas formas de “ensinar” (leia-se viver o direito), e outros possíveis.

Nesse linear, trazer um viés formativo da extensão universitária e relevância do desenvolvimento da competência do pensamento compartilhado diante do contexto de trabalhar com estudantes de experiências e perspectivas tão diversas, possibilitando diálogos, negociações e construções de um conhecimento conjunto e compartilhado, onde a comunicação foi um paradigma.

Deste modo, podemos pensar na extensão como um espaço de prática de liberdade a partir da visão da pedagogia engajada proposta por Bell Hooks (2013), onde a educação como prática de liberdade seria o jeito de ensinar que qualquer um pode aprender, onde o trabalho do professor não seria somente partilhar informações, mas participar do desenvolvimento intelectual do aluno, propiciando situações de coragem para transgredir fronteiras, rompimento com a lógica da rotina de linha de produção dentro das instituições escolares, criar os momentos de trabalho coletivo e participação ativa dos estudantes.

Referências

CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTRO GIOVANNI, Antônio Carlos (org.). **Ensino de Geografia: Práticas e textualizações no Cotidiano**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2000, p. 83-134.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Uma Geografia da Cidade: elementos da produção do espaço urbano. In: **A Geografia Escolar e a Cidade: ensaio sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas: Papirus, 2008, p. 63-80.

FELIX, Loussia Penha Musse. Da Reinvenção do Ensino Jurídico: Considerações sobre a Primeira Década. In: Conselho Federal da OAB. **OAB Recomenda: Um Retrato dos Cursos Jurídicos**, Brasília: CFOAB, 2001.

FELIX, Loussia Penha Musse (org.). **Tuning/América Latina - Ensino Superior na América Latina: reflexões e perspectivas sobre Direito**. Espanha: Universidade de Deusto, 2014.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade**. São Paulo: 2013, p. 08 a 63.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **O sentido Formativo da disciplina**, 2008. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/sentidoformativogeografia.pdf> Acesso: 01/09/2023.

SÁNCHEZ, Aurelio Villa; RUIZ, Manuel Poblete. **Aprendizaje basado em competencias: una propuesta para la evaluación de las competencias genéricas**. Bilbao: Universidad de Deusto, Mensajero, 2007.

TENDLER, Sílvio (Diretor). **Encontro com Milton Santos ou “O mundo Global visto do lado de cá”**. Rio de Janeiro: Caliban Produções Cinematográficas, 2006.

IV COLÓQUIO
NUGEA
ANAIS

EIXO 4

02 e 03
de Outubro

ISSN 2596-3465

NUGEA

ufjf



PPGEO



FAPEMIG

EXPANSÃO URBANA E ALTERAÇÃO NAS ÁREAS ÚMIDAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO YOUNG - JUIZ DE FORA/MG

Rogério Rodrigues de Barros
Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora
rbarros14@outlook.com

Miguel Fernandes Felipe
Professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora
miguel.felippe@ich.ufjf.br

1. INTRODUÇÃO

Nos ambientes urbanos, a ocupação humana e as modificações nas formas de uso e cobertura do solo ocorrem sem o planejamento necessário, desconsiderando os impactos negativos desencadeados e desequilibrando os fluxos de matéria e energia que atuam na morfogênese e morfodinâmica da paisagem (ROSS, 1994). Atividades voltadas à ocupação e melhoria de infraestrutura, como a urbanização e industrialização, somadas à execução mal planejada de atividades econômicas, como a agricultura intensiva e monocultura, são vetores de grandes transformações no relevo e nos sistemas fluviais, agravando as problemáticas referentes à gestão dos recursos hídricos (PELOGGIA, 2017).

Ambientes como as áreas úmidas, que oferecem variados serviços ambientais para a sociedade em função de seus recursos ecológicos e suas múltiplas funcionalidades, apresentam-se cada vez mais ameaçados com as constantes alterações nas zonas preferenciais de acúmulo de água, como as planícies, fundos de vale, cabeceiras de drenagem e encostas.

Esses hidrossistemas são resultantes das combinações e interações entre condições climáticas, geológicas, hidrográficas, topográficas e de atividades antrópicas, influenciando em sua conformação espacial, hidrodinâmica e nos processos hidrogeomorfológicos, como a sedimentação, o escoamento subsuperficial e a exfiltração de águas subsuperficiais, formando ambientes singulares e únicos (JACKSON; THOMPSON; KOLKA, 2014).

Portanto, tem-se como objetivo geral deste trabalho analisar as alterações nas formas de uso e cobertura da terra na Bacia Hidrográfica do Córrego Yung, entre o recorte temporal referente aos anos de 1983 e 2010. Como objetivos específicos, tem-se: (a) interpolar as alterações de uso e cobertura da terra com as áreas úmidas mapeadas em imagens de satélite

de 2023; (b) discutir como essas alterações interferem na formação e distribuição espacial das áreas úmidas.

2. ÁREA DE ESTUDO

A bacia hidrográfica do Córrego Yung está localizada no município de Juiz de Fora – MG, sendo uma sub-bacia da bacia hidrográfica do rio Paraibuna, principal rio da cidade. Sua geologia é composta por rochas da Megassequência Andrelândia, com xistos e paragneisses, e do Complexo Juiz de Fora, com ortogranulitos enderbíticos, tonalíticos e charnockíticos, com a ocorrência de falhas de cisalhamento transcorrente dextral e falhas de cisalhamento compressional (CPRM, 2014).

A bacia contém ocupações precárias e inadequadas, situadas em áreas de risco próximas às áreas de planícies fluviais, assim como nas vertentes declivosas, sendo comum a ocorrência de inundações e movimentos de massa, intensificados devido às intervenções antrópicas (MENON JÚNIOR, ZAIDAN, 2016).

Sua morfologia composta por morros e morrotes, encostas suavizadas e vertentes côncavo-convexas perfazem condições ideais para o acúmulo de água e exfiltração de águas subsuperficiais nas cabeceiras de drenagem e nas porções côncavas de vertentes, além de proporcionar o acúmulo de águas superficiais nos fundos de vale, resultando na ocorrência de áreas úmidas.

3. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos para identificação de áreas úmidas foram realizados através de técnicas remotas de fotointerpretação. Através da interpretação visual de elementos das imagens, como aspectos fotográficos e elementos texturais, cromáticos, morfológicos e estruturais, perceptíveis na visualização de padrões de *pixels* de imagens de satélite, foi possível identificar as áreas úmidas.

A vegetação adaptada à presença de umidade, as diferenças de tonalidade e textura da vegetação sobressaem em imagens de satélites, com as áreas úmidas apresentando formas irregulares e cores mais escuras que a de demais tipos de vegetação, geralmente associadas à *pixels* de coloração cinza-esverdeada em contextos favoráveis à acumulação de água.

Para fins comparativos, foram utilizados levantamentos aerofotogramétricos referentes

aos anos de 1983 e 2010, buscando auxiliar na identificação das mudanças no uso e cobertura da terra na área de estudo. A elaboração das cartas de uso e cobertura da terra foram feitas a partir de classificações manuais do mosaico de imagens referentes a Bacia Hidrográfica do Córrego Yung, tendo como base levantamentos aerofotogramétricos dos anos de 1983 e 2010, cedidos pela Prefeitura de Juiz de Fora.

Em relação às imagens de satélite utilizadas para a identificação de áreas úmidas, foram utilizadas imagens do software Google Earth Pro, sendo as imagens referentes ao ano de 2022.

4. RESULTADOS

No total, 62 áreas úmidas foram encontradas. Ao serem interpoladas com o levantamento aerofotogramétrico referente ao ano de 2010, 38 delas encontram-se em áreas de pastagem, 17 em áreas de agricultura, duas em área de rocha exposta, duas em área urbana e três em vegetação arbórea/mista.

Entre 1983 e 2010, algumas classes de uso e ocupação da terra sofreram mudanças consideráveis. Em áreas edificadas, houve um crescimento de quase 50%, passando de 2,4 km² em 1983, para 3,51 km² em 2010, refletindo o adensamento e expansão populacional na bacia. Além disso, áreas voltadas à agricultura também cresceram na mesma proporção, passando de 0,6 km² para uma área de 1,23 km². O crescimento dessas duas classes pode ser associado à diminuição das áreas de pastagem, que de 12 km² passaram a ocupar 10,15 km² da bacia. (MENON JÚNIOR, 2016).

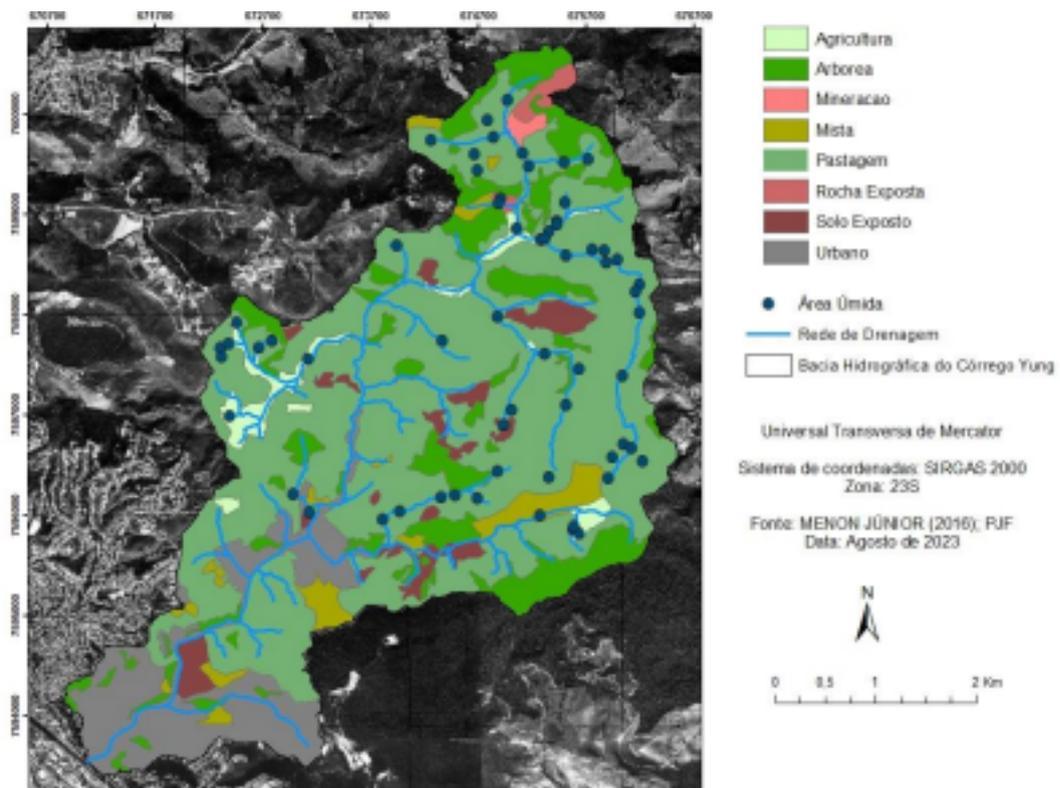
Comparando com o levantamento aerofotogramétrico de 1983, é possível perceber algumas modificações nas formas de uso e cobertura da terra de algumas áreas úmidas. Em 13 ocorrências foi possível identificar alguma forma de alteração no uso e cobertura da terra em seus arredores: sete áreas de pastagem foram transformadas em áreas de agricultura; duas áreas de pastagem foram transformadas em vegetação mista; duas áreas de agricultura foram transformadas em pastagem; uma área de vegetação mista foi transformada em uma área de vegetação arbórea; uma área de pastagem foi transformada em área urbana (Figuras 1 e 2).

Isso indica que algumas áreas úmidas da bacia encontram-se em locais cujo o uso da terra vêm sendo transformado para a utilização de atividades mais nocivas para o solo e a vegetação, mais notoriamente a transformação para áreas de agricultura como a transformação

mais usual, e também a transição para área urbana, em menor número.

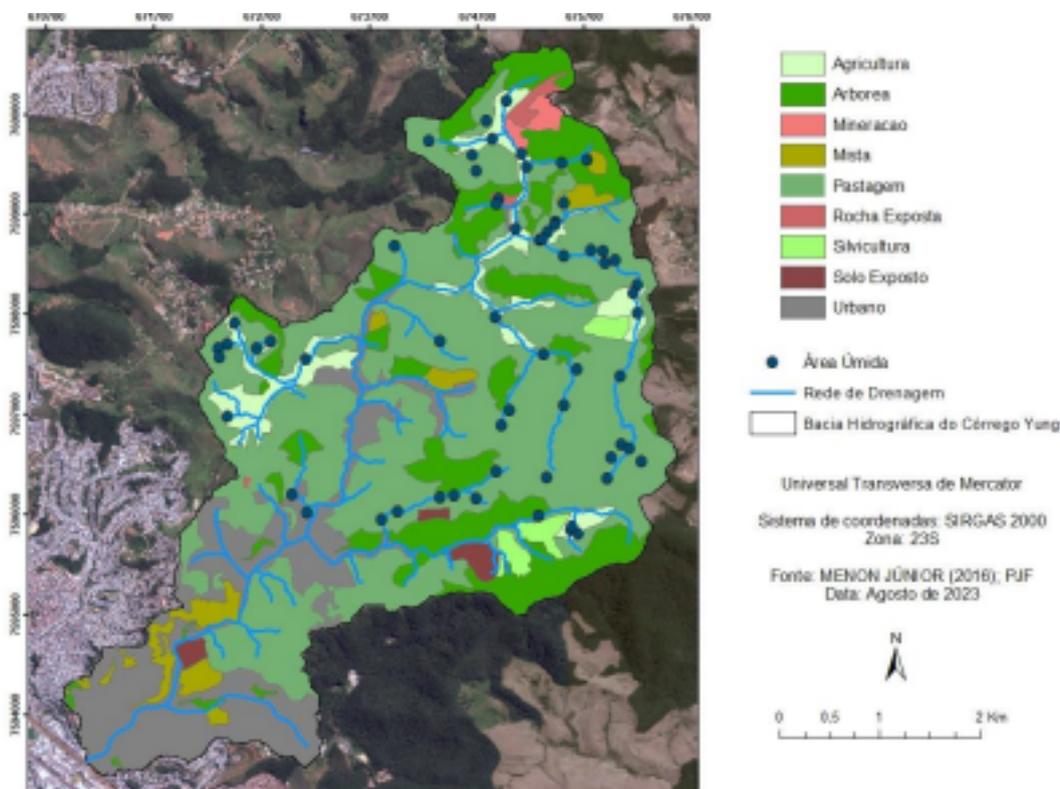
No entanto, vale destacar que alguns locais aparentemente foram reflorestados, dando espaço à vegetação mista (de porte médio, sendo rasteira, arbustiva ou arbórea espaçada) ou arbórea, dando a sugerir que tornaram-se locais onde agora existem menor incidência de atividades antrópicas, sendo consequentemente locais onde as áreas úmidas em tese se apresentam mais protegidas.

Figura 1 - Imagem aerofotogramétrica de 1983 e mapa de cobertura da terra



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 2 - Imagem aerofotogramétrica de 2010 e mapa de cobertura da terra



Fonte: Elaborado pelo autor.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se que a expansão urbana da cidade durante esse recorte temporal alterou drasticamente as áreas urbanas e periurbanas, sendo notável na porção mais à montante da bacia a consolidação de fazendas e o estabelecimento de uma grande indústria de mineração: a Pedreira Santo Cristo.

As atividades desempenhadas por diferentes sujeitos dentro do espaço urbano trazem consequências para os recursos hídricos. Além disso, a viabilização do acesso a essas áreas necessitam de construção de infraestrutura e vias de acesso, modificando assim as formas de uso e ocupação da terra, alterando a dinâmica hídrica dos sistemas fluviais e colocando em risco a integridade e funcionamento das áreas úmidas locais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FARIA, R.L. **Zoneamento da susceptibilidade à ocorrência de escorregamentos na bacia hidrográfica do córrego do Yung**. 2013. 91p. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em geografia, ICH, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013.

JACKSON, C. Rhett; THOMPSON, James A.; KOLKA, Randall K. Wetland Soils, Hydrology, and Geomorphology. In: BATZER, Darold P.; SHARITZ, Rebecca R. (ed.). **Ecology of Freshwater and Estuarine Wetlands**. Berkeley: University Of California Press, 2014. Cap. 2. p. 23-60.

MENON JÚNIOR, W.; ZAIDAN, R.T. Mapeamento de estabilidade de encostas: o caso da Bacia Hidrográfica do Córrego do Yung (Juiz de Fora-MG). **Revista de Geografia PPGeo-UFJF**, v. 6, n. 2, 2016.

MENON JÚNIOR, W. **Evolução temporal das áreas de risco à ocorrência de escorregamentos na bacia hidrográfica do córrego do Yung – Juiz de Fora/MG entre 1968 e 2010**. 2016. 155p. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em geografia, ICH, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2016.

PELOGGIA, A.U.G. A ação do homem enquanto ponto fundamental da geologia do Tecnógeno: proposição teórica básica e discussão acerca do caso do município de São Paulo. **Revista Brasileira de Geociências**, v. 27, n. 3, p. 257-268, 2017.

ROSS, J.L.S. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais antropizados. **Revista do departamento de geografia**, v. 8, p. 63-74, 1994.

OS LUGARES SAGRADOS DA FAZENDA DA FORTALEZA DE SANT'ANNA: DO REPOUSO DOS MORTOS À RENOVAÇÃO DOS VIVOS

Naiara Thais Alves de Souza
Mestranda em Geografia - UFJF
naiara.thais.souza@gmail.com

1. Introdução

*[...] Todo povo oprimido
não se esquece do ditado:
"Povo que vive sem fé
é um povo abandonado"*

Zé Geraldo

O trecho da canção de Zé Geraldo introduz muito bem o que este texto propõe a discutir: fé e povo. Em outras palavras, o presente trabalho tem como finalidade apresentar reflexões acerca dos vínculos com os lugares por meio do campo simbólico do sagrado. Aqui serão mencionados dois lugares sagrados da Fazenda da Fortaleza de Sant'Anna na visão de uma colona, são eles: lugar de medo e lugar de afeição.

Para tanto, antes de apresentar tais lugares sob a perspectiva dessa colona e as reflexões teóricas da Geografia Humanista-Cultural acerca da simbologia do lugar sagrado, será necessária uma breve apresentação dos sujeitos identificados como colonos.

2. Os colonos santanenses

Os sujeitos santanenses por gerações vivem a cerca de 40 km de Juiz de Fora-MG, em um território que hoje tem, aproximadamente, 42 km²(BRASIL, 2011). Eles possuem modos de vida próprios característicos do espaço rural, uma identidade intrínseca com o lugar e são reconhecidos por seus pares como **colonos**. Ou seja, os que primeiro colonizaram, os que primeiro povoaram a Fortaleza de Sant'Anna.

Na história documentada, a Fortaleza de Sant'Anna foi cedida pela corte imperial a um alferes¹ por meio de Concessão da Carta de Sesmarias em 1815 (GOIANÁ, IPAC-1, 2009). Desde então, trabalhadores rurais imigraram, coexistiram, emigraram e deixaram

¹ Patente de oficial durante o Brasil Imperial, hoje equivaleria ao segundo tenente.

descendentes que, ao que pôde ser constatado em documentos históricos, vivem até hoje nessas terras.

Logicamente, a vida desses trabalhadores foi condicionada através das ações de outros sujeitos, dos proprietários do local. Nesse sentido, esses mesmos trabalhadores têm aparecido na história de Sant'Anna como coadjuvantes, como personagens secundários, como acessórios diante de uma história imponente da elite aristocrática. Contudo, diferente desses proprietários, mas não menos importantes do que eles, os colonos não somente compuseram as paisagens, como também as transformaram por meio do seu trabalho assim como, certamente, também foram transformados por elas a ponto de, hoje, mesmo com os desafios de uma vida rural do presente (e do passado) afirmarem: *tenho amor por um lugar que nunca foi meu, mas tenho amor* (SOUZA, 2019). Isto é, os vínculos com o lugar ultrapassaram a ordem da relação trabalhista e uma das esferas atreladas a essa relação inclui a dimensão simbólica do solo sagrado santanense.

3. Metodologia

Como parte de uma pesquisa qualitativa e exploratória mais ampla que utiliza como método os pressupostos fenomenológicos adotados por geógrafos humanistas e culturais, este trabalho trata-se de algumas considerações acerca de um pré-campo de pesquisa de mestrado na Fazenda da Fortaleza de Sant'Anna, que ocorreu no dia três de maio de 2023. Tal imersão no campo foi uma atividade da disciplina *Formação Territorial e Urbanização do Sul da Zona da Mata*, ministrada pelo professor da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGEO-UFJF), Pedro Machado.

Como o objeto de estudo da pesquisa de mestrado é a relação entre os atuais colonos e a Fortaleza de Sant'Anna, nessa visita de campo foi solicitado previamente que uma colona apresentasse, através do seu próprio olhar, alguns lugares importantes/marcantes durante a sua infância. Isso porque, os sujeitos enquanto crianças experienciam os espaços despertando um vínculo com ele, mediante sensações mais latentes proporcionadas pelos estímulos sensoriais nessa fase da vida, tal como menciona Tuan (1983).

Nesse sentido, durante o percurso a colona mostrou os seus lugares da infância e explicou o porquê de os ter escolhido. Dois desses lugares se constituem como sagrados, a saber: o cemitério e a capela de Sant'Anna. A seguir, esse texto se inclinará sobre esses dois destinos do trajeto e sobre o entendimento dos geógrafos cultural-humanistas sobre lugar,

lugar de medo e lugar sagrado.

4. Lugar sagrado: medo e paz

*Senhor, fazei de mim instrumento da tua paz
Onde houver ódio, que eu leve o amor. [...]
Onde houver trevas, que eu leve a luz.*

Oração de São Francisco

Conforme ressaltou Tuan (1980), o espaço geográfico torna-se lugar à medida que o ser humano o experencia, atribuindo-lhe um valor emocional e o lugar está relacionado a uma característica que ele chama de *estabilidade*, ou seja, o lugar se constitui, também, através de laços temporais, o que é perceptível na existência dos colonos. Isso porque, a fazenda tem mais de duzentos anos de história e, com ela, nesse lugar, os colonos constituem e são constituídos tanto pela sua história, como por sua geograficidade² (Dardel, 2015).

Ainda sobre o lugar, Tuan (1983) ressalta que, os estímulos sensoriais podem provocar emoções que aproximam os sujeitos dos lugares, ou os afastam deles, e tais sentidos são frequentemente aguçados nos sujeitos enquanto crianças. Por esse motivo, esse texto se inclina a falar sobre lugares da infância.

Na obra *Paisagem do Medo*, Tuan menciona que existem diferentes tipos de medo e de intensidade do medo. Conscientemente eles podem ser lembrados na vida adulta ou, inconscientemente, despertam fobias em outras esferas da vida. A claustrofobia³³, como exemplo, pode estar associada à infância quando, enquanto bebê com uma toalha sobre o rosto, um sujeito passou por sensações de sufocamento ao dormir (TUAN, 2005).

No campo simbólico, o medo também envolve o desconhecido e o sobrenatural, o que torna, por exemplo, as paisagens medonhas. Segundo Rosendahl, o lugar sagrado significa algo a parte, distinto do comum (profano) e que, por si só, se remete ao religioso. No Brasil, os lugares sagrados “[...] *variam em tamanho e importância, incluindo desde um pequeno crucifixo à beira da estrada até santuários requintados [...]*” (ROSENDAHL, 2012, p. 21). Logo, dotado de simbolismo, o cemitério e a igreja se constituem como lugares sagrados, embora possam apresentar nos sujeitos sensações e sentimentos diferentes. Isso reforça a ideia de Relph (2008, p. 2) ao dizer que devido à integração de diferentes elementos da

² Conceito de Eric Dardel, que significa amor ao solo que tem uma base na existência enquanto ser espacial.

³ Medo de se sentir preso devido à sensação de sufocamento.

natureza e da cultura, os lugares são únicos: “[...] *This clearly implies that every place is a unique*”.

Dentre os lugares sagrados em Sant’Anna, o primeiro apresentado pela colona de 54 anos foi o cemitério, onde ela apenas apontou a direção. Não quis entrar por ser ainda o seu lugar de medo. O motivo? Ela conta a seguir:

Eu vi uma nuvem de pernilongos, estava uma ventania, os bambus balançando... E minha avó? Minha avó, que também estava lá, não viu nem pernilongo, nem ventania e muito menos bambuzal balançando. Então eu corri de lá e nunca mais voltei! Enquanto a vó Bigó tava pra lá [no cemitério], eu passeava e lia os nomes das pessoas enterradas. Meu copo ficou com marcas como se fossem picadas de pernilongo e elas só melhoraram depois que minha vó me levou pra benzer. Eu ofereci um copo de água e uma luz de vela. Os mortos estavam pedindo isso!

Percebe-se que o medo veio associado à uma experiência vivida na infância (há quarenta anos), mas, mesmo com o medo, a simbologia do sagrado se fez presente, ou seja, ao acender a vela, a colona acreditou que onde houver trevas, é necessário levar a luz (retomando a oração de São Francisco na epígrafe). De acordo com o inventário de bens culturais da Fazenda, o cemitério que tem pelo menos um século de funcionamento, somente entre 1891 e 1901 teve 98 pessoas enterradas. Dentre elas, encontram-se africanos, italianos e portugueses de 1 a 91 anos de idade (GOIANÁ, IPCA-4, 2009). O que reforça o relato da colona ao dizer que a fazenda carrega um grande peso devido aos horrores que aconteceram com as pessoas escravizadas que viveram nessas terras.

No contraponto, está o lugar sagrado de paz e de luz. Aquele que renova as energias dos vivos, a capela⁴. Independentemente das relações sociais estabelecidas com ou pela Igreja Católica ao longo da história, o local sagrado ultrapassa os domínios da própria Igreja. Ao que se pôde perceber em Sant’Anna, a fé do povo faz a igreja e a torna puramente um solo sagrado. Nesse sentido, foi a Igreja de Sant’Anna o segundo lugar sagrado apresentado pela colona. Ela contou que na igreja teve momentos felizes desde muito pequena como, por exemplo, as cerimônias de Eucaristia, de Crisma e, enquanto adulta, o seu casamento, a Coroação e a Eucaristia de suas filhas e filho, do Batismo do seu neto, da celebração de aniversário da vó Bigó e, é claro, das missas e das procissões nas Festas de Sant’Anna.

A respeito da igreja, que foi inaugurada em 1930, substituindo a capela Fortaleza do Rio Novo cujo nome era o mesmo que a fazenda adotava originalmente (GOIANÁ, IPAC-2,

⁴ Embora seja uma capela, frequentemente os colonos se referem a ela como igreja.

2009), a colona lamenta que ela esteja em ruínas. Por isso, ela diz: pelos momentos de medo e de angústia do povo santanense em vida ou enquanto espíritos perturbados na fazenda, os colonos pedem a Santa Ana sua intercessão e proteção, assim como nos dizeres do altar da Igreja de Sant'Anna: "*Mãe da santíssima virgem, rogai por nós!*". Ou seja, mais uma vez, a sua fala traduz a relação existente entre o seu ser e Sant'Anna por meio do lugar de fé, do lugar sagrado.

5. Considerações Finais

Nesse pré-campo de pesquisa, além de presenciar dois diferentes lugares do sagrado, foi possível identificar os lugares de medo como uma área interessante a ser considerada durante a pesquisa de mestrado. Isso porque, como evidenciado até aqui, a relação dos sujeitos com o lugar nem sempre é afetada positivamente. Um exemplo que pôde ser observado neste texto é o significado do cemitério para uma colona de Sant'Anna.

Referências

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. Tradução: Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BRASIL. Decreto de 23 de dezembro de 2011. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda Fortaleza de Santana". **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 247, p. 165, 26 dez. 2011.

GOIANÁ. **Inventário de bens culturais da Seção 1 - Fazenda da Fortaleza de Sant'Anna**: IPAC 1. Goianá: Centro Cultural, 2009.

GOIANÁ. **Inventário de bens culturais da Seção II- Fazenda da Fortaleza de Sant'Anna**: IPAC 2. Goianá: Centro Cultural, 2009.

GOIANÁ. **Inventário de bens culturais da Seção IV - Fazenda da Fortaleza de Sant'Anna**: IPAC 4. Goianá: Centro Cultural, 2009.

RELPH, Edward. **Place and placelessness**. London: Pion Limited, 2008. 155p

ROSENDAHL, Zeny. **Primeiro a obrigação, depois a devoção: estratégias espaciais da Igreja Católica no Brasil de 1500 a 2005**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2012. 196p.

SOUZA, N. T. A. **Um lugar, múltiplas vivências e a comunidade tradicional de Sant'Anna**. Orientador: Leonardo de Oliveira Carneiro. 24 f. 2019. TCC

(Especialização em Conhecimentos Tradicionais e Práticas Escolares na Educação Básica). UFJF, Juiz de Fora, 2019.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. Tradução de: Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagem do medo.** Tradução de: Livia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de: Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

CIBERESPAÇO E REDES SOCIAIS: PERCEPÇÕES SOBRE O TURISMO RELIGIOSO EM BAEPENDI – MG

Magno Angelo Kelmer

Doutorando em Geografia – UFG: Universidade Federal de Goiás. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista FAPEG- Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – E-mail: magnokelmer@gmail.com

Carlos Eduardo Santos Maia

Professor Titular do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora e Professor Permanente do IESA na Universidade Federal de Goiás. Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: carlmaia@uol.com.br

1- INTRODUÇÃO

Desde um simples toque digital em um dispositivo qualquer, passando pelo controle on line por câmeras de vigilância em espaços públicos e privados, até experiências em um metaverso, as evoluções tecnológicas, aparentemente, têm o intuito de proporcionar avanços constantes para a humanidade e trazer mais facilidades à vida cotidiana, seja nas comunicações, nos transportes, nas transações comerciais e financeiras, sejam nos relacionamentos sociais, mesmo que isto não ocorra na mesma intensidade para todos. Fatos que comprovam a necessidade constante de inovação, que para Tunes (2020, p. 62), trata-se de “mais um produto fetichizado da economia capitalista, condição hoje para a (re) produção ampliada do capital, reforça as disparidades e acentua a geografia das relações de polarização”, o que constata também, o caráter segregador presente nelas.

Dentre tais inovações, as redes sociais on-line, especificamente, merecem destaque por propiciarem a possibilidade da existência de comunidades que oferecem, em graus diferentes por parte de seus/suas participantes, envolvimento emocional variados, aconselhamentos e apoios recíprocos, ocupando um espaço determinante na cotidianidade contemporânea.

O *trade* turístico, buscando superar momentos de sazonalidade e desenvolver ações para maximizar lucros e atender seus interesses, pode ser apontado como exemplo de atividade socioeconômica que passou a se apropriar das possibilidades existentes nas redes sociais no ciberespaço, que passa a ser compreendido para este trabalho como um espaço navegável de comunicação e informação por meio de fluxos (Dodge e Kitchin, 2001; Pires, 2010; Castells, 2003).

Os agentes da turistificação, atuantes em Baependi - MG, por exemplo, utilizam das redes sociais para promover, divulgar e dinamizar ações relacionadas à prática do turismo religioso que acontece em torno da fé em Nhá Chica.

A beatificação de Nhá Chica, em maio de 2013, veio ao encontro dos anseios de uma comunidade que acompanhava há décadas as manifestações atribuídas a ela. Francisca de Paula de Jesus, nascida em 1808, neta de escravos oriundos da região de Benguela, teve sua fama de santidade espalhada de tal modo que visitantes vinham a Baependi para conhecê-la e pedir-lhe orações. Com sua morte, em 1895, seus restos mortais, no interior da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Santuário de Nhá Chica, tiveram a visitação intensificada por brasileiros e estrangeiros transformando o município em um polo de turismo religioso no Brasil.

Este estudo, ao realizar uma netnografia durante um ano (fevereiro/2022 a fevereiro/2023) nas comunidades, contidas em páginas do *Facebook*, que têm Nhá Chica como tema principal, quais sejam, a oficial do santuário e a principal de devotos/as, buscou identificar o perfil dos/as participantes das comunidades da beata e até que ponto o uso da rede social interfere no consumo do espaço turístico no município. Para completar o estudo, foi realizado trabalho de campo off-line em junho de 2022 em Baependi, no qual constatou-se o papel dessa rede social on-line na atração e consumo do turismo religioso no município.

Assim, buscou-se responder a questão que norteou o trabalho: Até que ponto o uso das redes sociais, que têm a beata como tema, influencia na escolha e no consumo desse destino turístico religioso? A pesquisa demonstra a importância das redes sociais on-line, nesse caso específico o *Facebook*, como espaço de dinamização da atividade turística, atuando como fontes de estímulo ao consumo dos atrativos turísticos religiosos e da divulgação destes e das experiências realizadas.

2- METODOLOGIA

Compreender as relações estabelecidas entre os usos das redes sociais on-line e a prática da atividade turística mediadas pelo uso das possibilidades do ciberespaço foi o objetivo da revisão bibliográfica realizada.

Uma netnografia com duração de um ano, fevereiro/2022 a fevereiro/2023, foi realizada em páginas do *Facebook* do santuário e de devotos, a saber: Santuário de Nhá Chica na página <https://www.facebook.com/igrejanhachica> e a Devotos da Beata Nhá Chica em <https://www.facebook.com/groups/1654282491547591>. A escolha do *Facebook* se deu após observação de outras redes sociais nas quais a personagem é promovida e foi escolhido por ter espaço para postagens em forma de textos, vídeos e imagens, possibilitando interações

a cada postagem. Hine (2008) destaca o *Facebook* como uma imensa fonte de dados brutos, abertos aos usuários da rede e projetor de atividades pessoais. A estrutura da plataforma e sua maior viabilidade de interação entre os/as participantes oferece possibilidades maiores de troca de experiências que outras plataformas, o que é fundamental para o maior envolvimento social fornecendo base mais ampla para a investigação e análise.

Para Kozinets (2014) a etnografia no meio virtual é fundamental para auxiliar a interpretar a conjuntura social em que vivemos na contemporaneidade e compreender o que emerge dessas relações mediadas por tecnologias digitais.

Nesta netnografia buscou-se identificar os motivos que levaram os/as seguidores/as a se engajarem nessas comunidades on-line presentes no ciberespaço e, uma vez nelas, como tais seguidores/as nitidamente diversos/as, potenciais visitantes off-line do espaço turistificado da beata, se relacionam, interagem e se comportam em relação aos outros, oferecendo elementos para se constatar até que ponto o uso dessa rede social, que têm a Nhá Chica como tema, influencia na escolha e no consumo desse destino turístico religioso.

Nessa interação, entrevistas diretivas, com roteiros elaborados e direcionados aos/às integrantes das comunidades foram realizadas juntamente com entrevistas não diretivas, nas quais a observação atenta às formas de se portar nas comunidades on-line possibilitou captar o máximo de detalhes relevantes sobre os comportamentos. As entrevistas diretivas foram realizadas durante as transmissões ao vivo (missas, novenas, terços) por meio do *Messenger* e os/as entrevistados/as eram convidados/as a participarem tendo sua identidade preservada.

Em outra frente de trabalho de campo, o município de Baependi foi visitado durante dez dias em junho de 2022 para realização de observações sistemáticas e não estruturadas, entrevistas semiestruturadas aos produtores da página do *Facebook* do santuário e aos/às visitantes com o intuito de compreender até que ponto o uso das redes sociais da santa influenciaram na escolha e no consumo desse destino turístico religioso. O recorte espacial refere-se ao Bairro Centro, local do Santuário de Nhá Chica. Os comentários que irão compor o texto, destacados em itálico, mantiveram a grafia e a fala dos/as entrevistados/as.

3- RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Município de Baependi situado na mesorregião do sul/sudoeste do Estado de Minas Gerais apresenta-se como uma cidade histórica próxima das estâncias hidrominerais de Caxambu e São Lourenço e sua economia local, tradicionalmente movida pela agropecuária e

pelo comércio, passa a ter na atividade turística, do tipo turismo religioso, um forte movimentador de capital.

Após a beatificação de Nhá Chica em maio de 2013, seus restos mortais acomodados no interior da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Santuário de Nhá Chica, passaram a ser visitados e venerados por brasileiros e estrangeiros e o grande número de estabelecimentos comerciais existentes no entorno desse santuário, um morro que já foi periferia e atualmente faz parte do centro da cidade, representa um enclave ao conter maior circulação de visitantes (KELMER, 2017).

Os avanços tecnológicos passaram a ser utilizados pela organização do santuário. Site, perfil no *Instagram*, página no *Facebook*, canal no *You tube*, *Tweeter*, *WhatsApp*, integram a forma de divulgação e interação com o público. Segundo Vitória Guedes, responsável pelas redes sociais do santuário, “*atualmente, com a tecnologia, a rede social é importante no nosso cotidiano. Então, a rede social dentro do religioso, dentro da área religiosa também, é imprescindível, porque nós conseguimos levar a devoção, a fé para a pessoa que está em casa*”. Para ela, a rede social veio para ficar e dar a experiência de viver o religioso em casa ajudando a promover a beata.

Durante a netnografia pôde-se compreender a importância de pertencer a esse tipo de comunidade em relatos do tipo: “*Sou devota e Nhá Chica. Seguir a comunidade é uma forma de estar mais perto da Santa*”, “*Obrigada p ser aceita no grupo, sou muito DEVOTA da Beata Nhá Chica. Estou muito feliz*” e “*como não posso sair de casa eu participo com fervor dessa comunidade*”.

As interações acontecem durante as postagens de outros/as membros/as e nas postagens realizadas pelo santuário. Os temas variam entre agradecimentos, pedidos e orações até informações turísticas e venda de produtos relacionados à beata e produtos em geral, como venda de carros, terrenos e propagandas de produtos diversos. Chama a atenção o número de postagens políticas e de pornografias na página de devotos, o que não acontece na página do santuário por possuir maior controle sobre as postagens.

Os eventos on-line como missas, novenas e terços são momentos de maior interação, já que todos/as estão conectados e são oportunos para entrevistas. Nelas destaca-se: “*adorei conhecer o santuário e a cidade*”, “*o santuário é muito lindo e espero voltar logo*”, “*vou a Baependi todos os anos renovar minha fé na beata Nhá Chica*”, “*quero muito conhecer alguém, faz excursão pra lá*”, “*já visitei várias vezes, é lindo lá*”, entre outras.

No trabalho de campo off-line foi possível constatar, junto aos/às visitantes, a utilização dos *smartphones* para realizar registros em fotos e vídeos, acessar informações turísticas, buscar informações de distâncias, consultar a rede social para conferir horários de missas, postar fotos, principalmente *selfies*, e vídeos na comunidade de devotos/as e, alguns/algumas indicavam o passeio nas redes on-line paralelamente à visitação off-line, fato que demonstra a integração entre as duas dimensões on-line e off-line no fazer turístico.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tratar-se de um tema complexo e atual, não houve a intenção de esgotar a discussão e sim, contribuir para compreensão a respeito das inúmeras possibilidades contidas no ciberespaço que podem ser cooptadas pela prática da atividade turística.

Constatou-se que os agentes de turistificação buscam aproximar-se cada vez mais dos aparatos tecnológicos para dinamizar sua atuação. O uso das redes sociais on-line, que tem Nhá Chica como tema, demonstra claramente a importância delas para o momento presente e aponta boas perspectivas para o futuro, afinal como constatado *in loco*, elas vieram para ficar.

Novenas, missas e terços realizados on-line atraem grande número de membros/as das comunidades e, a partir daí as interações ocorrem. Tais interações confirmam a importância no momento de organizar a viagem para Baependi, já que afirmar utilizarem as redes sociais para programar a viagem e conhecer mais sobre a beata foi uma resposta recorrente. Há ainda os/as que comentam sobre suas excursões para o santuário divulgando seus contatos. Ao longo da netnografia pôde-se perceber várias fotos postadas contribuindo na divulgação. Não foram registrados comentários negativos, afinal aos /às descontentes basta clicar no botão “deixar de seguir”.

No campo off-line, as entrevistas apontaram que os/as visitantes utilizam o *smartphone* durante boa parte da visitação, postando fotos e vídeos e pesquisando sobre o destino. Os/as entrevistados/as, em sua maioria, tiveram interesse em buscar informações sobre Baependi nas redes sociais on-line da beata antes da viagem. Fica evidente a interferência das redes sociais on-line na promoção dos lugares turistificados. O/a participante da rede social apresenta satisfação em postar sobre o santuário de Nhá Chica e sobre a cidade. A Igreja Católica, administradora da página, divulga e promove ao máximo os atrativos religiosos, apostando no potencial de sua oferta. A página de devotos/as divulga os atrativos através da

programação religiosa, fotos e vídeos do santuário e orações da santa. Nas duas páginas há interações envolvendo os atrativos turísticos religiosos, sendo elas citadas pelos/as visitantes como fonte de informação e incentivo para a viagem.

Estando em Baependi utilizam-se as redes para divulgação das experiências por meio de fotos, vídeos, áudios e textos. Constata-se assim, que as páginas analisadas produzem material e interações que induzem à visita e, do local da práxis do turismo, recebem material por meio de postagens em forma de fotos, vídeos e interações, alimentando-se dialeticamente.

5- BIBLIOGRAFIA.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

DODGE, Martin; KITCHIN, Rob. **Mapping cyberspace**. New York: Routledge, 2001.

HINE, Christine. Virtual Ethnography: Modes, varieties, affordances. N. Fielding, **The SAGE: Handbook of online Research Methods**, 1.ed. 2008.

KELMER, Magno Angelo. **Turismo Religioso e Transformação Sócio-espacial em Baependi-MG**. 2017. 230 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia**: realizando a pesquisa etnográfica online. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2014.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Planejamento Urbano do Ciberespaco: A formação territorial de redes comunitárias acadêmicas no Brasil. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XIV, 2010.

TUNES, Regina. **Geografia da inovação**: território e inovação no Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

JOVENS ESCOLARES NEGROS E TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS NA CIDADE

Marcelo Henrique de Sá
Mestrando em Geografia pela UFJF
marcelohsa81@gmail.com

1.Introdução:

O presente trabalho busca discutir as trajetórias socioespaciais de jovens negros escolares na cidade de Juiz de Fora. A metodologia utilizada baseia-se na qualitativa, utilizando de entrevista semiestruturada com o uso da narrativa oral com diálogo com os sujeitos.

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de mestrado, que culminou na construção de uma dissertação. Aqui será apresentado alguns resultados desse trabalho. Neste sentido, seguindo o que é ensinado por Cavalcanti, (2013), a pesquisa pautou-se em compreender a cidade como produto e condição social, no qual manifesta se às dinâmicas das relações sociais dos agentes sociais em suas múltiplas dimensões. Neste sentido, como destaca Teixeira e Resende, (2017), a cidade e a sua apropriação pelos jovens, aparece como sendo um elemento estruturante da constituição de identidades desses sujeitos.

Deste modo, a cidade, como elemento espacial, está integrada nas práticas dos jovens, sendo o espaço elemento que define a condição juvenil. Cassab et. al., (2016), destaca que a juventude se produz relacionada diretamente como os jovens se estabelecem com o espaço, possuindo suas diferentes formas de espacialidade, maneiras de relacionar e representar a cidade, usos distintos e desiguais, lugares que vão frequentar e os que não frequentam, são formas que demonstram a vasta relação espacial que compõe as juventudes.

Porém, como demonstra Teixeira e Resende, (2017), a cidade é construída historicamente, sendo resultado de uma apropriação desigual e excludente, reflexo da priorização da propriedade privada, em detrimento dos espaços públicos e dos interesses coletivos, ou seja, na cidade se materializa sendo palco de desigualdades presentes em nossa sociedade, destacando desigualdades relacionadas com gênero, classe e raça.

2. Discussão e Resultados:

A pesquisa entrevistou 9 jovens negros, matriculados no terceiro ano da Escola Estadual Nyrce Villa Verde Coelho De Magalhães na cidade de Juiz de Fora. A pesquisa entrevistou 5 jovens homens e 4 jovens mulheres. Cabe ressaltar que 8 jovens são moradores da região urbana onde a escola está localizada, apenas uma jovem mora em outra região.

Como destaca Cavalcanti, (2015) por conta da condição de estudantes os jovens escolares possuem uma rotina muito similar entre eles, possuindo a escola e casa como principais pontos em suas trajetórias socioespaciais na cidade. Porém ressalta-se a existência de algumas exceções, atrelada principalmente ao trabalho.

Cavalcanti, (2013) traz que os jovens escolares, aqui analisado os de escolas públicas, possuem como principal meio de locomoção na cidade o transporte coletivo, fato que limita o uso e apropriação da cidade por esses jovens.

Deste modo, a pesquisa demonstrou que em grande maioria os jovens fazem o trajeto casa para escola a pé. Dos 9 jovens entrevistados apenas duas jovens fazem o trajeto para escola de carro, entre essas jovens encontra-se a que mora fora da região urbana da escola. Neste trajeto, da casa para escola, os jovens conseguem interagir com o território que eles pertencem, conseguem perceber mudanças espaciais, interagem com a vizinhança e criam laços com a comunidade.

É também nesse trajeto que os jovens entrevistados disseram sofrer com o racismo, atrelado principalmente por conta do corpo negro ser racializado e inferiorizado socialmente, como destaca Cirqueira, (2017) e Santos; Ratts, (2015) que com isso limita as ações da população negra na cidade.

Os jovens destacam que nas suas trajetórias socioespaciais, sofrem principalmente com olhares estigmatizados da população branca. Um dos jovens destaca que no caminho de casa para escola é recorrente que pessoas brancas troquem de calçada quando o vê. Essa realidade é presente em várias outras esferas das trajetórias socioespaciais dos jovens entrevistados.

Cavalcanti, (2015), destaca da importância de analisar outras esferas das trajetórias socioespaciais dos jovens escolares, fato que enriquece e amplia a percepção sobre esses sujeitos. Nesta perspectiva, a pesquisa apontou que dos nove jovens entrevistados quatro possuem o trabalho em sua rotina, sendo que duas jovens trabalham em atividades remuneradas em casa e outros dois jovens trabalham “fora de casa”. O trabalho fora de casa proporciona um leque maior de possibilidades e locais nas trajetórias socioespaciais dos dois

jovens, ambos relatam que conheceram bairros da cidade por conta do trabalho.

Outro ponto importante de análise é o lazer dos jovens, Cavalcanti, (2013), vai dizer que os jovens escolares, possuem uma rotina de lazer principalmente em suas casas e locais próximos a residência e destaca a igreja sendo outro local para tal. A pesquisa demonstrou que os jovens em grande maioria possuem com principal forma de lazer ficar em casa, atrelada principalmente ao uso de celular, sendo para jogar jogos ou conversar com amigos.

Outros pontos lazer aparecem nas trajetórias socioespaciais dos jovens entrevistados, sendo localizadas principalmente na região urbana que eles moram, destacando o uso de quadra e campo de futebol para a realização de atividades físicas e até mesmo andar de bicicleta pelo bairro, como apontou um jovem. Apenas um jovem, possui o hábito de frequentar outros bairros para o lazer, sendo que para o jovem o trajeto é muito desgastante, pois ele é feito todo a pé. O jovem destaca que ao frequentar esse bairro ele sofre com olhares de moradores, cabe ressaltar que esse bairro é frequentado por maioria de pessoas brancas.

Para finalizar, como bem destaca Cassab, (2016), os shoppings aparecem como forma de lazer de muitos jovens, sendo utilizado como local de encontro para “rolezinhos”, para assistir filmes no cinema ou até para ir à praça de alimentação, são formas possíveis que o shopping pode ser usado pelos jovens. Não diferente disso, os jovens entrevistados frequentam os shoppings da cidade.

Os shoppings mais utilizados pelos jovens entrevistados são: Santa Cruz, Jardim Norte e Independência. Os três possuem públicos-alvo distintos sendo o Independência frequentado por uma camada mais rica da cidade e os outros dois por camadas mais populares. Deste modo, essa realidade é vivida e percebida pelos jovens, no qual eles frequentam mais os dois Shoppings de camadas mais populares, sentindo mais à vontade nesses locais. Em contrapartida, o Shopping Independência é um local em que esses jovens não se sentem confortáveis, sendo relatado por algumas situações de racismo que eles presenciaram e sofreram no local.

3. Conclusão:

A pesquisa apontou que os jovens escolares negros, sujeitos centrais desse trabalho, possuem uma trajetória socioespacial atrelada principalmente sua condição de estudante, sendo os pontos mais frequentem a escola e a casa. Neste sentido atrelado a essa condição

podemos acrescentar a condição de classe e racial como instrumentos limitadores do uso e apropriação desses jovens na cidade, sendo que quase exclusivamente esses jovens utilizam do transporte público para se locomoverem na cidade e por conta do racismo sofrido evitam frequentarem locais ou criam mecanismos de defesa para frequentar.

4. Referências Bibliográficas:

CASSAB, C.. Da casa para a rua: a dimensão espacial da juventude. In: CAVALCANTI, Lana; CHAVEIRO, Eguimar; PIRES, Lucineirde Mendes. (Org.). **A cidade e seus jovens**. 1ed.Goiânia: PUC Goiás, 2015, v. 1, p. 137-158.

CASSAB, Clarice et al. Representações na mídia da juventude e a produção do medo: experiência em uma cidade média brasileira. **Finisterra**, v. 51, n. 102, 2016.

CAVALCANTI, L. S. Jovens escolares e a cidade: concepções e práticas espaciais urbanas cotidianas. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 35, p. 74-86, 2013.

CAVALCANTI, L. S. **Os jovens, a escola e suas práticas espaciais**. In:CAVALCANTI, L. S.; PIRES, L. M. (Org.) ; CHAVEIRO, E. F. (Org.) . A cidade e seus jovens. 1. ed. Goiânia: Puc Goiás, 2015. 222p .

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. Racismo e experiência do lugar em estudantes negras e negros. **Geogr Ens Pesqui**, v. 21, n. 2, p. 72-87, 2017.

SANTOS, Mariza Fernandes dos; RATTS, Alex. Trajetórias negras discentes no espaço acadêmico: o quadro da Universidade Federal de Goiás diante das ações afirmativas. **Educere et Educare**, Paraná, v. 10, n. 20, p. 641-652, jul./dez. 2015

TEIXEIRA, Maria Antonieta; RESENDE, Damião. JUVENTUDE E O DIREITO À CIDADE. **Direito e Cidadania**, v. 2, 2017.

O DIREITO À CIDADE DAS FAVELAS CARIOCAS E A OMISSÃO DOS MAPAS

Fernanda Barbosa de Oliveira

Mestranda do programa de Pós- Graduação em relações Étnico- Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow- cefet/RJ.

fernanda.prof.geo303@gmail.com

Maria Cristina Giorgi

Doutora em Letras pela Universidade Federal Fluminense.

Professora titular do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - Cefet/RJ, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino.

cristinagiorgi@gmail.com

Pamela Marcia Ferreira Alves Dionisio

Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora de Geografia EBTT do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Campus Maracanã, Rio de Janeiro, atuando no Ensino Médio Técnico Integrado.

pameladionisio1@gmail.com

Resumo

O presente artigo visa discutir a não neutralidade da cartografia em relação a representação das favelas Cariocas. Para isso, iremos analisar o conceito de favela e os discursos ditos e não ditos sobre esse território, que muitas vezes mobilizam essa falta de representação delas. Apontaremos a importância da favela e seu direito de pertencimento à cidade e iremos discutir sobre os poderes hegemônicos que se configuram na cidade e que controlam a produção cartográfica, viabilizando e mantendo as estruturas “dentro” de tais produções. Analisaremos quanto a favela ainda é vista pelo poder público como um problema espacial e que em alguns momentos é invisibilizada, assim como os seus moradores.

Palavras- Chave: produção cartográfica; favela; invisibilidade e pertencimento

Introdução

Os mapas não são somente representações e nem sistemas passivos, mas sim contribuem para diálogos e interpretações sobre determinado território. Num mapeamento não tem como “caber” toda a realidade visível, por isso é realizada uma seleção do que se quer visibilizar e invisibilizar e essa escolha nem sempre é feita pelo cartógrafo, geógrafo ou quem estiver responsável por realizar tal mapeamento e sim muitas das vezes é por quem está “comandando” tais representações. A favela ainda é rotulada como um território inapropriado dentro da cidade e que precisa ser invisibilizada seja no âmbito real ou simbólico Bourdieu (1989), já que é vista como um ambiente de desordem dentro da cidade Maravilhosa, acabando com a fluidez dela.

Procedimentos Metodológicos

Iremos abordar a cartografia como ciência de ação e não neutra e, seguindo essa linha, iremos discutir como o poder que está estruturado dentro da sociedade, se configura num determinado mapeamento, fortalecendo os grupos hegemônicos que atuam na sociedade. Iremos trabalhar exemplificando a omissão das favelas nos períodos de 2011 a 2013 na cidade do Rio de Janeiro e para isso utilizaremos uma imagem de satélite do Complexo do Turano na Zona Norte do *Google Maps* nesse período para questionar o porquê desta omissão e o folhetim da Riotur entregue aos turistas em 2016 que mostrava os pontos turísticos da Zona Sul e omitia as favelas Rocinha, Dona Marta, Cantagalo e Babilônia.

1.A intencionalidade dos mapeamentos

Na produção cartográfica não existe neutralidade e sim existe interesses, poderes e visões de quem pensa, constrói e articula sobre um mapeamento. Os mapas “controlam” a forma de entender um território e facilitam a dominação desses territórios e sempre são realizados a partir de diferentes interesses. “*A cartografia pode ser também uma forma de conhecimento e uma forma de poder*” (HARLEY, 2009, p. 3).

2. Os mapas como instrumentos de poder

Para os autores Barbosa, Mascarello e Santos (2018) um mapa estabelece uma conexão intencional de intervenções para dominação na visão deles tanto o Estado como empresas

capitalistas alteram os mapeamentos de acordo com as suas necessidades, para atingir e garantir seus benefícios e assim, acabam controlando a produção espacial.

Podemos entender os mapeamentos cartográficos como sistemas simbólicos que estruturam poderes, que já são estruturados dentro da sociedade Bourdieu (1989). Os sistemas simbólicos reforçam os poderes existentes na sociedade. No caso do mapeamento do *Google Maps* no período de 2011 a 2013, houve o reforço do poder dos agentes de turismo e da Prefeitura do Rio de Janeiro (na omissão das favelas Cariocas nesse período no Google Maps) que acabaram organizando o território segundo seus interesses Barbosa, Mascarello e Santos (2018). “A imagem ou modelo, ou seja, toda a construção da realidade, é um instrumento de poder e isso desde as origens do homem”. (RAFFESTIN, 1993, p. 145).

3. Estudo de caso da omissão de favelas nos mapeamentos do Google Maps (período 2011 a 2013)

Temos uma imagem de satélite do Google Maps de 2011 (figura 1), onde podemos observar o Complexo do Turano na zona Norte e as favelas Favela Sumaré entre os bairros da Zona Norte Tijuca e Rio Comprido no Rio de Janeiro. Esta mesma área em 2013 já apresenta alterações no nome que passa a se chamar apenas Sumaré e as outras favelas deste complexo, também apresentam alterações Favela Morro da Liberdade têm sua denominação substituída por Morro da Liberdade e a Favela do Chacrinha não possui localização por nome e nem pelas delimitações de área.



Figura 1: Apresenta uma imagem de satélite do Google Maps e a diferença do ano de 2011 para o ano de 2013, alteração nos nomes e não delimitação destas áreas. Fonte: Ventura. Acesso: nove de abril de 2013 às 15h47min..

4- A VISÃO da favela pelo poder público e grupos hegemônicos VERSUS a favela como deve ser realmente VISTA

A favela sempre foi encarada como um problema espacial, ou seja, para o poder público a favela atrapalha a fluidez da cidade e muitas vezes faz com que a cidade seja vista como um lugar de grande violência se tiver um grande número delas. É a naturalização de um discurso dentro de uma sociedade que a favela só tem violência e marginal, mesmo quem nunca esteve numa favela tem esse discurso que é ratificado pelo poder público, pela mídia e pelos grupos hegemônicos. “(...) por objetivo explicitar o não dito, as relações de poder que presidem aos arranjos produzidos no interior de uma organização, que, no cotidiano, acabam por se tornar invisíveis, naturalizados”. (Deusdará e Rocha, 2017, p. 112).

Vamos relembrar e exemplificar os mapas entregues pela Riotur (Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro). Esse órgão da cidade do Rio de Janeiro é responsável por administrar o turismo na cidade e fazer mapas de localização, que são entregues aos turistas para conhecerem melhor o espaço (figura 2), quando ocorreu uma polêmica em 2016 onde as favelas não estão delimitadas.

Esse mapa (figura2) representa a Zona Sul do Rio de Janeiro e este folheto distribuído pela secretaria de Turismo não mostra as favelas, que nesse caso são: Rocinha, Dona Marta, Cantagalo e Babilônia, essas favelas estão localizadas próximo a lugares turísticos e as praias de Ipanema e Copacabana. Ao analisar esse mapa percebemos que onde as favelas deveriam ser representadas, vemos áreas verdes como grandes florestas.



Figura 2: As favelas são representadas como grandes áreas verdes. Site folha de São Paulo 2017.

Toda essa marginalização das favelas seja na entrada de policiais para acabar com o crime, seja na omissão de delimitação de um mapeamento, fazem com que os discursos depreciativos continuem permeando a nossa sociedade e sejam replicadas nos discursos ditos e não verbalizados. *“O controle exercido pelo Estado sobre os grupos menos favorecidos é, em geral, expresso pela marca da violência com que são tratados os mais pobres”*. (Campos, 2010, p.64). Observe a narrativa do ex prefeito Marcelo Crivela em entrevista à página Rocinha Alerta, que traz informações sobre a favela em relação a obra que a prefeitura iria realizar na Rocinha.

“A ideia nossa é que as pessoas, quando passem na (Autoestrada) Lagoa-Barra, olhem para cá e tenham uma ideia de uma comunidade arrumada, bonita, de um povo trabalhador, enfim. Hoje ela está muito, muito feinha.” (Marcelo Crivela extraído do site g1.globo, 2019).

Sobre essas relações conflituosas do poder público e além do que o autor explicitou acrescenta-se a mídia, que, em geral, apresentam uma conotação negativa em relação as favelas Cariocas, por isso entendemos que as elas foram invisibilizadas naqueles mapeamentos do Google Maps (2011 a 2013) e Folhetins da Riotur (2016). Tivemos diversos mapeamentos representando as favelas, alguns exemplos como: Afro Reggae com parceria com o Google Maps (projeto tô no mapa), Wikimapa e a própria Riotur alterou seus folhetins, foram conquistas através de muita luta e resistência dos favelados em ter visibilidade e lutar por direitos de pertencer a cidade e fazer parte dela.

Considerações finais

Quando estudamos sobre o processo cartográfico, entendemos que a cartografia não é neutra, ou seja, os mapas não são neutros eles seguem uma intencionalidade que nem sempre é de quem o produz, mas sim de quem coordena tais representações. Os mapas são instrumentos de poder e eles evidenciam estruturas dentro da sociedade, ou seja, eles muitas vezes reforçam os poderes que já existem. Os mapas agem na espera do campo simbólico, mas representam o poder configurado e existente na sociedade. Existe uma opressão simbólica, onde o ponto de vista de determinado grupo hegemônico se faz prevalecer dentro da esfera da representação.

A favela ainda é vista pelo poder público e grupos hegemônicos como território do crime, da desordem, da marginalidade e outros estigmas e analisamos isso em narrativas de ex políticos e atuais quando se reportam à favela, sempre tratando com uma conotação negativa.

Entendemos que estar no mapa auxilia na visibilidade e no pertencimento à cidade que são fundamentais, como também traz outro fator determinante aos moradores: o de fazerem pressão ao poder público por políticas públicas nesses territórios.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre, Félix. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz, Lisboa: Difel, 1989.

CAMPOS, Andreino, Oliveira: **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado”** no Rio de Janeiro/ Andreino campos 3º edição- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Folha de São Paulo. **Prefeitura do Rio mantém favelas fora de mapas oficiais dados a turistas**. Matéria online de onze de setembro de 2017 horário 16h55.

G1. Globo. **Crivella diz que vai reformar fachadas da Rocinha, no Rio, porque ela está muito ‘feinha’**. Matéria online de vinte de março de 2018 horário 8h 49.

HARLEY, John, Brian. **Mapas, saber e poder**. Confins (Online), 5, 2009, posto em 24 de abril de 2009.

MASCARELLO, Marcela de Avellar; SANTOS, Caio Floriano dos e BARBOSA, André Luiz de Oliveira. **MAPAS...POR QUÊ? POR QUEM? PARA QUEM?** Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 7, N. 1, 2018 (126-141).

MÍDIA INFORMAL sobre a reportagem do GLOBO. **Folheto da Riotur distribuído a turistas tira favelas da geografia da cidade. Mapa das favelas da Dona Marta, Santo Amaro, Cabritos, Babilônia e Cantagalo**. Matéria do dia onze de setembro de 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, BRUNO **Dispositivos da Análise Institucional para a explicitação da dimensão política das práticas discursivas**. Revista Moara- edição 47- jan-jun 2017, Estudos Linguísticos.

VENTURA, Felipe **Google “desfavelizou” Rio de Janeiro no Google Maps?** Matéria online dia nove de abril de 2013 site GIZMODO Brasil.

ZARUR CAMILA; YOUSSEF, LEILA; LIMA, LUDMILLA. **Folheto da Riotur distribuído a turistas tira favelas da geografia da cidade**. Matéria online do dia onze de setembro de 2017.

VARIAÇÃO DA ÁREA EDIFICADA DE JUIZ DE FORA ENTRE OS ANOS DE 1968 E 2014

Matheus Duarte Stelkler
Mestrando em Geografia na Universidade Federal de Juiz de Fora
matheusduartestelkler@gmail.com

Ricardo Tavares Zaidan
Professor Doutor na Universidade Federal de Juiz de Fora
ricardo.zaidan@ufjf.br

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos cem anos, as transformações no espaço engendradas pelo ser humano atingiram magnitudes nunca antes vistas na história da humanidade. Com uma população crescente em ritmo acelerado em meio a um sistema produtivo de exploração maciça dos recursos naturais, as coberturas e os usos destinados à superfície terrestre sofreram alterações muito significativas nesse período de tempo, o que se prolonga até os dias atuais. Nesse contexto, as áreas urbanas, por concentrarem a maior parte das estruturas e interações econômicas e sociais vigentes, são as porções da superfície cujas alterações antrópicas são mais visíveis. Partindo-se dessas premissas, o objetivo deste resumo expandido é comparar e identificar cartográfica e estatisticamente a variação espacial da área edificada do município de Juiz de Fora entre os anos de 1968 e 2014.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para executar o objetivo proposto para este resumo expandido, empregou-se, nesta metodologia, dois materiais cartográficos que foram utilizados como fonte de dados para a identificação visual e estatística da variação espacial relativa ao uso da terra destinado à área edificada em Juiz de Fora: o mosaico de fotografias aéreas registradas no ano de 1968 e o mapeamento da cobertura e uso da terra do município produzido a mando da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) no ano de 2014.

O primeiro material citado anteriormente é um conjunto de 19 folhas capturadas e produzidas pela empresa LASA – Engenharia e Prospecções S.A. (1968), as quais

congregam fotografias aéreas da porção mais urbanizada de Juiz de Fora e suas adjacências no ano de 1968. A escolha por esse material deveu-se ao fato de esse ser o primeiro registro aerofotográfico do município, o que torna uma das fontes mais antigas e seguras de onde se pode extrair dados relativos à cobertura e ao uso da terra destinados à área edificada na cidade mineira em questão. Há de se salientar que a área fotografada nesse mosaico não abrange todo o município de Juiz de Fora, de modo que, para se realizar comparações mais fidedignas e lógicas entre os dados de 1968 e 2014, definiu-se como área de estudo deste trabalho somente a porção fotografada nessas 19 folhas, o que foi aplicado também no tratamento dos dados do ano de 2014.

Para que essas fotografias aéreas de 1968 fossem utilizadas devidamente dentro do escopo deste trabalho, necessitou-se aplicar um tratamento cartográfico a esses documentos, haja vista o desgaste e a incompatibilidade operacional oriundos do período de tempo transcorrido desde o momento em que foram confeccionadas até os dias atuais. A aplicação dos procedimentos necessários a esse fim, como a correção geométrica, georreferenciamento e vetorização foram discutidos em Stelkler (2022).

O segundo material citado anteriormente é um mapeamento de cobertura e uso da terra de Juiz de Fora produzido a mando da Secretaria de Planejamento Urbano (SEPUR) da Prefeitura de Juiz de Fora em 2014, o qual foi obtido no portal de Desenvolvimento Territorial do site da PJF (PJF, 2014). Esse mapeamento está segmentado em 9 classes de cobertura e uso da terra identificadas ao longo de toda a área municipal de Juiz de Fora, dentre elas a de área edificada, a qual foi segregada das demais para ser trabalhada no âmbito e nos objetivos de pesquisa deste trabalho. Como comentado anteriormente, essas feições edificadas de 2014 foram recortadas no formato da área fotografada no mosaico de 1968, a fim de compará-las de forma fidedigna.

Todo o geoprocessamento executado neste trabalho foi feito em ambiente SIG (sistema de informações geográficas) no *software* ArcGIS: correção geométrica, georreferenciamento, vetorização, recorte, obtenção de dados estatísticos e tratamento cartográfico para produção de mapas. A interpretação de áreas caracterizadas como edificadas no mosaico de 1968 ocorreu pela identificação de qualquer tipo de construção de origem antrópica que estivesse assentada sobre a terra. Em relação ao mapeamento de 2014, apenas extraiu-se a área edificada identificada nesse trabalho.

Por fim, com todo esse material produzido, pode-se visualizar digitalmente a diferença espacial da superfície de Juiz de Fora destinada à área edificada nos dois anos, bem como calcular a área ocupada por essa classe de uso da terra nos dois momentos analisados. A partir dessa visualização interativa e desses dados estatísticos calculados, vários cruzamentos de informação puderam ser realizados, como identificação da expansão, redução, aparecimento ou desaparecimento de áreas edificadas. Além disso, discriminou-se esses fatores de variação espacial ao longo do tempo conforme a delimitação das regiões de planejamento (RP) de Juiz de Fora definida no plano diretor do município (JUIZ DE FORA, 2018), a fim de regionalizar os dados obtidos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos resultados deste trabalho, observou-se que as áreas edificadas tiveram uma alteração muito significativa em relação à sua superfície ocupada na comparação entre os anos de 1968 e de 2014. Com um crescimento de 54,620527 quilômetros quadrados, as edificações, no município de Juiz de Fora, aumentaram relativamente 192,79% no decorrer dos 46 anos analisados, ou seja, quase que triplicaram em tamanho superficial. Na figura 1, é possível ver a comparação da área edificada em 1968 e em 2014, bem como examinar como se deu essa expansão nas regiões de planejamento do município.

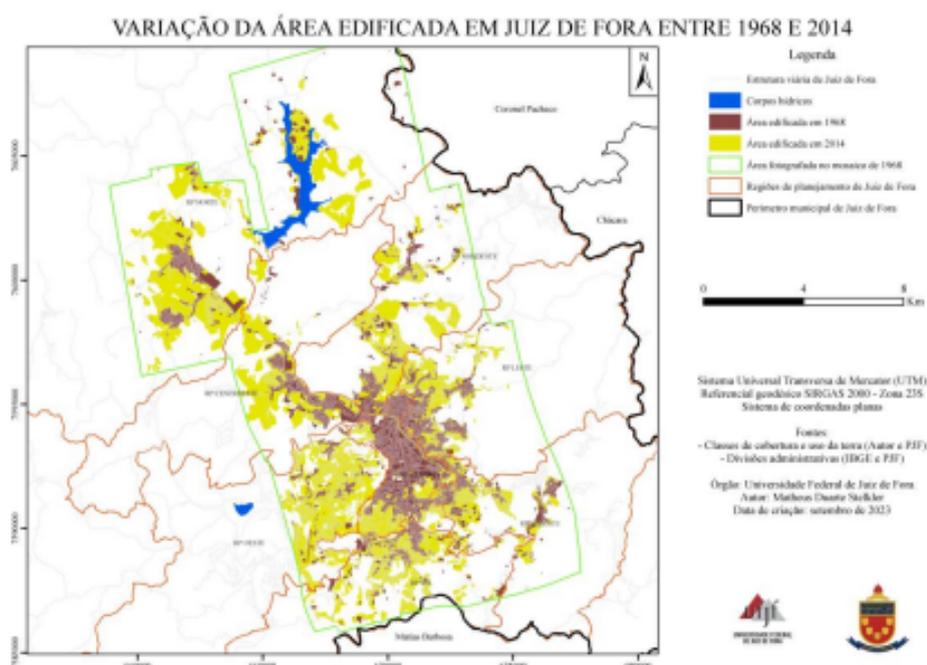


Figura 1. Variação da área edificada em Juiz de Fora entre 1968 e 2014

Como é possível observar na figura 1, a superfície ocupada pela área edificada expandiu-se para praticamente todas as direções a partir do centro de Juiz de Fora desde o ano de 1968 até 2014. No entanto, por mais que esse fenômeno do crescimento urbano tenha ocorrido em todas as regiões do município, nota-se que ele não se deu de forma homogênea em todas essas porções do território juiz-forano. Na tabela 1, realizou-se a quantificação da variação absoluta e da variação percentual do crescimento da área edificada em cada região de planejamento de Juiz de Fora, a fim de que se possa analisar esse crescimento urbano mais detalhadamente.

Região de Planejamento	Área em 1968 (km ²)	Área em 2014 (km ²)	Variação absoluta (km ²)	Variação percentual
Centro	8,828948	11,383097	+2,554149	+28,93%
Centro-Oeste	3,260778	9,372485	+6,111707	+187,43%
Leste	3,364931	7,637395	+4,272464	+126,97%
Nordeste	2,953819	9,565238	+6,611419	+223,83%
Norte	3,777299	18,685643	+14,908344	+394,68%
Oeste	1,335411	11,299048	+9,963637	+746,11%
Sudeste	2,604753	6,209739	+3,604986	+138,40%
Sul	2,205913	8,799588	+6,593675	+298,91%
TOTAL	28,331852	82,952233	54,620381	192,79%

TABELA 1. Variação absoluta e percentual da área edificada por região de planejamento de Juiz de Fora entre 1968 e 2014

Como se pode deprender a partir do mapa e da tabela, a região central foi aquela que teve menos alterações quanto ao uso da terra destinado à área edificada, variando percentualmente apenas 28,93%. Tal fato era esperado, uma vez que a urbanização de Juiz de Fora teve a sua gênese e se irradiou a partir dessa região, e, já em 1968, era possível observar uma mancha urbana significativa nessa porção do território do município. A maior parte das demais regiões de planejamento teve uma alteração percentual que variou entre 100% e 400%, como é o caso das porções centro-oeste, leste, nordeste, norte, sudeste e sul, indicando uma variação próxima à média.

Sem sombra de dúvidas, o maior destaque observado nos resultados foi a região de planejamento oeste, que contempla a chamada "cidade alta", a qual variou percentualmente

746,11%, ou seja, mais do que octuplicou o seu tamanho superficial. Desde a década de 1950, uma série de empreendimentos de grande atração econômica, imobiliária e humana foram instalados nessa região, a exemplo do Aeroporto de Juiz de Fora (1958), a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) (1960), a ampliação da BR 040 (1980), o Estádio Municipal Radialista Mário Heleno (1988) e o Shopping Independência (2008). Todos esses empreendimentos, com especial destaque para a UFJF, deram um impulso muito grande para o avanço da mancha urbana nessa porção de Juiz de Fora, e é por isso que a porcentagem de crescimento da superfície ocupada por edificações nessa região é tão expressiva e destoante das demais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como constatado, a superfície terrestre destinada ao uso de edificações no município de Juiz de Fora aumentou consideravelmente entre os anos de 1968 e 2014. Tal fato era absolutamente esperado, tendo em vista o contexto de crescimento econômico, populacional e urbano que o município experimentou nesse período de tempo. No entanto, por mais que esse fenômeno geográfico fosse esperado e previsto para continuar a ocorrer no futuro, é necessário que estudos nessa temática sejam feitos, a fim de que se possa entender melhor esse processo e se possa tentar mitigar os efeitos negativos dessa expansão da mancha urbana de forma desenfreada.

5. REFERÊNCIAS

JUIZ DE FORA. **Lei Complementar nº 082**, de 3 de julho de 2018. Juiz de Fora, 3 jul. 2018. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/desenvolvimentodoterritorio/plano_diretor/pdp_lc82.18_00.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

LASA - ENGENHARIA E PROSPECÇÕES S.A. (Juiz de Fora (MG)). **Cidade de Juiz de Fora**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1968. Fotografia aérea. Escala 1:8000.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA (PJF). **Mapa de uso da terra**. Jun. 2014. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/desenvolvimentodoterritorio/sistema_informacoes/uso_da_terra.php>. Acesso em 20 ago. 2023.

STELKLER, Matheus Duarte. **Tratamento cartográfico aplicado às fotografias aéreas de Juiz de Fora do ano de 1968 para a elaboração de um mapeamento de cobertura e uso da terra.** 2022. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022.

IV COLÓQUIO
NUGEA
ANAIS

EIXO 5

02 e 03
de Outubro

ISSN 2596-3465

NUGEA

ufjf



PPGEO


FAPEMIG

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO A PARTIR DE FOTOGRAFIAS AÉREAS: O CASO DO BAIRRO AEROPORTO EM JUIZ DE FORA (MG)

Wesley Rodrigo Lopes da Cunha
Graduando na Universidade Federal de Juiz de Fora
wesleylopes1010@gmail.com

1- INTRODUÇÃO

As discussões acerca da dialética entre espaço e tempo na geografia são fundamentais para a compreensão de uma abordagem histórico-geográfica de uma área específica. Muitas vezes, no campo da geografia, o tempo é deixado de lado, dando maior ênfase ao espaço, o que é compreensível uma vez que este conceito é o principal escopo da ciência geográfica. Porém, é imprescindível pensar na relação espaço-tempo ao se discutir a evolução dos padrões e processos que atuaram em determinado território.

Milton Santos (2012) destaca que é extremamente importante pensar no espaço além de uma simples descrição das formas que nele estão presentes, mas sim compreender as funções, estruturas e processos que transformaram a região estudada. Desta forma, pensar neste par dialético, é pensar também no espaço com o sentido de totalidade, onde as diferentes variáveis presentes no processo de formação são entendidas conjuntamente, para se estabelecer um panorama entre as partes.

Perspectiva que vai de encontro à fala de Doreen Massey (2008), que conduz a ideia de que o tempo seria como mudança e o espaço como interação, enfatizando o papel do espaço como uma dimensão social envolvida dentro de uma multiplicidade. Henri Lefebvre (2006) reforça dizendo que o espaço apresenta singularidades de acordo com a sociedade em que o habita, sendo a marca de um determinado período histórico.

Desta forma, para pensar na evolução da área de estudo, no caso o bairro Aeroporto em Juiz de Fora, e compreender suas dinâmicas e processos, é preciso resgatar e se respaldar da dialética entre a temporalidade e a espacialidade, uma vez que, de acordo com Santos (2012, p. 36) “o espaço, considerado como um mosaico de diferentes eras, sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade”.

O estudo em questão possui grande relevância, uma vez que oferece a oportunidade de realizar uma conexão entre a temporalidade e os processos de urbanização, verticalização e aumento da densidade populacional que ocorreram no bairro ao longo dos últimos anos.

Através dessa compreensão, espera-se entender de forma mais detalhada os padrões de uso e ocupação que moldaram a configuração atual do bairro. Como resultado, esse estudo produzirá uma análise temporal da evolução do bairro, que será baseada em fotografias aéreas de Juiz de Fora, capturadas nos anos de 1968, 1975, 1983, 2007 e 2023.

2 – DESENVOLVIMENTO

O bairro Aeroporto, situado na região oeste da cidade de Juiz de Fora, passou por diversas transformações nos últimos anos. Devido a um intenso processo de ocupação, especialmente por conjuntos habitacionais verticais, impulsionado pela alta especulação imobiliária na área, o bairro experimentou um notável aumento na população. Essa especulação parece estar em grande parte relacionada à instalação de importantes equipamentos infraestruturais na região, desde meados do século XX, como a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e o Aeroporto Francisco Álvares de Assis, mais conhecido como Aeroporto da Serrinha.

Além disso, melhorias na infraestrutura viária permitiram uma conexão mais fluida da região com o centro urbano. A construção da Avenida Independência, atualmente denominada Avenida Itamar Franco, com o objetivo de estabelecer um eixo viário até a então recém inaugurada BR-040, rodovia que conecta a cidade do Rio de Janeiro a Brasília, proporcionou um acesso aprimorado ao bairro.

Como resultado, diversos outros empreendimentos prosperaram na área, podendo se destacar a sede da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), unidade Gado de Leite; O Complexo Esportivo Moacyr Toledo, composto pelo Estádio Municipal Radialista Mário Helênio e o Ginásio Municipal Jornalista Antônio Marcos; O Hospital Universitário (HU) e o Centro de Atenção à Saúde (CAS) da UFJF; Os Clubes Campestres do SESI e SESC, sendo último recentemente transformado em Parque Municipal.

Em virtude da implementação de uma sólida infraestrutura, o desenvolvimento do bairro esteve diretamente relacionado à valorização da região e por consequência pelo aquecimento do mercado imobiliário, impulsionado pela crescente demanda por residências, o que estimulou ainda mais os investimentos no setor imobiliário. Sendo assim, a área escopo deste estudo, nos últimos anos vêm passando por um intenso processo de transformação, devido à grande expansão urbana. Devido à valorização dos imóveis na região, o bairro se tornou foco de uma série de empreendimentos imobiliários, sobretudo verticais. A partir das imagens de satélite (Figura 1), dos anos de 2005 (A) a 2023 (B), é possível notar uma clara diferença na densidade de ocupação.

Figura 1: Imagens de Satélite do Bairro Aeroporto em 2005 e 2023.



Fonte: Google Earth (2023).

Em virtude de uma maior taxa de ocupação, o bairro apresentou um significativo e exponencial crescimento populacional nas últimas duas décadas. Segundo os Censos Demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o bairro obteve resultados expressivos, evidenciando o aumento populacional no período de dez anos entre as coletas de 2000 e 2010 (Tabela 1).

Tabela 1: População por bairro da Cidade Alta

Bairros	2000	2010	CR*(%)
Aeroporto	1149	2168	88,7%
Borboleta	5164	6457	25,0%
Cruzeiro de S. A.	645	941	45,9%
Martelos	4632	5961	28,7%
Nova Califórnia	186	223	19,9%
Novo Horizonte	1631	2086	27,9%
São Pedro	10681	14641	37,1%

Fonte: IBGE (2023).

O bairro Aeroporto se destaca devido ao grande crescimento em números relativos, tendo em vista que, durante este período de dez anos, sua população atingiu uma taxa de crescimento de cerca de 88,7%, sendo a maior entre os bairros da região oeste de Juiz de Fora.

Atualmente, espera-se que a população tenha crescido ainda mais, posto que cada dia mais empreendimentos imobiliários são lançados e construídos. Os resultados do Censo demográfico realizado em 2022, devem evidenciar essa grande migração de pessoas que, em busca de um investimento ou de moradia, viram o bairro como uma ótima oportunidade de aquisição de imóveis.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo as análises preliminares, é possível afirmar que a região teve um grande crescimento após o início do século XXI, o que contrasta com outros bairros da região oeste que tiveram um grande aumento em suas taxas de ocupação ainda no século XX, como é o caso do bairro São Pedro. Fato é que, as imagens de satélite juntamente associadas aos dados populacionais, evidenciam de forma clara que durante o intervalo de tempo entre os censos demográficos de 2000 e 2010, o bairro teve o maior crescimento relativo em comparação aos demais.

Ao concluir este estudo, a meta é adquirir uma compreensão abrangente de todos os elementos e processos que influenciaram a ocupação da região. Com base nesses resultados, pretende-se desenvolver uma cartografia que apresente a evolução do uso e da ocupação do solo no bairro Aeroporto, permitindo uma melhor visualização das transformações as quais a área foi submetida.

4 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

LEFEBRVE, H. **A Produção do Espaço**. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 2006.

MASSEY, D. **Pelo Espaço: Uma Nova Política da Espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 312 p. 2008.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5. ed. 1 reimpr. São Paulo: Edusp, 2012.

MAPEANDO CONFLITOS URBANOS LGBT+ NA CIDADE DE JUIZ DE FORA (MG)

José Alberto Batista Filho
Mestrando em Educação – Universidade Federal de Juiz de Fora
albertobfh@gmail.com

Ana Cecília Pereira Batista
Doutoranda em História – Universidade Federal de Juiz de Fora
ceciliapbt@gmail.com

Essa pesquisa tem como proposta discutir alguns dados coletados durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa “Mapa dos Conflitos Urbanos de Juiz de Fora”, mais especificamente entre 2019 e 2021. A pesquisa foi realizada no âmbito do grupo de pesquisa Núcleo de Pesquisa Geografia Espaço e Ação (NUGEA), do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora, e tem como orientador o professor doutor Elias Lopes de Lima.

O desenvolvimento do projeto de pesquisa Mapa dos Conflitos Urbanos de Juiz de Fora está fundamentado na categoria produção do espaço da cidade sob a análise dos conflitos, assumindo-os como consequências de insatisfações sociais com a atual lógica urbana voltada aos interesses mercadológicos (FERREIRA, 2007; RODRIGUES, 2007). Para pensar a produção do espaço urbano é preciso ter em vista as mutações, contradições, interesses e singularidades dos agentes que o produzem, sendo a cidade produto e produtor da sociedade (LEFEBVRE, 2001). Assim, nessa pesquisa empreendemos um estudo de caso da cidade de Juiz de Fora (Minas Gerais) avaliando como os conflitos urbanos contribuem para a formação do espaço urbano e, em que medida, eles são resultados de insatisfação popular com o atual estado da cidade como espaço de reprodução do capital, assim como o de avaliar possíveis presenças e ausências de grupos nas mobilizações em torno do direito à cidade.

Para isso, foi realizado um levantamento no jornal Tribuna de Minas, sediado na cidade de Juiz de Fora. Trata-se de um periódico de ampla circulação regional que está em atividade desde 1981. Nele, buscamos registros de conflitos urbanos em suas ocorrências diárias tendo como suporte o acervo digital do jornal que permite o acesso a todas as edições dos anos trabalhados na pesquisa de forma online. O material coletado foi categorizado conforme as seguintes tipologias: segurança pública; legislação urbana e uso de solo; moradia; educação; transporte e mobilidade; saneamento básico; acesso e uso

do espaço público; recursos hídricos; infraestrutura urbana; saúde; parques e jardins; lixos e resíduos; patrimônio histórico e cultural; espaço sonoro e visual; reivindicações; economia.

A partir dessa categorização fizemos um mapeamento por meio da plataforma Maps Marker em um site sediado nos domínios da Universidade Federal de Juiz de Fora. O site não está disponibilizado para o público, tendo seu domínio temporariamente fechado para os participantes dessa pesquisa. Conseqüentemente, temos como resultado um mapa dinâmico que permite observar a distribuição espacial dos conflitos na cidade, sua categorização por meio de ícones e breves descrições que resumem a notícia encontrada na imprensa. O site se organiza ao longo dos anos e meses, mapas, tipologias e resumos produzidos.

Ao longo da pesquisa, a partir da observação dos dados obtidos, notamos a possibilidade de selecionar informações referentes a população LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros). Foi possível perceber que era mais comum encontrar esses conflitos incluídos nas categorias de segurança pública e reivindicações, tendo em vista que o Jornal Tribuna de Minas noticiava casos policiais envolvendo travestis¹ e manifestações em vias públicas da cidade relacionadas aos interesses da comunidade LGBTQ+.

Historicamente falando, a cidade de Juiz de Fora é reconhecida como um lugar amigável a pessoas LGBTQ+. É possível atribuir a isso a realização do Miss Brasil Gay, desde a década de 1970, que aos poucos se tornou uma das festividades muito popular e, atualmente, atrai participantes e espectadores de todo o país. Ao mesmo tempo, a atuação do Movimento Gay de Minas (MGM), desde 2000, foi marcada pela conquista de garantias legais (como no caso da Lei Rosa, legislação municipal que criminaliza a homofobia, aprovada em 12 de maio de 2000) e pela realização de inúmeras iniciativas voltadas para a consolidação da cidadania LGBTQ+ (NOGUEIRA, 2023).

Nesse sentido, as ocorrências observadas referentes a esse segmento são extremamente significativas. Elas demonstram que a existência de pessoas LGBTQ+ – manifestada aqui por meio de conflitos e demandas – é considerada significativa o bastante para serem incluídas nas páginas da imprensa local². Ao mesmo tempo, tendo em vista que uma das maiores dificuldades envolvendo pesquisas relacionadas às dissidências sexuais e de gênero envolve a ausência de fontes, esses registros podem se apresentar como

¹ Exemplo disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/12-01-2023/travestis-sao-presas-por-suspeita-de-roubo-na-regiao-central.html>

² Sobre a relação entre a imprensa e pessoas LGBTQ+ ver: SANTOS, 2009.

um recurso precioso, especialmente a partir da metodologia apresentada e da extensão do recorte temporal utilizado.

A partir disso, pode ser possível cartografar as regiões da cidade em que ocorrem os casos noticiados pelo jornal, somar esses dados a outras informações disponibilizadas por órgãos oficiais, assim como pesquisas acadêmicas já realizadas sobre a população LGBT na cidade de Juiz de Fora³, para refletir acerca do modo como pessoas LGBT+ se relacionam a cidade e como a cidade, em seu sentido mais amplo, se relaciona com esse grupo.

³ Sobre o tema ver: DUTRA e MAIA, 2024; SILVA, 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUTRA, Raphaela G.; MAIA, Carlos E. S. JUVENTUDE LGBT E A CIDADE DE JUIZ DE FORA. **I Colóquio do Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação**, Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <https://www.ufjf.br/nugea/files/2013/03/Raphaela-Dutra.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.

FERREIRA, Alvaro. A (re)produção do espaço urbano: confrontos e conflitos a partir da construção do espaço social na cidade do Rio de Janeiro. In: RUA, João (Org.). **Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da Geografia**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007.

LEFEBVRE, Henri, **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

NOGUEIRA, Júlia de Castro Martins Ferreira. **A história oral no estudo do Movimento Gay de Minas (MGM)**. In: 15º Encontro Regional Sudeste de História Oral - São Paulo, SP, 2023. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/memoriacorpomundo/trabalho/291984>>. Acesso em: 10/09/2023.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A cidade como direito. **IX Coloquio Internacional de Geocrítica los problemas del mundo actual. Soluciones y alternativas desde la Geografía y las Ciencias Sociales**. Porto Alegre, 2007.

SANTOS, Ana Cristina. De objecto a sujeito?: olhares mediáticos sobre o activismo lgbt português. **Media & Jornalismo**, Lisboa, v. 8, n. 2, p. 69-82, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/79647>. Acesso em: 11 ago. 2023.

SILVA, Jéssica Lana De Souza Da. Os Espaços Privados Enquanto Lócus De Práticas Naturalmente Invisibilizadas No Cotidiano De Gays E Lésbicas Em Juiz De Fora- Mg.

XIII ENANPEGE A geografia brasileira na ciência-mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento, São Paulo, 2019. Disponível em: http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1561937306_ARQUIVO_ArtigoENANPEGE.pdf. Acesso em: 22 ago. 2023.

A FORMAÇÃO DE JUVENTUDES A PARTIR DO HIP HOP: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Fernanda Felício Porto
Graduanda em Psicologia, UFJF
fernandaafporto@gmail.com

João Vitor Paiva de Brito Rocha
Graduando em Geografia
rocha.joaopaiva@estudante.ufjf.br

Vitória Maria Hipólito Pires
Graduanda em Geografia, UFJF
vitoriahipolito20@gmail.com

1. Introdução

As juventudes constituem um “conjunto de relações sócio-históricas que se distinguem no tempo e no espaço e que são condicionadas pelas diferentes experiências sociais que os sujeitos estabelecem ao longo de sua biografia (...)” (CASSAB, 2021, p.240). Sendo assim, os modos como sujeitos jovens se produzem e vivenciam esse período são distintos, desiguais e determinados socialmente pelo gênero e sexualidade que possuem, raça/etnia e classe a que pertencem, e o território ao qual fazem parte, sendo essas dimensões circunscritas a um contexto histórico específico.

São, então, sujeitos que, no percurso de desenvolvimento de suas juventudes, relacionam-se entre si, integrando-se em grupos sociais específicos, construindo suas identidades e produzindo suas espacialidades. Este trabalho se atentará à especificidade dos jovens inseridos na cultura do hip hop, entendendo que as ações que realizam implicam em um movimento outro de redesenhar-se na e pela cidade, delineando o espaço e as suas próprias constituições.

Ademais, configura-se em um recorte da pesquisa “Dos “espaços mortos” à produção do lugar? Juventudes, planejamento urbano e outros usos da cidade”⁴, que tem como sujeitos em pesquisa jovens oriundos de diferentes bairros, em sua maioria, periféricos, em seus movimentos de apropriação de um vão de um viaduto a partir de expressões culturais do hip hop.

⁴ A pesquisa, coordenada pela profa. Clarice Cassab, conta com financiamento da FAPEMIG e é realizada no Núcleo de Geografia Espaço e Ação - NuGea/UFJF

2. Hip Hop - algumas ponderações

O movimento do hip hop iniciou-se entre os anos de 1960 e 1970 nos guetos de Nova Iorque, abrangendo múltiplas expressões culturais negras que visassem a transposição dos conflitos e disputas territoriais de jovens, organizados em gangues, para o plano simbólico. Especialmente na música, no grafite, na dança, entre outras (OLIVEIRA, 2012). Essas manifestações eram permeadas por um posicionamento político a respeito da violência, da discriminação que sofriam, das mazelas dos bairros que se situavam e de outras questões sociais que assolavam as comunidades negras e latino-americanas.

Originado nas periferias de uma grande metrópole dos Estados Unidos, o hip hop cresceu e expandiu-se para os demais países do mundo, assumindo particularidades a depender da realidade em que se sedimentava, possibilitando também o surgimento de outras expressões culturais. No Brasil, o hip hop produziu uma identificação com sujeitos “silenciados e subalternizados na geografia social como os negros e pobres da cidade” (OLIVEIRA, 2006, p.52), presentes, sobretudo, nas periferias urbanas. Nesse ínterim, o hip hop passa a constituir uma ferramenta política de questionamento à pobreza, ao racismo e às suas reverberações na espacialização desigual na produção da cidade e de seu acesso a ela; produzindo outras formas de relação entre si e com o outro, fortalecendo processos de identidade e sentimentos de pertencimento.

Tavares apud Oliveira (2012) aborda, dentre outras contribuições do hip hop para os movimentos sociais, o desenvolvimento de uma pedagogia política. Nessa mesma linha, Oliveira (2006) afirma a constituição do hip hop como uma cultura política negra. Segundo o autor, corroboram para essa perspectiva: a desconstrução de significados impostos pelos sujeitos detentores de poder a respeito das periferias as quais fazem parte; a integração entre corpo e música como canal de expressão e instrumento de luta, tendo a questão racial um de seus elementos centrais; e a criação de possibilidades outras de se relacionar, sobretudo entre grupos subalternizados (OLIVEIRA, 2006).

Nesse sentido, o hip hop se reafirma como um elemento cultural fundamental para os discursos das populações marginalizadas. Santos (2017) define o movimento como um fenômeno que traz consigo a emancipação dos sujeitos envolvidos, para além de uma articulação política natural. Direcionando-se a partir dessas dimensões, o hip hop coloca em questão, também, o uso da cidade, apropriando-se de territórios, afirmando a vivacidade das periferias e ocupando espaços públicos em um movimento de reivindicação do direito à cidade e contestação de seu (não) uso.

3. Juventudes a partir do hip hop?

Os modos de existir das juventudes inseridas no movimento do hip hop materializam-se nos grupos sociais aos quais fazem parte, nas expressões culturais que manifestam – através, também, de suas corporeidades –, nos territórios que constituem, nos espaços que frequentam e nos trajetos que realizam. A cidade torna-se palco, então, da formação desses sujeitos, ao mesmo tempo que eles também a formam.

Diante ao seu histórico e às suas implicações na atualidade, o hip hop constitui-se em uma maneira que “jovens negros encontraram de expressar a experiência da segregação socioespacial e de construção de uma identidade alternativa e afirmativa” (NETO, p.2, 2013). Sendo, dessa forma, uma ferramenta na qual há a possibilidade de, segundo Neto (2013):

reelaborar localmente a leitura da sua situação socioespacial e construir espaços de autonomia, tanto em relação à estrutura social que lhes impõe identidade e território, quanto ao próprio universo adulto, pela afirmação da sua especificidade juvenil”
(NETO, p.6, 2013).

Nesse sentido, as batalhas e expressões no campo cultural - de slam e rap, por exemplo - que ocorrem nas ocupações realizadas na pesquisa citada são permeadas pela trama que esses sujeitos tecem na cidade, sendo atravessadas pela relação centro/periferia, afirmação de bairro, demarcações territoriais e tensões produzidas a partir dessas dimensões (NETO, 2013); manifestando as desigualdades e diferenças do espaço urbano. Sendo também comuns outros elementos que constituem esses sujeitos, como o gênero, que repercutem nas falas dos jovens e demarcam as distintas e desiguais maneiras de vivenciar a juventude, na cidade e no hip hop.

A pesquisa a que este trabalho se refere é realizada nas ocupações do vão do Viaduto Hélio Fadel, que se localiza no centro da cidade de Juiz de Fora, tendo o seu uso realizado a partir de sujeitos que se locomovem para chegar até ele. Nesse processo de deslocamento, os sujeitos jovens em pesquisa, a partir do hip hop, delineiam as suas territorialidades no espaço urbano, presentes em elementos como o bairro em que moram, o meio de transporte utilizado, o percurso que fazem e os amigos que encontram. Durante este trajeto e nas ocupações em si, imprimem na cidade as suas ações, as suas identidades e as suas culturas, dando a ela significados outros.

Essa produção de uma outra maneira de se relacionar com a cidade a partir das ocupações possibilita uma nova forma de se territorializar, sobretudo com outras pessoas que partilham de construções identitárias semelhantes, que dão um sentido diferente a esses

sujeitos e à cidade. Essa conexão entre esses jovens, que transpõem as fronteiras dos bairros e os situam em um local comum, propicia, também, que a cidade seja vivenciada de um outro modo, este não tão pautado na criminalização e na vigilância, mas a partir de relações de pertencimento.

4. Considerações finais

O presente texto teve como objetivo a apresentação de algumas considerações a respeito da formação de juventudes a partir do hip hop, entendendo a sua imbricação no processo de formação da cidade, e, também, o modo com que essas dimensões se relacionam. Considera-se que os delineamentos de suas identidades e as relações que desenvolvem com outros sujeitos, bem como as territorialidades desenhadas nos seus movimentos de apropriação de espaços que frequentam, neste caso, em específico, o espaço de um vão de um viaduto, produzem outras formas de viver a cidade e dão outros sentidos e significados a ela.

Nesse sentido, a ocupação de um espaço central para a realização de expressões culturais múltiplas relacionadas ao movimento hip hop possibilita a sujeitos jovens oriundos, majoritariamente, de bairros periféricos, a criação de outras relações com o centro-periferia. Ao mesmo tempo, o hip hop, como um movimento cultural, também se espacializa e, mediante a sua manifestação no espaço urbano, torna visível a outras pessoas a especificidade das juventudes que se constituem a partir dele.

Desse modo, a formação juvenil a partir do hip hop produz significações para esses jovens, permitindo que se reconheçam enquanto sujeitos produtores do urbano. Nessa perspectiva, as ocupações realizadas por eles produzem modos diferentes daqueles hegemonicamente planejados de viver e perceber o centro e a periferia. Na medida em que se apropriam desse espaço – e de tantos outros –, afirmam a sua condição enquanto sujeitos políticos e também produtores da cidade, deixando registradas suas intencionalidades e modos de ser/existir por onde passam.

5. Referências

CASSAB, Clarice. "Cidade estranha, sabes que existo?" O jovem como sujeito e a cidade que ensina. In: FAGUNDES, M. L. B.; LOPES, J. J. M.; & TEBET, G. G. de C. (Orgs.). **Geografia das crianças, dos jovens e das famílias**. 1. ed. Brasília: Editora da UnB, 2021. v. 1, p. 237-264.

OLIVEIRA, Denilson. A. Juventude e territorialidades urbanas: uma análise do hip hop no Rio de Janeiro. **Revista de Geografia-PPGEO-UFJF**, v. 2, n. 1, 2012. OLIVEIRA, Denilson. A. **Territorialidades no mundo globalizado: outras leituras de cidade a partir da cultura Hip Hop na metrópole carioca**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

TURRA NETO, Nécio. Movimento hip-hop do mundo ao lugar: difusão e territorialização. **Revista de Geografia-PPGEO-UFJF**, 3. 2013.

SANTOS, Eduardo Gomor dos. **Hip Hop e América Latina: relações entre cultura, estética e emancipação**. 2017.

O PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE JUIZ DE FORA-MG: UMA ANÁLISE ACERCA DO SURGIMENTO DE UM NOVO PADRÃO DE URBANIZAÇÃO ATRAVÉS DOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS E FECHADOS, DE ALTO PADRÃO

Laura Messias de Oliveira
Graduanda em Geografia Bacharelado
laura.messias@estudante.ufjf.br

1. Introdução

Esse tema foi definido para a pesquisa que será apresentada a banca de conclusão de curso em Geografia, da modalidade bacharelado ao final do ano, e por isso esse trabalho constará como uma pesquisa em andamento. Procurando discutir, de forma mais geral, a temática dos condomínios horizontais fechados na cidade de Juiz de Fora – MG.

A partir dos anos 80 no século XX era possível ver a tendência de uma diferente modalidade construtiva, os condomínios horizontais fechados. Já nos anos 90 do mesmo século isso passou a ser notório nas grandes metrópoles, e mais tarde também nas cidades menores, se concretizando e proliferando de forma acelerada. Na atualidade essa proliferação dos condomínios se baseia num sentimento de medo e insegurança, já que eles vendem a ideia de uma segurança maior que no meio urbano público, pautados, principalmente, na construção de muros, cancelas e segurança privada que limitam de forma indireta o acesso da população geral ao local.

De acordo com Caldeira (2000) os condomínios fazem parte de um amplo processo de fortificação do espaço urbano, onde há uma espécie de separação e isolamento de algumas classes sociais do resto do tecido urbano, um controle com o advento das modernas tecnologias de segurança, a privatização de espaços públicos e como consequência de todo esse processo, uma fragmentação do espaço urbano. Com isso é possível perceber a necessidade de se discutir o tema, de que cada vez mais os condomínios horizontais fechados ganham força e espaço na construção imobiliária, a importância se deve ao fato de que para além da questão do planejamento urbano na temática, temos uma clara influência nas relações sociais da cidade, esbarrando na segregação socioespacial. E por isso será feita essa pesquisa para a conclusão do curso de Geografia na modalidade bacharelado.

2- Metodologia

Para o desenvolvimento do trabalho será feita uma revisão bibliográfica do tema principal e dos temas adjacentes, a coleta de dados sobre os condomínios em Juiz de Fora, para a definição de quais os condomínios serão utilizados na pesquisa e quais os dados são interessantes para as análises posteriores. Com os dados coletados a intenção é que sejam produzidos mapeamentos de localização dos condomínios escolhidos, e a partir disso será possível identificar, por exemplo, padrões e tendências relacionadas à expansão dos condomínios e seus impactos na segregação socioespacial e na dinâmica urbana. Para além disso, será feita uma análise jurídica e política das leis e políticas urbanas federais e municipais que tangem o assunto dos condomínios fechados. Ao final dessas etapas a pretensão é de ter todo o aporte para que seja possível o desenvolvimento dos resultados e discussão, e das considerações finais.

3- Desenvolvimento

A segregação socioespacial é discutida há anos e entendida pelo senso comum como a diferenciação socioeconômica expressada na questão habitacional, essa ideia é como foi entendido o conceito para o trabalho. Para Villaça (1998), por exemplo, existem segregações variadas, de classes etnias e/ou nacionalidades, mas como dito, esse trabalho irá utilizar mais a segregação de classes. Para ele a segregação é um processo onde diferentes classes ou camadas sociais exercem uma tendência de se concentrarem cada vez mais em regiões gerais ou conjunto de bairros.

A relação desse conceito com a ideia de concentrar pessoas de uma mesma classe em um condomínio fechado é clara, e não para por aí, já que esses condomínios privatizam os espaços urbanos e limitam o acesso que por lei, em sua maioria, é para toda a população. Isto quer dizer que por lei, mesmo que seja requerida a documentação para comprovação de identidade na entrada, todos deveriam poder circular nas vias internas do condomínio, por exemplo, mas isso não acontece. Isso porque diferentes classes sociais muitas vezes nem sabem do seu direito e para além disso, não se sentem confortáveis em circular nesses locais. Se as vias podem ser acessadas por todos, deveriam ter a mesma liberdade das vias de fora dos condomínios, já que são todas públicas por lei.

Como nos condomínios, quem possui residências e lotes são, em sua maioria, pessoas

brancas e de classes sociais mais ricas, a ideia das construtoras é afastar as pessoas que se diferem desses padrões, já que esses locais fazem sucesso baseados no medo e insegurança do espaço público comum, e muitas vezes, a ideia de quem opta por morar nesses locais é justamente evitar o contato com pessoas que diferem da sua realidade, os condomínios então, não explicitamente, usam todas as ferramentas possíveis pra isolar esse público, como, muros, cancelas, segurança interna e diversas outras coisas.

Já dentro da questão do planejamento urbano, é importante pensarmos onde esses condomínios estão se instalando, quais os equipamentos públicos esses locais já tinham, quais serão necessários que haja instalação para que o condomínio exista, entre outras coisas. Na cidade de Juiz de Fora, os novos condomínios de alto padrão tem feito um movimento de escape dos grandes centros urbanos, diversos deles estão surgindo às margens de rodovias e mais afastados dos bairros de maior adensamento, fazendo com que haja, às vezes, a expansão do que chamamos de malha urbana, a perda de áreas que deveriam ser de aproveitamento de toda a população, entre outros problemas que serão explorados no trabalho.

E por isso a pesquisa pretende ao final entender e ter uma ideia mais concisa de como esses condomínios afetam na dinâmica urbana, como eles produzem e acentuam a segregação socioespacial já imposta na nossa sociedade. Ou seja, a intenção é analisar o fenômeno dos condomínios fechados em Juiz de Fora, investigando suas origens, padrões de crescimento e distribuição espacial na cidade, compreender o impacto da expansão dos condomínios fechados no espaço urbano de Juiz de Fora e na dinâmica socioeconômica local, investigar as motivações e preferências dos moradores em relação à escolha de residir em condomínios fechados, e avaliar o papel dos condomínios fechados na promoção ou agravamento da segregação socioespacial na cidade.

4- Referências Bibliográficas

BASSO, Maria Helena; SIMONETTO, Fernanda Gonzatto; LIMA, Jéssica Ghilardi de; FERRARINI, Letícia Cima; MÜLLER, Paulo. A influência de condomínios horizontais fechados no planejamento municipal e dinâmica urbana. **Anais do 15º Encontro Científico Cultural Interinstitucional**, [s. l.], 2017.

BIZZIO, Michele Rodrigues. A emergência dos condomínios residenciais fechados, globalização econômica e as transformações do espaço urbano. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 4, n. 3, p. 30-42, dez. 2018.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34, 2000

MASTRODI, Josué; SALA, Marcela Falsoni. O fenômeno da “alphavillezação da cidade”: A proliferação dos condomínios fechados estudada à luz das ingerências privadas na realidade do município de Campinas. **Revista de direito da cidade**, [S. l.], v. 09, n. 3, p. 1046-108 Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/28188>. Acesso em: 9 jul. 2023.

MOURA, Cristina Patriota de. Condomínios e Gated Communities: por uma antropologia das novas composições urbanas. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 209-232, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/970>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SILVA, BRUNO DAS MERCÊS. **Planejamento urbano e segregação socioespacial: estudo sobre os efeitos do processo de expansão de condomínios fechados na produção do espaço urbano**. 2021. 86 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Geografia da Universidade Federal de São Carlos, [S. l.], 2021.

SILVA, Carolina Pescatori Candido da. **ALPHAVILLE e a des(construção) da cidade no Brasil**. 2016. 491 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, [S. l.], 2016.

SILVA, Vânia da. Produção do espaço urbano: condomínios horizontais e loteamentos fechados em Cuiabá-MT. **Revista Geográfica de América Central**, [S. l.], p. 1-17, 2011.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

ANÁLISE DA URBANIZAÇÃO INTERSECCIONALIZADA EM JUIZ DE FORA: DA COMUNIDADE VILA DA PRATA AO PARQUE DA LAJINHA

Maria Eduarda de Abreu Costa
Graduanda em Geografia - ICH/UFJF
mariaeduarda.abreu@estudante.ufjf.br

Helena Rizzatti
Professora do Departamento de Geociências - ICH/UFJF
helena.rizzatti@ufjf.br

Justificativa/Caracterização do problema

O trabalho de conclusão de curso objetiva uma análise profunda sobre a urbanização interseccionalizada em Juiz de Fora, tendo como objeto de estudo o caso da favela Vila da Prata removida para a instalação do Parque da Lajinha em meados dos anos de 1970-1980. Nota-se ao longo da história de Juiz de Fora o silenciamento por parte da gestão administrativa municipal e da classe dominante, levando ao apagamento e esquecimento da história e memória da vida de mais de cem famílias que eram residentes da Vila da Prata em 1981. Santos (1993) fala como o processo de urbanização brasileira repele trabalhadores e pobres, a cidade em si, como relação social e como materialidade e torna-se criadora da pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico como pela estrutura física que faz dos habitantes da periferia e cortiços ainda mais pobres.

Ao se analisar as dinâmicas territoriais da formação socioespacial brasileira (SANTOS, 1993), observa-se que as desigualdades estruturais se confinam na relação existente entre raça-classe-gênero (SAFFIOTTI, 2015), como exemplo pode-se citar a destruição da comunidade da Vila da Prata e “quem” dentro dessa estrutura sofre com as intervenções que foram feitas.

A comunidade era composta predominantemente por pessoas de baixa renda e negras, tiveram suas casas e pertences demolidos por grandes maquinários dispostos pela prefeitura para realizar a esquematização urbana do governo, deixando significativas marcas e feridas na vida de todos os moradores ali presentes (MARTINS, 2021). O planejamento visava construir um acesso de ligação das cidades de Juiz de Fora e Rio de Janeiro em torno do parque que seria construído, o Parque da Lajinha. A retirada dessas pessoas residentes da favela Vila da

Prata, causou várias críticas ao prefeito da época, Mello Reis, de modo que a construção de favelas em Juiz de Fora cresceu em ritmo acelerado durante a sua gestão entre 1977-1982 com a expulsão dos pobres das centralidades urbanas. Abreu (2009) em sua tese de mestrado “Favela e Remoção em Juiz de Fora: um estudo sobre a Vila da Prata” relata que:

para promover a renovação urbana, o prefeito realizou uma verdadeira operação de guerra contra os pobres, expulsando-os de toda área que fosse passível de valorização. No final da década de 1970 e início da 1980, Juiz de Fora efetivou um número expressivo de remoção em massa das pessoas mais pobres. Providenciar a limpeza da cidade, exterminando as favelas do cenário urbano, através da expulsão dos moradores, era um dos objetivos da Prefeitura de Juiz de Fora na época (ABREU, 2009, p. 52).

Nota-se com mais clareza as desigualdades presentes no espaço urbano, pois há diversos fatores atuando em conjunto para que esse fenômeno ganhe proporção, como o planejamento urbano com caráter racista, as políticas urbanas e habitacionais que moldam a cidade de acordo com o modo de produção capitalista. A urbanização brasileira está diretamente associada ao processo de modernização do território (SANTOS, 1993) ambos ocorrendo por meio do modo de produção capitalista-colonial-patriarcal (FREDERICI, 2017) que se atualiza para manter-se ou frear sua decadência pela urbanização dada em escala mundial e baseada cada vez mais, numa sociedade do consumo exacerbado. No meio desse processo, cabe localizar e entender qual o “lugar” que resta no sistema capitalista para os explorados pelo capitalismo, mas atentando-se não só para a classe, como também para a raça e gênero (RIZZATTI, 2020).

As centralidades urbanas são pontos estratégicos para que o capitalismo evolua, para que a modernização aconteça, ao passo que se apropriam da exploração do espaço urbano, principalmente por meio da apropriação de áreas periféricas onde se concentram a população mais maleável dentro do sistema capitalista. Segundo Rolnik (1989), os pretos e pobres compartilham o espaço das vilas e favelas, numa espécie de promiscuidade racial sustentada pelo laço comum da miséria e da opressão econômica.

Assim, é nítida a importância de se terem mais trabalhos relacionados a essa temática, com o intuito de mapear a localização dessa população explorada e sistematizar seus espaços na cidade. A partir disso, a pesquisa pretende destrinchar por uma perspectiva interseccional como a modernização do espaço urbano, com ênfase no planejamento urbano de caráter

racista, contribui para a ampliação das desigualdades sociais, políticas e econômicas, assim como, para o apagamento da memória e da cultura negra de Juiz de Fora.

Metodologia

A título de metodologia grande parte dos procedimentos consistirá, preliminarmente, em pesquisa de gabinete, com leitura, análise e sistematização dos textos acadêmicos e jornalísticos. Será feito um levantamento bibliográfico exploratório objetivando identificar e analisar os trabalhos que perpassam o objeto de pesquisa. Em seguida serão realizadas visitas técnicas aos arquivos municipais disponíveis sobre a história de Juiz de Fora, buscando por pistas e provas plausíveis sobre o processo de urbanização/modernização da cidade, gestão do governo em meados dos anos 1970-1980, conseqüentemente atrelado ao planejamento urbano da época contribuindo para o apagamento da memória da comunidade Vila da Prata. Também será feito um mapeamento da população negra na cidade de Juiz de Fora hoje para entender como a segregação racial vem se atualizando.

Resultados esperados

Espera-se com essa pesquisa aprender mais sobre como se realizam as pesquisa geográficas, assim como pretende-se compreender com mais profundidade o processo de urbanização em Juiz de Fora através de uma análise interseccional com ênfase na questão racial; assim como sobre a modernização da cidade e o lugar da população negra nessa conjectura; prover ampliação sobre o discurso de apagamento da memória e cultura negra em Juiz de Fora; e a denúncia das desigualdades promovidas pelo modo de produção capitalista-colonial-patriarcal.

Referências bibliográficas

ABREU, Christiane Silva de. **Favela e remoção em Juiz de Fora: um estudo sobre a Vila da Prata.** 2009.

FREDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres corpos e acumulação primitiva.** Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

MARTINS, Zilvan. **Foi assim que Juiz de Fora ‘resolveu’ o problema da Vila da Prata.** O pharol: informação à luz dos fatos, 2021. Disponível em: <<https://jornalopharol.com.br/2021/06/foi-assim-que-juiz-de-fora-resolveu-o-problema-da-vila-da-prata/>> Acesso em: 04/09/2023.

RIZZATTI, Helena. **Urbanização corporativa vista pelo avesso:** periferização, interseccionalidade e lugar – uma análise a partir das ocupações de terras urbanas. Tese. Unicamp, Campinas, 2020.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência.** 2º edição, São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015 [2004].

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar,** São Paulo: Edusp, 1993.

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA DESINFORMAÇÃO: UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE OS EFEITOS DO NEGACIONISMO CIENTÍFICO

Maria Eduarda de Abreu Costa
Graduanda em Geografia - ICH/UFJF
mariaeduarda.abreu@estudante.ufjf.br

Elias Lopes Limas
Professor do Departamento de Geociências - ICH/UFJF
elias.lopes@ufjf.br

Justificativa/Caracterização do problema

A presente pesquisa buscou avaliar a produção científica acerca de temas de interesse geográficos com fito deliberado de produzir desinformação e, por conseguinte, alguma carga negacionista. Para tanto, buscou-se responder a seguinte questão: a produção científica da desinformação a partir do conflito de interesse relativo ao financiamento privado de determinadas pesquisas geográficas pode ser considerada como um tipo de negativismo científico? Quando se trata de negacionismo científico, vale ressaltar que as disputas ultrapassam o próprio conhecimento científico. “O negacionismo começou a ser usado como uma forma de manipulação da opinião pública pela indústria por motivos econômicos e, obtendo sucesso, suas táticas foram reproduzidas quando necessárias por outras corporações. Utilizando os meios midiáticos para a implementação da dúvida de ausência de consensos científicos no imaginário coletivo, os debates acerca dos resultados científicos tornaram-se uma questão de opinião guiada por uma polarização política.”(PIVARO, 2020)

Na esteira das incertezas e efemeridades da pós-modernidade, com sua reiterada objeção às metanarrativas modernas e a adesão de um contingente considerável de pessoas a teses conspiratórias e a posturas reacionárias, o negacionismo científico encontrou um solo fértil para fincar raízes e florescer. O negacionismo tem abundantes implicações para o conhecimento e para a sociedade. É notável que nos últimos anos, uma corrente crescente sobre a negação da ciência tem se espalhado de uma forma cada vez mais expansiva. Entre os inúmeros ramos do conhecimento científico, o negacionismo tomou conta de discursos que englobam os mais variados temas, e com o auxílio exacerbado da mídia e o avanço da

comunicação tecnocientífica, o cenário se tornou mais propício para o crescimento da produção científica da desinformação e do negacionismo.

A sociedade apesar de ter obtido conquistas tecnocientíficas, ainda se vê refém das rasteiras do negacionismo, mostrando uma falha que precisa ser suprida. Logo traçar uma conexão de conhecimento entre a ciência e a sociedade é um dos caminhos a se percorrer para se proteger das estratégias do negacionismo. Porém é uma missão que exige muito trabalho cogitando a gama de informações em massa, que são derramadas nos meios de comunicação constantemente e que causam inquietações e obscuridades.

Existem diversos exemplos em que o negacionismo científico, foi um profundo obstáculo para a leitura crítica de um contexto em que a sociedade comparecia, prejudicando o funcionamento da democracia. “Por exemplo, a negação do consenso científico de que o HIV causa a AIDS levou a políticas na África do Sul entre 2000 e 2005 que, segundo se estima, contribuíram para o excesso de 330.000 mortes” (COOK, et. al, 2017). O cenário da pandemia é um outro grande exemplo do negacionismo, com a negação da eficácia das vacinas, e chuva de informações falsas em massas, contribuíram para confundir a população e causar medo e desconfiança a respeito da nova vacina mais sobre a ciência. Assim como negativismos relacionados à ciência do clima, "equivocos públicos sobre a mudança climática podem levar a uma menor aceitação da realidade da mudança climática e a um menor apoio às políticas de mitigação.” (COOK, et. al, 2017).

No campo da Geografia, o descrédito a exótica crença no terraplanismo, a refutação do aquecimento climático global e por correspondência das causas da chuva ácida e do buraco na camada de ozônio (um tema que parece ter sido abandonado) são algumas das manifestações mais conhecidas do negacionismo geográfico. Nos últimos anos no Brasil, acrescenta-se à lista de questionamentos de dados de imagens satélites coletados pelo INPE para monitoramento de desmatamentos na Amazônia. A negação do consenso científico sobre a ciência do clima é um dos assuntos de mais relevância, e que possuem uma atenção maior na categoria geográfica, tendo em vista os interesses econômicos e políticos escondidos através desse discurso.

“Em geral, as evidências costumam ser rejeitadas se ameaçarem a visão de mundo de uma pessoa. No caso da ciência do clima, a visão de mundo ameaçada pela maior parte das evidências científicas é o conservadorismo político. Aceitar a evidência de que as atividades humanas impulsionam a mudança climática sugere abraçar a mudança comportamental, incluindo o apoio ao aumento da regulamentação dos mercados livres. Isso fica

desconfortável com os valores conservadores de liberdade e independência. Consequentemente, as percepções e atitudes sobre a mudança climática têm repetidamente sido fortemente associadas à visão de mundo política” (COOK, et.al, 2017).

A pesquisa no entanto objetivou identificar determinadas características do negacionismo científico e da produção da desinformação com as formas de deslegitimação do conhecimento geográfico, no entanto um recorte foi feito a respeito da negação da ciência do clima, seus veículos midiáticos e defensores, com o objetivo de democratizar o acesso ao conhecimento científico.

Metodologia

A título de metodologia, grande parte dos procedimentos consistiu em pesquisa de gabinete a partir de levantamento, leitura, análise e sistematização de textos acadêmicos, jornalísticos e eventuais relatórios técnicos que atestem manipulação de pesquisas, objetivando identificar os trabalhos que se dedicaram à temática que perpassa objeto da pesquisa. Em seguida foi delimitado o tema geográfico passível de conflitos de interesse e manipulações visando favorecer lobbies corporativos a partir da produção da desinformação, negacionismo climático.

Outro momento de leitura e sistematização será voltado para as evidências históricas acerca de tentativas de deslegitimação da geografia nas últimas décadas, ainda que tais tentativas não sejam explicitadas enquanto tal na literatura geográfica. Um dado central em todas elas é seu caráter pós-modernista, embora o aspecto neoliberal sobressaia mais em abordagens de desconstrução sobre a dimensão territorial.

Outra fonte de consulta utilizada foi a imprensa. Os registros jornalísticos podem ser um bom “termômetro” para avaliar o quanto a manipulação da produção científica se torna influente na opinião pública. Ademais, também pode servir como um balizador de sobreposição do interesse econômico sobre o interesse científico.

Resultados

O projeto, no entanto, tentou responder à seguinte questão: **(problema de pesquisa): a produção científica da desinformação a partir do conflito de interesse relativo ao**

financiamento privado de determinadas pesquisas geográficas pode ser considerada como um tipo de negativismo científico? O negacionismo científico é perigoso para o bom funcionamento da democracia, da sociedade e floresce por meio de interesses. As pessoas

fazem escolhas a partir da sua cosmovisão, acreditam e defendem ideias com a mesma lógica. O negacionismo começou no Brasil por volta dos anos 2000 a 2007, e ganhou voz com Ricardo Felício e Luiz Carlos Molion que são os principais representantes do negacionismo climático no Brasil que se pronunciaram publicamente em defesa da temática. Por meio de inúmeras palestras feitas no Brasil inteiro promovidas pelo agronegócio interessados na desregulamentação florestal, o negacionismo tomou voz e espaço na sociedade brasileira.

Os meios de comunicação foram e são a base principal para dispersar esse tipo de desinformação, causando dúvida e obscuridade na sociedade. A presença de falsos especialistas no poder com discursos negacionistas, contribuem para a descrença sobre a ciência. Como exemplo, “BBC News Brasil mostrou que o governo Bolsonaro cortou em 93% os gastos para estudos e projetos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas nos três primeiros anos da sua gestão quando comparado com os três anos anteriores, sendo o governo em que negacionismo se ploriferou”. Conclui-se que a maioria dos setores que defendem os discursos de negação climática são vinculados à área de produção e defendem a ideia de que o aquecimento global é algo para impedir o avanço do Brasil.

Logo, o conhecimento geográfico é essencial para deslegitimar os falsos discursos acerca do aquecimento global, e contribuindo para democratização do conhecimento científico e manutenção de políticas.

Referências

COOK, John; LEWANDOWSKY, Stephan; ECKER, Ullrich KH. **Neutralizing misinformation through inoculation: Exposing misleading argumentation techniques reduces their influence.** PloS one, v. 12, n. 5, p. e0175799, 2017.

GRAGNANI, Juliana. **Agronegócio banca palestras que espalham mito de que aquecimento global pelo homem é fraude.** BBB News Brasil, 18 de novembro de 2021. Acesso em: 09/06/2023. Disponível em: <
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59310009>>

PIVARO, Gabriela Fasolo; JÚNIOR, Gildo Giroto. O ataque organizado à ciência como forma de manipulação: do aquecimento global ao coronavírus. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 37, n. 3, p. 1074-1098, 2020.

IV COLÓQUIO
NUGEA
ANAIS

EIXO 6

02 e 03
de Outubro

ISSN 2596-3465

NUGEA

ufjf



PPGEO



FAPEMIG

AFROTURISMO E VISIBILIZAÇÃO DE NARRATIVAS NEGRAS: A CAMINHADA NEGRA EM JUIZ DE FORA

Vitória Camillo da Silva Maurício
Mestranda em Geografia do Programa de
Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da
Universidade Federal de Juiz de Fora
camillo.vitoria@gmail.com

1. Introdução

Os espaços urbanos são marcados por relações de poder e disputas constantes que ora e outra privilegiam a presença de um ou outro grupo social. Na sociedade brasileira de maneira geral, tais disputas acontecem também em função do passado colonial e imperial brasileiro. Como efeito, o silenciamento e apagamento coletivo ou individual das narrativas, das epistemologias, das memórias e da presença negra em diferentes setores e espaços da sociedade é refletido nos espaços urbanos e rurais brasileiros, há séculos. Considerando as afirmações de Milton Santos (2002) sobre o espaço ser socialmente construído através do tempo, nos dias atuais não é surpresa encontrarmos reflexos de uma sociedade que lidou de maneira racista e exploratória contra africanos e seus descendentes. A exemplo, o turismo movimentou muitos turistas interessados em cidades históricas e coloniais. Na atualidade, esforços são feitos através do afroturismo, para a ressignificação de espaços de ocupação negra e visibilidade de suas narrativas, estas ocultadas durante muito tempo.

Ao contrário do turismo hegemônico, o afroturismo protagoniza a presença da população negra na construção do país até os dias atuais. O afroturismo faz frente ao tipo de turismo que sem criticidade, apresenta espaços visitando e repetindo a história de bens patrimoniais que retratam as conquistas e feitos de colonizadores europeus e seus descendentes. Naturalmente, estes atrativos tradicionais acabam por silenciar e apagar os conhecimentos, patrimônios e culturas das pessoas negras como parte do processo histórico de constituição do país e seus atrativos turísticos.

Nesse contexto, espaços que testemunham a presença e resistência negra foram fundamentais para a consolidação do afroturismo enquanto prática de revisitar a história dos espaços urbanos e rurais. A cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, é um local onde caminhadas negras contam parte da história da cidade, com foco em personalidades negras de importância para a cidade.

2. Afroturismo como ressignificação e visibilidade

Proveniente do Turismo Cultural, o afroturismo tem a afrocentricidade como referência e assim reconta a (re)existência da população negra e ao fazê-lo protagoniza pessoas negras como agentes e não somente reagentes. Os esforços para a consolidação desse tipo de turismo é feito, principalmente, por empreendedores e empreendedoras negras no turismo e os conhecimentos acadêmicos acerca do afroturismo são ainda pouco numerosos.

Oliveira (2020) reconhece que não há uma conceituação oficial para o afroturismo; ela pontua que, de acordo com o Ministério do Turismo, o afroturismo seria uma vertente do turismo étnico. Este compreende atividades como a visitação a comunidades tradicionais (quilombolas, caiçaras, indígenas, etc.) e grupos que “que preservam seus legados étnicos como valores norteadores de seu modo de vida, saberes e fazeres” (BRASIL, 2010, p. 20). Consideramos que a conceituação de turismo étnico aplicada ao afroturismo é reducionista. Primeiramente, ela é limitante porque sugere que as atividades oferecidas pelo afroturismo deveriam ser feitas somente em e com comunidades tradicionais, que ocupam, majoritariamente, o meio rural. Nessa concepção, as atividades em meio urbano seriam desconsideradas e a conceituação também é limitada no sentido de que não abrange a potência social, política e crítica do afroturismo.

O afroturismo se aproxima intimamente dos turismo diaspórico (DILLETE, 2021) e de raízes (PINHO, 2018). Ambos tipos de turismo são consumidos por pessoas pertencentes a comunidades que foram expatriadas para, ao menos, dois locais diferentes. Os lugares visitados pelo turismo diaspórico e turismo de raízes, de acordo com Pinho (2018), podem ser entendidos como “centros” culturais localizados em diferentes locais que sediaram a diáspora de grupos que foram desconectados de sua terra natal de maneira involuntária e violenta.

Pautado na afrocentricidade, o afroturismo apresenta e reproduz conhecimentos e linguagens que consideram o protagonismo das pessoas negras e seus feitos. Essa abordagem afrocêntrica apropriadamente centraliza o ser africano (ASANTE, 2009), principalmente em discursos historiográficos e sócio-culturais. De maneira própria, as narrativas afrocentradas são adequadamente aplicadas aos espaços que o afroturismo visita, reconhecendo a presença negra e as afroinscrições¹ em cada um dos locais. Consequentemente, ao desvelar camadas do

¹ Termo cunhado por Renata Aquino da Silva (2018), que diz respeito às marcas deixadas pelas populações negras ao longo do tempo, no espaço e na paisagem. As marcas se manifestam imaterial ou materialmente, visto que podem ser de natureza intelectual, técnica, científica, religiosa, alteração da flora, dos modos de produção, intervenções urbanas, etc.

conhecimento acerca de atrativos turísticos clássicos, o afroturismo propõe outra maneira de ler e interpretar patrimônios. Neste sentido, a interpretação afrocentrada de atrativos eurocentrados é um ato político tão importante quanto a valorização de locais até então esquecidos pelos agentes turísticos. (MAURÍCIO, 2022).

3. Afroturismo em Juiz de Fora por meio da Caminhada Negra Juiz de Fora

Ao longo dos anos 1930, com a crise econômica do café, Juiz de Fora (JF) recebeu pessoas vindas de pequenas cidades do entorno, sendo muitas delas trabalhadoras de fazendas cafeeiras. De acordo com informações do website² da Prefeitura de Juiz de Fora, a população negra da cidade já foi maior que a população branca. Apesar disso, a história da cidade é comumente lembrada pelos feitos de Mariano Procópio e Henrique Halfeld e, verdadeiramente incompleta, a história das pessoas negras está reduzida à seção “escravidão”, que contém dois parágrafos.

Entretanto, o trabalho de historiadores e historiadoras, pesquisadores e demais interessados em dar maior visibilidade à parte mais “escura” da história de JF tem sido feito nos últimos anos. Exemplo disso são as atividades realizadas pelo Movimento Negro Unido de Juiz de Fora, pelo Laboratório de História Oral e Imagem da UFJF³, associado ao grupo de pesquisa AFRIKAS (LABHOI/Afrikas) e a Produtora cultural, Damata Cultural. Neste momento nos ateremos à Caminhada Negra JF, promovida pela produtora Damata Cultural.

Há cerca de um ano, a Damata Cultural⁴ faz, no centro da cidade, a Caminhada Negra Juiz de Fora. Por sua vez, a Caminhada é um atrativo turístico em formato de Walking Tour, que passa por pontos de interesse na história de Juiz de Fora. Atualmente, o roteiro compreende 9 pontos de parada que vão desde o Parque Halfeld até o Bairro São Bernardo; ambos localizados na região central da cidade. A duração é de aproximadamente 2 horas e o

² Lá, é possível ter conhecimento de uma breve história da cidade, mas a única parte em que pessoas negras são citadas como parte da população é no trecho específico sobre “escravidão. pessoas negras não são citadas. Disponível em <<https://pjf.mg.gov.br/cidade/historia.php>> Acesso em 20 jul 2023.

³ O laboratório tem um canal no YouTube com vídeos e publicações sobre as pesquisas realizadas. O canal se apresenta como um esforço de resgate histórico e reparação histórica “de forma a reverter a invisibilidade da experiência negra que ainda persiste na memória pública da cidade.”.

⁴ A página da produtora no Instagram, trás alguns detalhes sobre a Caminhada Negra JF: <https://www.instagram.com/damatacultural/> Está disponível através do link <<https://www.youtube.com/@LABHOIUFJF>>. Acesso em 22 jul 2023.

trajeto tem cerca de 2,5 km. Um intérprete de LIBRAS acompanha o guiamento, o que o torna acessível para pessoas surdas. De acordo com a guia de turismo responsável, a caminhada é também adaptável para pessoas com mobilidade reduzida.

A principal via onde o walking tour acontece é a Rua Halfeld, desde o Parque Halfeld até a Praça da Estação; a última parada no bairro São Bernardo, localizado na Zona Leste da cidade, uma das regiões onde a população negra massivamente habita. Ao todo são nove pontos de parada e de interesse do walking tour; personalidades como Rosa Cabinda, Dionísia Moreira, Negro Theóphillo e o próprio movimento Hip-Hop são lembrados e sua importância para a cidade é protagonizada.

Como colocado, a visita termina no Mirante do bairro São Bernardo, desde onde se pode ver todo o trajeto percorrido e perceber o contraste entre “alto centro” – próximo ao Parque Halfeld, com construções mais altas e prédios de mais andares – e o “baixo centro” – desde o cruzamento da Avenida Getúlio Vargas com a rua Halfeld até o bairro São Bernardo –. Reflexões são debatidas e uma apresentação cultural, geralmente feita com música cantada pelos próprios guias, encerra a visita.

Neste momento, como se a paisagem falasse, ela denuncia o histórico silêncio do município frente às relações de poder entre o grupo dominante e hegemônico e o(s) grupo(s) subalternizados, facilmente percebidas na paisagem. Isso lembra a afirmação de Cosgrove (apud CORRÊA, 1998), as paisagens são cheias de significados atribuídos pela sociedade que a constrói e modifica. Entretanto, para entender alguns destes significados, é preciso que haja certa familiaridade entre o sujeito e a paisagem observada. Como visto, tal familiaridade se faz presente na fala dos guias de afroturismo em Juiz de Fora, que de maneira assertiva empenham esforços para a ressignificação de espaços e visibilidade das culturas negras.

4. Considerações finais

Com o presente estudo foi possível ter noção da importância e urgência do afroturismo para a história do passado e do presente de Juiz de Fora e, por que não, do Brasil. A formação palimpséstica da paisagem e do espaço, por vezes, pode nos confundir ou fazer esquecer algumas das camadas que compõem ambas paisagem e espaço. Entretanto, os esforços do afroturismo não permitem que esse “esquecimento” seja consumado. A Caminhada Negra se mostra como um fator de grande importância para o entendimento da história de Juiz de Fora e a relevância da contribuição negra para a cidade. A afrocentricidade das narrativas entregues pelos guias de turismo ajuda a equilibrar as relações de poder que operam sobre o

conhecimento dos atrativos turísticos e pontos de interesse da caminhada. Dessa forma, a caminhada dá visibilidade adequada às personagens negras e aos personagens negros da cidade e reforça o caráter educativo do afroturismo que apresenta novas perspectivas sobre diversos espaços.

Este estudo não termina aqui. Ele abre possibilidades para outras pesquisas em Turismo, Geografia (Negras ou não) e mesmo Ciências Sociais.

5. Referências:

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo cultural: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

COSGROVE, D. **A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas**. In: Paisagem, Tempo e Cultura. CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, z. (orgs.). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998 [1989], p.219-237.

DILLETE, Alana. **Roots Tourism: a second wave of double consciousness for African-Americans**. *Journal of Sustainable Tourism*, Londres, v. 29, nos. 2 - 3, p. 412-427, 2021. <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1727913>.

MAURÍCIO, Vitória Camillo da Silva. **Afroturismo e mediação afrocentrada na Pequena África (RJ)**. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso, Turismo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022.

OLIVEIRA, Nathália Araújo de. **Turismo Afrocentrado: debates iniciais**. In: MELLO, Roger Goulart et al. *Novos olhares sobre turismo, patrimônio e cultura*. Rio de Janeiro: E-Publicar, 2020. p. 305-315.

PINHO, Patrícia de Santana. **Turismos Diaspóricos: mapeando conceitos e questões**. *Tempo Social*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 113-131, 28 jul. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/issue/view/9349>. Acesso em: 21 mar. 2023.

SILVA, Renata Aquino. **Afroinscrições em Petrópolis: história, memória e territorialidades**. 2018. 155 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002.

GESTÃO DA CLASSE E GESTÃO DA MATÉRIA DE PROFESSORES QUE ATUAM NA EJA: AS NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS NO PROCESSO DE ENSINO

Rodrigo Silva Mendes
Doutorando em Educação pela UFJF
Rodrigo.mendes@educacao.mg.gov.br

Mariana Cassab Torres
Professora Doutora da FACED-UFJF
maricassab@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo originou-se de inquietações oriundas da minha trajetória acadêmica e profissional, além das reflexões realizadas durante o Mestrado, sobre a riqueza de conhecimentos em relação a compreensão da prática do professor, do seu percurso de formação e atuação e a (re)construção dos seus conhecimentos, a partir das próprias experiências profissionais.

A relação com a Gestão da Classe e Gestão da Matéria propostas por Gauthier (2013) tornaram-se pertinentes, diante da proposta que irei apresentar no decorrer desse projeto, uma vez que as práticas de professores que atuam na EJA, muitas vezes são imbricadas na história do local onde estes atuam e suas vozes nem sempre refletem o seu próprio desejo, mas sim uma reflexão de padrões impostos por aqueles que se encontram em posição de dominância social e cultural, como por exemplo os grandes centros e até mesmo culturas ocidentais. Nesse sentido, um resgate (auto)biográfico com professores e professoras que atuam nessas turmas se torna pertinente, a fim de desmistificar ou abordar e refletir as ações realizadas dentro das salas de aula das turmas de EJA.

Algumas leituras iniciais inspiraram o aprofundamento desse estudo, podendo destacar o artigo “Auto narrativas como método de pesquisa: Sobre a complexidade de narrar-se” (VIÇOSA, 2019) que possibilitou um primeiro olhar sobre a dinâmica e complexidade acerca dessa metodologia. Além deste, vale destacar a tese de doutorado intitulada “Ser professor(a): as narrativas (auto)biográficas no processo de (trans)formação de professores de química” (BRITO, 2019), pois foi a partir da leitura do trabalho, que pude perceber a valiosa contribuição que a metodologia de pesquisa por meio de narrativas pode trazer para a

pesquisa na área da educação, uma vez que esta, ressignifica o saber da experiência.

Diante desses estudos, apresento a seguinte questão de investigação, que inicialmente norteará a pesquisa proposta neste projeto:

Que aspectos das Gestões da Classe e da Matéria, de professores da EJA, em cidades do interior de Minas Gerais, podem ser compreendidos por meio de narrativas (auto)biográficas?

De maneira geral, espero que o desenvolvimento de uma pesquisa pautada nos pressupostos deste projeto possa gerar uma crítica construtiva e posterior reflexão sobre a atuação e o direcionamento que se é dado ao ensino nas turmas de EJA, visto que a proposta é fundamentada em perspectivas que apresentam os saberes para o ensino como dinâmicos e emergentes, considerando os saberes individuais e coletivos de maneira indissociável, valorizando a cultura e oportunizando o lugar de fala a quem aprende e a quem ensina. Além disso, no trabalho pautado por meio de narrativas o professor pode, a partir da reflexão, dar sentido a sua aprendizagem e atuação profissional, a partir da tomada de consciência sobre sua prática. A pesquisa (auto)biográfica poderá possibilitar também conhecer como é esse processo de aprendizagem dos professores e professoras ao longo do seu percurso de formação e atuação profissional e como eles ou elas vão se identificando com a profissão e como os grupos contribuem para a constituição de suas identidades profissionais.

2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desse projeto, apresento uma proposta metodológica pautada na escuta e análise das narrativas (auto)biográficas de professores e professoras que atuam em turmas de EJA de escolas públicas de cidades do interior de Minas Gerais, pois ouvir e entender as práticas desses professores auxiliará de forma significativa na coleta e produção dos dados da pesquisa.

Vale ressaltar que as narrativas (auto)biográficas serão fundamentais para o desenvolvimento do trabalho na coleta de dados, uma vez que na pesquisa também é fundamental entender a relação dialética entre teoria e realidade, pois é neste espaço que se percebe que a investigação que usa narrativas é, ao mesmo tempo, investigação e formação. Ao mesmo tempo que a realidade informa a teoria esta, por sua vez, a antecede e permite percebê-la, reformulá-la, dar conta dela, num processo sem fim de distanciamento e aproximação (Minayo, 1994, p.92). Além disso, as narrativas possibilitam dar significado ao que sentimos, compreender a experiência e reivindicar seu espaço como objeto condutor de

reflexão, formação e produção de saberes. “Ao narrar sua própria história, a pessoa procura dar sentido às suas experiências e, nesse percurso, constrói outra representação de si: reinventa-se” (PASSEGI, 2011, p. 147).

Não raro, as narrativas são complementadas com outras técnicas ou instrumentos de coleta de dados, dentre as quais está a entrevista e o diário de campo.

O diário de campo, pode servir como ferramenta auxiliar, mas importante, para o registro das ações, comentários e detalhes observados durante a pesquisa e de acordo com Alvez-Mazzotti e Gewandsnajder (1998), entrevistas em pesquisas qualitativas são pouco estruturadas e se assemelham a uma conversa e estas também poderão ser fundamentais para a obtenção de dados consistentes para posterior análise.

Em suma, proponho que os diferentes contextos escolares/culturais sejam analisados, visando a investigação sobre as ações que esses professores realizam em suas salas de aula, a subjetividade da profissão docente e as interferências e heranças que esses profissionais trazem para as suas aulas a fim de ensinar e propiciar um ambiente de reflexão e construção coletiva, dentro e fora da sala de aula.

Para a construção dessa pesquisa, apresento como referenciais teóricos iniciais, as ideias sobre Gestão da Classe e Gestão da Matéria propostas por Gauthier (2013), estudo sobre as metodologias de pesquisa por meio de narrativas Passegi (2011) e Ferraroti (2010), além de referenciais auxiliares, mas não menos importantes, sobre a prática docente na ótica de Tardif (2000).

3. OBJETIVOS

Para o presente projeto, de cunho qualitativo, foi definido como objetivo geral do estudo, identificar e analisar os saberes mobilizados por professores que atuam na EJA, em cidades do interior de Minas Gerais, saberes estes que visam a valorização da cultura local, onde a escola e a comunidade estão inseridas, nos aspectos sociais, políticos e econômicos. Tal objetivo nos leva a refletir sobre a questão de investigação inicial e definir alguns dos objetivos específicos da pesquisa:

- definir o que vem a ser narrativas (auto)biográficas a partir de pesquisas acadêmicas, além de apresentar a sua importância no processo de pesquisa em Educação;
- investigar a trajetória e prática de professores que atuam em turmas da EJA em cidades do interior de Minas Gerais, sob o olhar da Gestão da Classe e Gestão da Matéria e o que esses professores fazem em suas aulas;

- criar um ambiente de discussão histórica e política a fim de verificar como esses professores utilizam a forma linguística do outro como uma maneira de garantir também o seu lugar de fala.

Além desses, outros objetivos podem ser inseridos no estudo ao longo do desenvolvimento e aprofundamento das leituras sobre os temas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a abordagem por meio de pesquisa narrativa e biográfica dentro da construção metodológica orientada pelas biografias educativas, espero compreender as relações com a prática pedagógica e com o saber da experiência de professores que atuam nas turmas de EJA. Ao final, acredito que o trabalho possa trazer ricas contribuições para o Campo da Educação, possibilitando reflexões por parte dos professores e pesquisadores sobre o seu papel como agente transformador, no âmbito educacional e sociocultural, seja qual for o espaço onde estejam inseridos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, M. H. M. B. (org.). **(Auto)biografia e formação humana**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.. **O planejamento de pesquisas qualitativas em educação**. Cadernos de Pesquisa, v. 77, 1991.

BRAGANÇA, I. F. S.; ABRAHÃO, M. H. M. B.; FERREIRA, M. S. **Pesquisa (auto)biográfica: esboços de uma história e de uma cartografia**. In: BRAGANÇA, I. F. S.; ABRAHÃO, M. H. M. B.; FERREIRA, M. S. (org.) **Perspectivas epistêmico metodológicas da pesquisa (auto)biográfica**. Curitiba: CRV, 2016.

CHIENÉ, A. **A narrativa de formação e a formação de formadores**. In: . NÓVOA, A. FINGER, M. (org.) **O método (auto)biográfico e a formação**. Natal, RN: EDUFRRN; São Paulo: Paulus, 2010.

DOYLE, W.. **Classroom Organization and Management**. In: WITTROCK, Merlin. C. (Dir.). **Handbook of Research on Teaching**. 3. ed. New York: Macmillan, 1986.

FERRAROTI, F. **Sobre a autonomia do método biográfico**. In: . NÓVOA, A. FINGER, M. (org.) **O método (auto)biográfico e a formação**. Natal, RN: EDUFRRN; São Paulo: Paulus, 2010.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó, Argos, 2007.

GAUTHIER, Clermont. **Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente**. Ijuí: Editora Unijuí, 2013.

GIRALDO, V.; QUINTANEIRO, W.; MOUSTAPHA, B.; MATOS, D.; MELO, L.; MENEZES, F.; DIAS, U.; COSTA NETO, C.; RANGEL, R.; CAVALCANTE, A.; ANDRADE, F.; MANO, V.; CAETANO, M. **Laboratório de práticas matemáticas para o ensino**. In: OLIVEIRA, A. M. O; RTIGÃO, M. I. R. (Eds.), **Abordagens Teóricas e Metodológicas na Pesquisa em Educação Matemática**. Brasília: SBEM, 2018, p. 186-209.

LARROSA, J. **Notas sobre narrativa e identidade**. In: ABRAHÃO, M. H. (org.) **A Aventura (auto)biográfica: teoria e empiria**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

PASSEGGI, M. C. A experiência em formação. *Educação*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, maio/ago. 2011.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 2ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VIANNA, H. M. **Pesquisa em Educação: a observação**. Brasília: Plano Editora, 2003.

REGIÕES DA MINERAÇÃO EM MINAS GERAIS: URBANIZAÇÃO, CIDADES E DINÂMICAS TERRITORIAIS - O EIXO DAS DESIGUALDADES⁵

André Teodósio da Silva
Graduando em Geografia - UFJF
andre.teodozio@estudante.ufjf.br

Natã Morinigo de Sousa
Graduando em Geografia - UFJF
Bolsista de Iniciação Científica - BIC/UFJF
nata.morinigo@estudante.ufjf.br

Wagner Batella
Professor do PPGEIO - UFJF
wagner.batella@ufjf.br

1. INTRODUÇÃO

A atividade minerária esteve presente em toda a história de Minas Gerais, desde a época do Brasil colônia até os dias de hoje. Ela tem também um papel importante na economia do estado através da CFEM, Compensação Financeira pela Exploração Mineral, sendo que a maior parte (60%) fica para os municípios onde ocorre a mineração. Além da CFEM, a mineração também gera empregos e movimentação a economia local. Porém, apesar de trazer vantagens econômicas a curto e médio prazo, a mineração também traz desvantagens, além de moldar as cidades onde atua.

Com o objetivo de entender como a mineração influencia essas cidades, foi iniciada a pesquisa “Regiões da mineração em Minas Gerais: urbanização, cidades e dinâmicas territoriais” – da qual este texto é fruto – realizada pelo grupo Núcleo Urbanização, Desigualdades, Espaço e Sociedade - NUDES - e o Núcleo Geografia, Espaço e Ação - NUGEA, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A pesquisa propõe estudar essas relações entre mineração e urbanização nas escalas regional e, principalmente, local na região do Quadrilátero Ferrífero, com foco nas cidades de Congonhas, Itabira, Mariana e Nova Lima.

Os objetivos específicos da pesquisa compreendem estudar e compreender as

⁵ Projeto Regiões da mineração em Minas Gerais: urbanização, cidades e dinâmicas territoriais financiado pela FAPEMIG – CSA APQ 02022/18

particularidades do processo de produção do espaço urbano em regiões mineradoras, problematizar a noção de limiares de uma cidade média no contexto de regiões de mineração e, também, propor alternativas para o desenvolvimento urbano em regiões de mineração.

O projeto está sendo estruturado inicialmente em torno de cinco eixos principais de pesquisa: mercado de trabalho e dinâmica populacional, desigualdades socioespaciais na escala intraurbana, economia urbana e ramos industriais representativos das redes mineradoras. Vale ressaltar que o projeto mencionado ainda está em sua fase inicial, e conta apenas com coleta de dados e bibliografia adequados aos, anteriormente mencionados, eixos principais da pesquisa.

Este breve texto tem como objetivo apresentar apenas o eixo “desigualdades socioespaciais na escala intraurbana”, até então sob responsabilidade de pesquisa dos graduandos André Teodózio da Silva e Natã Morinigo de Sousa, com a tutela e orientação do professor Wagner Barbosa Batella.

2. DIFERENÇAS, DESIGUALDADES E A QUESTÃO MINERÁRIA

Inicialmente, é importante destacar que há uma grande diferença entre os conceitos de “diferença” e “desigualdade”. Segundo BARROS (2006), o termo “diferença” pode ser entendido como oposição ao termo “igualdade” em determinado aspecto que se esteja analisando. Estas diferenças têm relação com fatores naturais e/ou culturais e, de maneira geral, não podem ser evitadas por ação humana. A desigualdade, por sua vez, é entendida por ele como uma contradição à igualdade. BARROS (2006) aponta que contradições são sempre circunstanciais, visto que sempre são geradas por um processo histórico e aparecem em determinado momento ou situação. O autor comenta, ainda, que as desigualdades são avaliadas em âmbito de determinados critérios como: riquezas, liberdades, acesso a serviços ou a bens primários, capacidades.

Tendo isso em mente, é necessário se atentar para como as desigualdades podem se apresentar no espaço urbano, alterando toda a dinâmica das cidades, sejam elas pequenas, médias ou grandes.

A desigualdade socioespacial exprime formas e conteúdos da apropriação e da propriedade, da mercadoria terra e das edificações, da cidade mercadoria, da exploração e da espoliação da força de trabalho, da acumulação desigual no espaço, da presença e da, aparentemente paradoxal, ausência do Estado capitalista no urbano (RODRIGUES, 2007).

A questão minerária pode se tornar um agravante dessas desigualdades, visto que a extração de valor dessas atividades normalmente não tem um retorno significativo para os moradores dessas cidades. Pelo contrário, por se tratar de uma atividade que gera grandes impactos ambientais, a mineração acaba trazendo consequências que impactam na qualidade de vida de toda essa população. Falando especificamente da população de baixa renda, esses problemas tendem a ser ainda mais graves, visto que muitas vezes essas pessoas estão mais próximas às áreas de mineração e acabam sofrendo mais diretamente com esses problemas.

Um dos diversos exemplos desse impacto ambiental causado pela atividade minerária é o caso da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) e a comunidade do bairro Pires em Congonhas - MG, onde houve os casos de contaminação do manancial que abastece a comunidade e de poluição do atmosférica no local por influência da empresa (SANTOS, 2015).

Para além dos problemas ambientais, há toda a questão econômica que tende a agravar as desigualdades já estabelecidas. Juntamente com a vinda da empresa de mineração, normalmente ocorre um aumento significativo no fluxo migratório por conta da oferta de emprego na área. Isso muitas vezes acarreta em problemas de planejamento por parte do poder público e tende a aumentar a especulação imobiliária nessas cidades.

No entanto, os principais impactos negativos acontecem quando a mineradora cessa as operações, o que inevitavelmente acontece quando o minério economicamente viável para exploração se esgota. Isso acarreta em desemprego em massa dos trabalhadores da área, consequentemente aumenta o número de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Ao mesmo tempo, o município tem uma redução na arrecadação, já que muitas das vezes a atividade minerária daquela determinada empresa acaba sendo a maior fonte de renda da cidade.

Esse tipo de situação faz com que o município fique refém da atividade dessa determinada empresa. A isso é dado o nome de minero-dependência, a qual será abordada de forma mais detalhada ao decorrer da pesquisa.

3. POSTERIORES RUMOS DA PESQUISA

Com uma base teórico metodológica mais bem estruturada, há a pretensão de partir para uma análise mais profunda das desigualdades em cada uma das quatro cidades, – Congonhas, Itabira, Mariana e Nova Lima – as quais estão em estágios diferentes de desenvolvimento das redes de mineração. Destas, Nova Lima ocupa uma posição de gerência em relação às empresas mineradoras.

Dessa forma será possível observar como as desigualdades se dão em cada estágio dessa atividade minerária, levando em conta as particularidades de cada cidade. A partir desses dados levantados acerca das populações residentes, das desigualdades encontradas e da situação econômico-social dos municípios, será possível propor alternativas para um melhor desenvolvimento urbano nas regiões de mineração.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. Igualdade, desigualdade e diferença: contribuições para uma abordagem semiótica das três noções. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, n. 39, p. 199-218, Abril de 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/download/17995/16943/0>>. Acesso em 18 de ago. de 2023.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais–a luta pelo direito à cidade. **Revista cidades**, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007. Disponível em: <<https://scholar.archive.org/work/p6e7pu2tqvhh3gy4262ixqdunq/access/wayback/https://periodicos.ufsc.br/index.php/cidades/article/download/12796/8364>>. Acesso em 21 de ago. de 2023.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. Da estratégia corporativa à ação economicamente relevante: a CSN e a contestação social na mineração de ferro. **Revista Pós Ciências Sociais**, [S. l.], v. 12, n. 24, p. 143–166, 2015. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/3644>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

QUEIJO MINAS ARTESANAL: PATRIMÔNIO CULTURAL E IDENTIDADE GEOGRÁFICA

Késia Torres da Silva
Geógrafa, Mestranda em Geografia
Universidade Federal de Juiz de Fora
kesia.torres@estudante.ufjf.br

Pedro José de Oliveira Machado
Professor Titular
Universidade Federal de Juiz de Fora
pedrojose.machado@ufjf.br

1 Introdução

O modo artesanal de fazer queijo-de-minas é registrado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como patrimônio imaterial brasileiro (IPHAN, 2008), representando, de forma expressiva, a cultura e as tradições mineiras. A importância do queijo mineiro produzido artesanalmente vai além do âmbito culinário, abarcando aspectos geográficos, históricos, econômicos, sociais e culturais. A história desse queijo remonta aos tempos coloniais, tendo suas raízes na tradição queijeira portuguesa da Serra da Estrela. Segundo o dossiê interpretativo do IPHAN, “como todo produto cultural, o Queijo Minas Artesanal transforma-se dinamicamente e busca aderir-se à realidade local, fundamentando estruturas, instrumentos, técnicas e fazeres que lhe são próprios” (IPHAN, 2006).

O Queijo Minas Artesanal (QMA), produzido nas pequenas propriedades rurais mineiras, depende de poucos ingredientes: leite, coalho, sal e o “pingo”, que é obtido do soro do próprio queijo. Esse “pingo” age como o fermento para o queijo, pois carrega a microbiota local, constituída por bactérias lácticas típicas das características geográficas da região, conferindo um sabor próprio, o que os franceses chamam de *terroir*. Preservar essa prática é valorizar os saberes tradicionais e a identidade geográfica. É importante destacar que a produção artesanal de queijo se relaciona a práticas agroecológicas e à preservação de áreas naturais, contribuindo para a conservação da biodiversidade e para a sustentabilidade ambiental. Isso ocorre em virtude de ser necessário, para produzir um QMA de qualidade, que se tenha cuidados especiais no manejo sanitário e alimentar dos animais e também na gestão propriedade como: proteger áreas de nascentes, cuidar do solo de forma a evitar erosões, manter as pastagens naturais da região, para que o *terroir* seja mantido.

Necessita-se realçar que cada região apresenta características influenciadoras dos atributos do QMA. O solo, o clima, a altitude, a pastagem, a qualidade da água e a presença de microrganismos endógenos, são fatores essenciais que diferenciam o QMA. De igual modo, merece destaque a abstenção de utilização de defensivos agrícolas. Segundo IPHAN (2006), “o queijo artesanal de leite cru é alimento vivo, em constante aperfeiçoamento pela reprodução de um acervo lático, e de uma microflora bacteriana saudável”, portanto, os esforços para manter um ecossistema preservado e saudável são imprescindíveis para a obtenção de um produto de qualidade.

2 As regiões produtoras de Queijo Minas Artesanal

O QMA é produzido em diversas regiões do estado, o que resulta na diversidade de sabores e características peculiares. Minas Gerais apresenta dez tradicionais regiões produtoras de QMA, reconhecidas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER) e pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), a saber: Serro, Serra da Canastra, Cerrado, Serra do Salitre, Araxá, Campos das Vertentes, Triângulo Mineiro, Serras da Ibitipoca, entre Serras da Piedade ao Caraça, Diamantina (EMATER, 2023).

O recorte regional desta pesquisa corresponde às Serras da Ibitipoca, que foi a oitava região reconhecida pelo IMA como produtora de QMA, segundo a Portaria 2.016/2020 - SEAPA/IMA, abrangendo produtores rurais de municípios distribuídos nas regiões Sul, Sudoeste, Zona da Mata e Campo das Vertentes (IMA, 2020).

A região das Serras da Ibitipoca, localizada na Serra da Mantiqueira, abriga diversos elementos, entre os quais se destacam o Parque Estadual de Ibitipoca, o Parque Estadual Serra Negra, o Planalto do Alto Rio Grande, o Vale do Rio Preto e o Vale do Rio do Peixe. Os municípios pertencentes à região oferecem uma ampla gama de atrações para os visitantes, que incluem trilhas ecológicas, cachoeiras de grande beleza e a gastronomia típica de Minas Gerais, com destaque para o Queijo Minas Artesanal.

3 A relevância sociocultural e os entraves na produção de Queijo Minas Artesanal

A produção e a comercialização do QMA desempenham um papel notável na economia de diversas regiões de Minas Gerais. São muitas as famílias que dependem da

produção do queijo para subsistência e geração de renda. A comercialização tem sido o maior entrave nesta cadeia produtiva, dificuldade que remonta a políticas sanitárias estabelecidas pelo Decreto 30.691 de Getúlio Vargas, de 29 de março de 1952, por meio do qual foi regulamentada a Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (Brasil, 1952). As restrições regulatórias se mantêm até os dias atuais.

Um desafio recorrente enfrentado pelos produtores de QMA reside na complexidade e rigidez das regulamentações estabelecidas pela legislação brasileira, bem como pela atuação dos órgãos de controle e vigilância sanitária. Essas regulamentações abrangem diversos aspectos, incluindo padrões rigorosos de higiene, critérios para a qualidade do leite e requisitos estruturais para as instalações de produção. Para a maioria dos produtores, notadamente aqueles que operam em pequena escala, a conformidade com tais normas representa um desafio considerável em termos financeiros e logísticos.

A obtenção de certificações e registros necessários para a produção regulamentar de QMA é um processo burocrático e demorado. Isso pode desencorajar muitos produtores rurais, que enfrentam dificuldades em cumprir todas as exigências e documentações necessárias para a conformidade exigida. Há um conflito inerente entre as práticas tradicionais de produção do QMA e as regulamentações que visam atender às necessidades contemporâneas de segurança alimentar.

No escopo desta pesquisa, foram realizadas conversas e visitas preliminares a produtores de QMA, apurando-se relatos queixosos sobre o rigor das normas para obtenção de certificação, o custo das adequações de infraestrutura e a morosidade dos processos em andamento. Para os produtores rurais, prevalece o poder hegemônico por parte dos laticínios, que preferem ver os pequenos produtores como potenciais fornecedores de leite *in natura* do que como concorrentes na venda do queijo. Vender o leite para os laticínios, segundo os produtores não cobre nem mesmo os custos da produção.

Apesar de todas as regras e exigências, o QMA continua sendo produzido, como um ato de resistência, por muitas vezes, até mesmo na informalidade. O pesquisador Leonardo Dupin, da Ong SerTãoBras, realizou um extenso estudo etnográfico e constatou que apenas 300 produtores em todo o Estado de Minas Gerais são cadastrados no IMA.

Segundo o autor, na Serra da Canastra, há 57 produtores cadastrados, o que significa que apenas 7% dos produtores possuem o selo de inspeção. Disso advém que a maioria permanece na informalidade, correndo o risco de, a qualquer momento, ter seu produto apreendido, como ocorreu em outubro de 2015, quando a o Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento (MAPA), acompanhado da Polícia Federal, apreendeu e incinerou 13 toneladas de queijo produzidas na região da Serra da Canastra (Dupin, 2019).

Na região das Serras da Ibitipoca, apenas um produtor de QMA possui registro no Serviço de Inspeção Estadual, estando localizado no município de Santa Bárbara do Monte Verde (EMATER, 2023). Partindo do princípio que trata-se uma região reconhecida pela produção de QMA, o fato de haver somente uma queijaria registrada sugere que há condições desfavoráveis ou dificultadoras para a formalização da atividade.

4 Considerações finais

A implementação de políticas que incentivem a produção de QMA e corroborem com a preservação da cultura e sua relação entre espaço e natureza se fazem necessárias. A manutenção das famílias no meio rural, pode ser um elemento a ser considerado no que se refere ao combate do avanço de monoculturas e do agronegócio. A adoção de programas de inserção social, que possam estimular e proteger o desenvolvimento territorial, a manutenção do saber fazer local promovem o desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade e o estímulo à permanência em seu território. Ressaltar estes conceitos de pertencimento que remetem a familiaridade ou intimidade enaltece e estimula o trabalho em uma comunidade devidamente reconhecida e valorizada.

Cabe a reflexão sobre práticas sanitárias eventualmente excessivas no rigor, que obstaculizam a produção dessa iguaria mineira e o desenvolvimento socioeconômico dos produtores rurais.

Diante do exposto, é lícito cogitar que os marcos regulatórios vigentes venham a passar por um processo de revisão, enquanto diversos setores da sociedade organizada unam esforços para minorar os impactos adversos que recaem sobre a atividade queijeira de caráter rural. A preservação e a promoção do QMA, como patrimônio imaterial de Minas Gerais, superam a salvaguarda de uma tradição culinária, ao contribuírem para a valorização da identidade geográfica, o estímulo ao desenvolvimento regional e a promoção de práticas sustentáveis que beneficiem tanto a sociedade quanto o meio ambiente.

Referências

BRASIL. **Decreto no 30691 de 29 de março de 1952**. Aprova novo regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 1952. Seção 1, p. 10785.

DUPIN, Leonardo Vilaça. **A vida dos queijos mineiros: uma etnografia multiespécie**. 2019. 391 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS - EMATER. **Queijo Minas Artesanal: Patrimônio imaterial brasileiro**. Belo Horizonte: Emater, 2023. 66p. Disponível em: <https://www.emater.mg.gov.br/download.do?id=87229>. Acesso em: 06 set. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN, 2006. **Queijo artesanal de Minas - patrimônio cultural do Brasil**. Dossiê interpretativo. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_modos_fazer_queijo_minas.pdf. Acesso em: 06 set. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN, 2008. **Queijo artesanal de Minas vira patrimônio cultural**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2033/queijo-artesanal-de-minas-vira-patrimonio-cultural>. Acesso em: 06 set. 2023.

INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA - IMA. **Portaria no 2.016, de 26 de novembro de 2020**. Identifica a Região Serras da Ibitipoca Como Produtora do Queijo Minas Artesanal. Belo Horizonte, MG: IMA, 27 nov. 2020. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=405001>. Acesso em: 06 set. 2023.

A JUVENTUDE QUER VIVER: NOTAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A JUVENTUDE NEGRA, VIOLÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Igor Gabriel Morais
Graduando em Ciências Sociais-UFJF
igorgabrielufjf@gmail.com

A juventude é parte do curso da vida dos sujeitos, onde mediante as suas trajetórias, e vivências, apresentarão distintas socializações, vivências e percepções sobre o espaço e o seu cotidiano, seja no campo da religião, educação ou orientação política. Novaes (2003), destaca que “Jovens da mesma idade, vão sempre viver juventudes diferentes” e Dayrell (2003; 2005) complementa que devido a sua diversidade, essa categoria juvenil deve ser interpretada como “juventudes”, no plural, devido às diferentes experimentações sociais que esses jovens vivenciam ao longo da vida.

Considerando que as juventudes são plurais e produtos do seu meio social, é evidente que as juventudes negras possuem uma socialização marcada por entraves sociais atrelada à estrutura de formação da sociedade brasileira, pautada na escravização e no genocídio da população negra. Lélia Gonzales (2020) aponta que as desigualdades que perpassam a realidade dos jovens negros é fruto de uma segregação racial e capitalista que molda a nossa sociedade, alocando determinados corpos em espaços e papéis marginais. Sendo assim, em uma sociedade na qual o racismo está impregnado nas manutenções das relações sociais, os jovens negros experimentam sua condição juvenil distintamente dos brancos. Portanto, é importante analisar os indicadores sociais para buscar entender os contextos desse determinado grupo.

O alto índice de analfabetismo e evasão escolar atrelados a população negra, como apontado pelo IBGE, as violências e mortalidades⁶ cada vez mais evidentes, como apontado pelo Fogo Cruzado em parceria com a Folha de São Paulo, possuem relevância na análise da situação desses sujeitos, constituindo uma base empírica que confirma a ideia que as juventudes são muitas e que são fundamentalmente estabelecidas por múltiplas dimensões da

⁶ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/11/criancas-negras-morrem-36-vezes-mais-por-arma-de-fogo-que-nao-negras.shtml> acesso em 12/07/2023

existência, que vão condicionar o leque de oportunidades que esses jovens experimentam a partir da sua condição juvenil. Desse modo se torna evidente que parte da vivenciação das juventudes negras parte da tentativa de sobrevivência do genocídio promovido contra a sua existência (DAYRELL; CARRANO, 2002; SÁ, 2022).

O genocídio da juventude negra brasileira é uma pauta recorrente nos debates a respeito da segurança pública e dos corpos juvenis. Essa violação direcionada aos corpos pretos é herança dos quase quatrocentos anos de escravidão no território brasileiro promovido por países colonizadores e duramente criticada por movimentos sociais. (FERNANDES,2021; GONZALEZ, 2020).

Ao longo dos últimos anos o Atlas destaca o constante crescimento das violações sofridas pelos jovens brasileiros, destacando os jovens negros. O estudo “*A violência contra pessoas negras no Brasil 2021*” evidencia a intrínseca relação entre as pessoas negras e a violência no Brasil no ano de 2021. Conforme o levantamento, 76,2% das pessoas assassinadas no ano de 2020 eram negras, 75,8% das pessoas negras foram vítimas de homicídios e 75,3% sofreram lesões corporais seguidas de morte. No campo das infâncias, a maioria das crianças vítimas de violência letal são majoritariamente negras, sendo 63% entre 0 e 5 anos e 81% entre 15 e 19 anos. O levantamento também destaca a violência produzida pela segurança pública, destacando o alto índice de morte produzida pelas forças policiais e a quantidade de policiais mortos durante esses combates. Algo que coloca em evidência o péssimo preparo que os agentes de segurança brasileiros possuem para atuar em campo.

Conforme o infográfico, intitulado “A violência contra pessoas negras em 2022”⁷, apresenta que 400.605 pessoas negras foram assassinadas no país na última década, cerca de 72% de todos os homicídios do país no período foram negros. A desigualdade racial aumentou em 7,5%, sendo que a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil em 2021, 78 eram negras. O número de pessoas negras encarceradas representa 67,5% da população prisional. A população negra representa 84% dos mortos por forças policiais.

A revista Piauí⁸ destaca que em apenas quatro meses deste ano de 2023 , quatorze crianças e adolescentes foram baleados devido a operações policiais, confrontos entre grupos

⁷ Disponível em:

https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/11/infografico-violencia-desigu_aldade-racial-2022.pdf acesso em: 22/06/2023

⁸ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/tiros-caminho-da-escola/> Acesso em: 05/07/2023

criminosos e balas perdidas. Cinco dessas vítimas vieram a óbito e três delas ainda estavam na fase de alfabetização. Esses dados evidenciam uma crescente limitação do tempo de vida de um determinado grupo social, mostrando que o jovem negro periférico necessita lutar para sobreviver aos entraves colocados contra a sua vivência em sociedade. Conseqüentemente, é perceptível que a socialização desses jovens é marcada pela negação da condição juvenil, seja pelas violações físicas ou simbólicas. Parte dessa negação está atrelada a intensa relação entre a população negra e as forças policiais, que reprimem a movimentação desses jovens, utilizando-se de violência e produzindo uma brutalização da juventude negra por meio da necropolítica (MBEMBE, 2018).

Essa política da morte produzida pelo Estado determina quem são as pessoas que merecem viver, e, de fato, os jovens negros não estão incluídos nesse grupo, visto o aumento constante da violência destinada a esses corpos, principalmente durante o período de isolamento social, onde jovens foram alvejados dentro de suas próprias casas, vítimas de bala perdida ou de operações policiais incentivadas por figuras políticas e públicas. (GOIZ, 2016). Assim, considerando as violações destinadas aos corpos jovens negros, movimentos sociais se organizaram visando aprovar uma política pública que promovesse a manutenção e preservação da vida desses sujeitos.

A luta pela elaboração de políticas de juventude que atendam à população negra está atrelada a luta contra a brutalização dos corpos negros e às crescentes violações sofridas por esses sujeitos. Sendo assim, em 2008, por meio de um levante organizado por movimentos sociais durante Conferência Nacional de Juventude (CONJUVE), a primeira Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, teve como proposta mais votada a realização/implementação dos 1.º encontro da juventude negra, sendo a partir desse encontro que surgiu uma movimentação mais efetiva por políticas públicas destinadas à juventude negra. A luta contra o genocídio da população negra nasce com o Movimento Negro Unificado.

Sinhoretto et al (2018) relatam a força e inteligência que os jovens demonstraram durante as participações da conferência e do encontro, participando ativamente da vida política. A movimentação da juventude e organizações negras contribuiu para que durante o primeiro governo, Dilma fosse apresentada à sociedade, por meio da Secretaria Nacional de Juventude, a criação da sala de situação da juventude negra. Conseqüentemente, após uma ampla mobilização, a juventude negra passou a ser pautada na agenda de políticas públicas

por meio do lançamento do *Plano Juventude Viva*, visando abarcar as identidades, cultura, diferenças e questões desse grupo diverso. O programa *Juventude Viva* (PJV), foi adotado durante o primeiro governo, Dilma, em 2011, visando a diminuição do alto nível de homicídios de jovens negros no Brasil. Segundo Gomes et al., (2017), esse programa teve resistência para a sua aprovação devido às causas atreladas ao índice de mortalidade desses “sujeitos”, sendo as forças policiais. A aprovação desse projeto se deu por meio dos dados *do Atlas da violência* e a pressão de movimentos nacionais e internacionais que se atentaram ao crescente número de jovens mortos no Brasil. Essa política também vai contra o tensionamento por medidas punitivistas para os jovens como a redução da maioria penal.

Conforme a sua cartilha, o Juventude Viva visa a promoção de iniciativas voltadas para o direito à cidade, profissionalização, educação. Além de lutarem contra o racismo estrutural e institucional que molda a sociedade brasileira. Apesar de ter mais de uma década de existência, o projeto falha na missão de proteger as juventudes negras, visto que os índices de violência e mortalidade dos jovens negros permanece aumentando e seus coordenadores se recusam a reconhecer o principal causador de violências a esses jovens que é a violência policial.

Mesmo com a comprovação da violência policial sendo o principal algoz desses jovens, o projeto não menciona esse fato, ignorando também os números apresentados sobre o assunto, se esquivando da real proposta do projeto e da luta dos jovens que participaram das conferências. O acesso aos dados do projeto também é escasso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento de uma juventude negra e suas características, e demandas, foi essencial para a evidenciação das violações sofridas por esses sujeitos e a busca de uma responsabilização do Estado. Motivo este que levou jovens e movimentos sociais para o debate público a respeito da criação de políticas públicas compensatórias. O objetivo era destinado para que esses sujeitos possam viver e experimentar a sua juventude, escola ou comunidade, sem terem medo de ser mortos, violentados ou presos.

Além disso, a inserção do jovem no campo político também evidencia um protagonismo político-ainda que passageiro-, mostrando que o jovem faz política e possui demandas, conseguindo a aprovação de uma política voltada para a juventude negra, mesmo

com os meios de comunicação e alguns órgãos estatais indo contra essa iniciativa.

Apesar de serem reconhecidos como sujeitos que possuem suas características, identidades, alocados em uma realidade de fragilidade. A juventude negra, permanece atrelada a uma política de morte e violações, sendo tutelada pelo seu principal algoz, como a permanência constante da polícia nos territórios que a própria força policial promove grande parte das violações, como evidenciado pelo Atlas da Violência.

A questão do protagonismo juvenil também entra em debate, visto que após a aprovação da política de preservação da vida dos jovens negros, não houve outras iniciativas efetivas para ser trabalhado em conjunto com esse grupo juvenil, como a valorização das culturas e manifestações produzidas por esses sujeitos.

Portanto, a política destinada para as juventudes negras é uma iniciativa de meia culpa do Estado com a população negra, visto que os índices de violações continuam a crescer em conjunto da violência e racismo institucional. Essas violações, executadas por meio das forças armadas que, nos últimos anos, apesar de infringirem a lei realizando chacinas e operações durante a pandemia, receberam incentivo e investimento das mesmas instituições. Estas lamentam a perda de milhares de jovens que não conseguem alcançar a maioridade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOIZ, J. de A. **Das teorias racialistas ao genocídio da juventude negra no Brasil contemporâneo: algumas reflexões sobre um país nada cordial.** Revista Aedos, [S. l.], v. 8, n. 19, p. 108–127, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano:** Ensaios, Intervenções e Diálogos Rio Janeiro: Zahar. 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** n-1 edições, 2021.

NOVAES, R. (2003). **Juventude, exclusão e inclusão social:** aspectos e controvérsias de um debate em estudo. In M. V. Freitas, & F. d. Papa.

SINHORETTO, J; MORAIS, D. S. **Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada.** Revista de Estudios Sociales 64 | Abril 2018.